

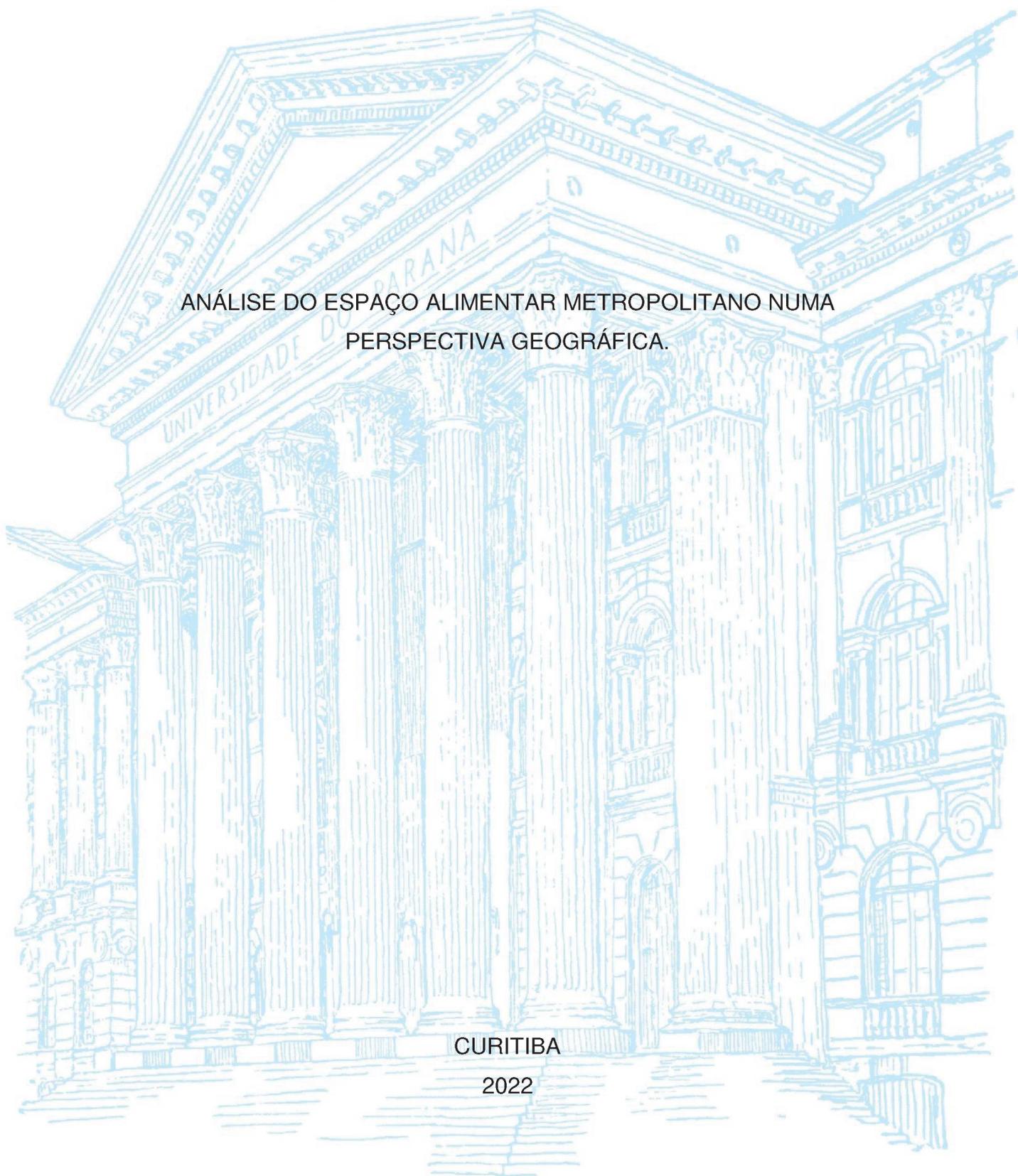
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IGOR DE BARROS FERREIRA DIAS

ANÁLISE DO ESPAÇO ALIMENTAR METROPOLITANO NUMA
PERSPECTIVA GEOGRÁFICA.

CURITIBA

2022



IGOR DE BARROS FERREIRA DIAS

ANÁLISE DO ESPAÇO ALIMENTAR METROPOLITANO NUMA
PERSPECTIVA GEOGRÁFICA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientação: Adilar Antônio Cigolini

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Dias, Igor de Barros Ferreira.
Análise do espaço alimentar metropolitano numa perspectiva
geográfica. / Igor de Barros Ferreira Dias. – Curitiba, 2023.
1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Adilar Antônio Cigolini.

1. Alimentação – História - Brasil. 2. Segurança alimentar. 3. Classe
trabalhadora. 4. Fome. I. Cigolini, Adilar Antônio. II. Universidade
Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Bibliotecário: Nilson Carlos Vieira Júnior CRB-9/1797



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA -
40001016035P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **IGOR DE BARROS FERREIRA DIAS** intitulada: **Análise do espaço alimentar metropolitano, numa perspectiva geográfica.**, sob orientação do Prof. Dr. ADILAR ANTONIO CIGOLINI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 06 de Maio de 2022.

Assinatura Eletrônica
10/05/2022 08:15:41.0
ADILAR ANTONIO CIGOLINI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
17/05/2022 14:56:16.0
DANILO VOLOCHKO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
12/05/2022 14:16:20.0
GUSTAVO FELIPE OLESKO
Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
17/05/2022 17:14:29.0
CLÉCIO AZEVEDO DA SILVA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Av. Cel. Francisco H dos Santos, 100 - Ed. João José Bigarella - 1º andar - sala 108 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 81531-980 - Tel: (41) 3361-3450 - E-mail: ufprposgeografia@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 183628

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 183628

RESUMO

A fome e a alimentação inadequada foram e continuam sendo uma realidade para as classes trabalhadoras do Brasil. As baixas remunerações salariais, um Estado nacional não soberano, comprometido com os interesses das elites nacionais e internacionais, onde a superação desta mazela social se opõe aos seus interesses da classe dominante. Nesse contexto, a presente dissertação teve por objetivo analisar a problemática alimentar brasileira, para compreender os fatores que permitiram a sua permanência e avaliar os fatores conflitantes que provocaram rupturas, alterando marcadamente sua dinâmica. Para isso, identificaram-se os diferentes processos ocorridos na esfera da produção e reprodução do capital e buscou-se compreender a relação com o atual quadro alimentar e as possibilidades de superação. Desse modo, utilizaram-se conceitos geográficos, principalmente o de circuitos espaciais de produção, e trabalhos de campo para tecer análises sobre a espacialização dos processos produtivos alimentares.

Palavras-chave: Alimentação; circuitos; conflitos; classe.

ABSTRACT

Hunger and inadequate food were and continue to be a reality for the working classes of Brazil. Low wages, a non-sovereign national State, committed to the interests of national and international elites, where the overcoming of this social ill is opposed to the interests of the ruling class. In this context, the present dissertation aimed to analyze the Brazilian food problem, to understand the factors that allowed its permanence and to evaluate the conflicting factors that caused ruptures, markedly altering its dynamics. For this, the different processes that occurred in the sphere of production and reproduction of capital were identified and an attempt was made to understand the relationship with the current food situation and the possibilities of overcoming them. In this way, geographic concepts were used, mainly that of spatial production circuits, and field work to weave analyzes on the spatialization of the food production process.

Keywords: Food; circuits; conflicts; class.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Fonte: Características dos Dois circuitos da economia urbana	64
FIGURA 02: Feira durante a madrugada	73
FIGURA 03: Feira no início da manhã de sábado.....	73
FIGURA 04: Bandeirantes usadas para a circulação dos alimentos.....	75
FIGURA 05: Produtos nas bancadas	76
FIGURA 06: Produtos nas bancadas.	77
FIGURA 07: Feirante deitado, descansando durante a madrugada.....	77
FIGURA 08: Feirante dormindo sobre a mesa.....	81
FIGURA 09: Feira.	81
FIGURA 10: Marca digital.....	82
FIGURA 11: Manual auto-explicativo para compra virtual.	85
FIGURA 12: Sacolas montadas e nomeadas.....	86
FIGURA 13: Faixa etária dos consumidores	86
FIGURA 14: Grupo alimentício de mais interesse.....	87
FIGURA 15: Quantas compras você faz por mês	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 01 - DIALOGOS PERTINENTES PARA A QUESTÃO ALIMENTAR.	13
Introdução	13
1.1- O processo de acumulação-expansão do capital a nível global.....	13
1.2- Contribuições de Florestan Fernandes para a questão alimentar brasileira.	17
1.3- Concentração de capital e sua dinâmica no campo alimentar	24
CAPÍTULO 02- SEGURANÇA ALIMENTAR E RENDA	30
Introdução	30
2.1- Marco institucional da Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar no Brasil.	30
2.2- A classe operária e Josué de Castro	33
2.3- Atual quadro do consumo alimentar e da renda dos trabalhadores	45
2.4- A escala alimentar metropolitana	51
CAPITULO 3- O ESPAÇO ALIMENTAR	56
Introdução	56
3.1- O espaço do processo produtivo	56
3.2- Conceitos geográficos e o campo alimentar	63
CAPITULO 4- ESPAÇIALIZANDO PROCESSOS PRODUTIVOS	73
Introdução	73
4.1- Feira agroecológica das Graças, Recife-PE	74
4.2- Quitanda Quintal da Vó, Campo Largo-PR	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	96

INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca analisar a problemática alimentar brasileira, principalmente a partir da abordagem geográfica, buscamos uma leitura espacial do processo produtivo alimentar (produção, circulação, troca e consumo), que chamaremos de espaço alimentar.

A bibliografia utilizada será a do campo da geografia crítica, tendo como referência principal as contribuições de Milton Santos, dentro de suas reflexões acerca do espaço da produção, dos circuitos espaciais de produção, dos círculos de cooperação espacial. Compondo nossa constelação conceitual, também nos apropriamos de Josué de Castro, José Paulo Netto e Florestan Fernandes entre outros.

Este trabalho buscará, principalmente, pensar o espaço alimentar na escala nacional e suas relações internacionais, recorte este preocupado em entender seu conjunto de relações e dimensões, buscando os principais elos de interdependências e contradições.

Proponho neste trabalho a não fragmentação da realidade, mas, enquanto recurso de análise, buscarei no estudo as relações da estrutura interna de cada produção espacial específica com as suas articulações gerais.

O Brasil possui um avançado marco legal sobre a compreensão de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), atribuindo um sentido amplo e rigoroso de como o Estado brasileiro compreende e assume o dever da efetivação ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). As diretrizes brasileiras, no campo da SAN¹, destoam e discordam do caminho econômico imperante historicamente no Brasil, pois, tem caráter anti-liberal, anti-monopolista e anti-latifundiário, fruto de uma histórica luta de setores da sociedade que sofreram e combateram a fome e a pobreza, sendo nossa atual legislação, a síntese de um conjunto de conflitos de interesses antagônicos de nosso país.

Para além dos marcos institucionais, este trabalho buscara articular inicialmente o desenvolvimento histórico do capital a nível global e nacional, pois assim, contribuir em uma leitura estrutural capaz de ajudar análises da reorganização das estruturas econômicas e políticas de nossa sociedade, reorganização essa indissociável de problemática da soberania nacional, resultando em uma leitura radicalmente críticas com relação aos rumos tomados no campo alimentar no Brasil.

¹Compreendendo SAN como o conjunto de mediações táticas articuladas a um projeto de soberania alimentar. Soberania pressupõem auto-suficiência e auto-determinação através da efetivação de uma política de Estado.

Além da relevância social indiscutível que envolve a produção alimentar, sendo em estudo de caso ou em reflexões abstratas, a complexa relação de escalas (nacional, regional, local) e dimensões (econômicas, ambientais, culturais, geopolíticas e subjetivas), fazem da problemática alimentar um fértil campo epistemológico e metodológico para a abordagem geográfica, pois os estudos geográficos podem contribuir para a operacionalização das ações, seja para o setor privado, público ou movimentos sociais.

O espaço alimentar é um grande articulador de pontes em diversas direções, pois desde sempre faz parte do cotidiano de toda a humanidade (da hora que acordamos até a hora dormirmos) e está na base da relação humanidade-natureza e das relações humanas.

O estudo aqui proposto terá ênfase na dimensão produtiva, que tentara ser compreendida não sob um olhar “economicista” mas, sim por um enfoque que valoriza as relações e as interdependências da vida social brasileira vinculadas a alimentação.

Desde 1948, a produção alimentar mundial está em algum grau sob o marco do artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: o direito humano à alimentação adequada, tornado de responsabilidade das nações, que devem garanti-lo. Marcada pela orientação da ONU, o Brasil incorpora a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), de dimensão integradora e interdisciplinar, compreendendo o espaço comensal dentro das relações rural-urbano, produção-consumo, mercadoria-direito humano, poder público, privado, entre outros.

Este estudo buscara tem como referência programática as diretrizes da FAO, da CONSEA e da Via Campesina com relação à segurança\soberania alimentar. Assumimos a intencionalidade de contribuir para a elaboração de transformações reais no espaço alimentar, que garanta a eliminação da lucrativa, sórdida, sádica e covarde invenção da humanidade, que é a imposição à restrição alimentar.

Independentemente de classificação teórica da restrição/insegurança alimentar e a da fome (sendo oculta ou latente, fraca ou severa, crônica ou temporária), elas são antes de tudo um fato/produto social, construído historicamente dentro de um conjunto de valores e relações de poder, justificáveis ou não diante da opinião pública de seu tempo.

A alimentação, compreendida enquanto manifestação de um sistema de relações de produção e de reprodução social, possibilita analisar, enquanto processo histórico, suas múltiplas manifestações. Assim, o campo alimentar está interligado a um funcionamento de mundo, sendo ele uma manifestação fidedigna da estrutura social em que vivemos.

Assim, o quadro alimentar das massas humanas e a fome, mostram-se como um desagradável, porém límpido espelho de quem somos enquanto sociedade. Mostra-se tão

funcional e visceral às premissas de nosso presente, tratando a fome não como mazela social, mas sim integrada e agente formadora do ordenamento civilizacional, entrelaçada a geopolítica de controle social da riqueza.

Nossas elites dirigentes, historicamente, têm orientado suas transformações sociais pautadas por concepções econômicas liberais, em uma lógica patrimonialista, excluindo quase por completo os interesses da classe trabalhadora e camponesa, sabotando as possibilidades de uma nação com soberania nacional. O limite desta lógica econômica e suas consequências podem ser vistas em nossas cidades, que se mostram, desde o começo, um local de intensos conflitos e extremamente limitadas para a garantia de uma vida digna para todos.

O Brasil passou por um processo de urbanização de características próprias, originando no atual quadro, onde mais de 80% dos brasileiros vivem em áreas urbanas, mais de 80 milhões (40% população total) vivem em regiões metropolitanas e mais da metade da população se concentra em 5% dos municípios, segundo o IBGE.

Está população metropolitana, caracterizada por volumosas periferias, marca do processo de urbanização brasileira, encontra-se constantemente tendo que fazer alterações em sua dieta alimentar, visto que a alimentação consome parte significativa da renda dos trabalhadores que, diferente dos outros gastos fixos como moradia, luz, água e transporte, é passível de muita flexibilização.

Na quarta edição do Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, os números demonstram que a renda familiar tem despencado e atingindo números cada vez maiores de pobreza, afirmando que quase 30% das pessoas estão vivendo em domicílios com renda per capita do trabalho inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, nas metrôpoles brasileiras. O boletim também revela que a renda média regrediu ao patamar de 2012 e que a desigualdade atingiu o nível mais alto já registrado na série histórica, que utiliza dados provenientes das PNADs Contínuas, produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O que vemos, a partir dos estudos do Observatório das Metrôpoles e da Oxfam, é que caminhamos rumo ao aumento da concentração de renda, conjuntamente com o aumento da miséria. O campo alimentar brasileiro não foge a este processo, adquirindo cada vez mais uma dinâmica monopolista, financeirizada e dependente na relação econômica global, aprofundando a concentração de renda e achatamento do poder de consumo dos trabalhadores.

Pensar a melhoria da vida das classes trabalhadoras passa necessariamente pelas lutas travadas por elas, manifestadas através das articulações da sociedade civil, de

instituições públicas e privadas, nas escalas municipais, estaduais e federal, tornando o controle do poder político, uma necessidade e um grande desafio, mas uma pré- condição para uma efetiva e consequência mudança.

Nas últimas décadas, as diversas experiências de avanço na governança democrática nos países latino-americanos foram marcadas por uma sistemática sabotagem impostas pelas retrógradas elites nacionais, culminando, via de regra, em sucessivas quebras democráticas com longos períodos de repressão e aumento da violação dos direitos humanos. Superar a fome e os diversos problemas da sociedade brasileira e latino-americana perpassa por um desafio político maior, que é modificar a estrutura social de nossa sociedade.

Considerando estes apontamentos gerais, este trabalho refletirá alguns elementos no campo do espaço alimentar brasileiro, tendo como marca histórica a desigualdade social, manifestada principalmente através dos péssimos salários pagos para a grande massa de trabalhadores e uma gigantesca concentração de renda. Nas manchas urbanas observamos o mesmo, organizadas em regiões privilegiadas, em bairros centrais, não geograficamente, mas do ponto urbano, e em extensos e numerosos bairros de trabalhadores subempregados e de baixa renda familiar.

Toda alteração na produção alimentar modifica diretamente a dinâmica econômica e espacial da sociedade, afetando diretamente a qualidade e a quantidade do abastecimento alimentar urbano e da realidade do trabalhador do campo, envolvendo elementos ambientais como a gestão das águas e dos territórios, afetando diretamente o consumo.

A alimentação compreendida em sua totalidade, tem se mostrado urgente, ainda mais quando pensamos dentro de uma perspectiva unitária da relação campo-cidade e ordenamento produtivo em consonância com a garantia a alimentação adequada para todos. Neste sentido, a análise do espaço da produção alimentar pode contribuir na elaboração de possibilidades de um futuro melhor para todos.

O objetivo geral da dissertação será, a partir do campo teórico geográfico, propor reflexões sobre o espaço alimentar.

O objetivo geral da dissertação será o de buscar analisar como o espaço da produção alimentar historicamente e territorialmente se organizou e esta estruturado hoje.

Como procedimentos metodológicos a pesquisa percorrerá as seguintes etapas: levantamento bibliográfico e dos marcos legais relacionados à temática; levantamento de dados: entrevistas; pesquisa de campo; sistematização e análise dos dados. O planejamento inicial será uma dissertação dividida em quatro capítulos.

O capítulo um, Diálogos pertinentes, terá a proposta de analisar o processo de acumulação-expansão do capital a nível global e nacional e sua relação a economia rural. Para isso, será usada a literatura marxiana, num primeiro momento abordando de forma mais geral a “evolução” do modo de acumulação de capital a nível mundial, na segunda parte (1.2. Contribuições da teoria da dependência de Florestan Fernandes para a questão alimentar brasileira.) será analisado as possíveis contribuições teóricas da dependência, tendo como referência a obra de Florestan Fernandes (1968, 1976), buscando nela elementos da formação social brasileira e sua conseqüência para o espaço alimentar; no terceiro e último tópico (1.3. Processo de concentração de capital e sua dinâmica no campo alimentar) terá como referencial teórico a obra Imperialismo, de Lênin (2012) e a contribuição de Yamili Goldfarb (2012) para compreender o fenômeno dos monopólios e da financeirização, tanto do ponto histórico mundial, quanto no campo alimentar brasileiro.

No segundo capítulo, As relações da (in)segurança alimentar e renda, buscará inicialmente (2.1. Marco institucional da Segurança Alimentar(SAN) e a Soberania Alimentar no Brasil.) situar o debate legal acerca da segurança e soberania alimentar no Brasil. Num segundo momento (2.2. A classe operário e Josué de Castro) será analisada a obra de Josué de Castro: As condições de vida da classe operária do Recife (2015), no qual podemos extrair importantes reflexões e diálogos com os trabalhos atuais que tratam da fome e da renda dos trabalhadores brasileiro; na terceira parte (2.3 Atual quadro do consumo alimentar e da renda dos trabalhadores), trará a análise de dados, principalmente dos boletins do Observatório das Metrôpoles, Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua e IPCA do IBGE, onde ao final será colocado as mudanças com a pandemia de Covid 19, a partir de 2020. Na quarta e última parte (2.4. A escala alimentar metropolitana.) será problematizado algumas questões sobre os limites institucionais e até certa medida acadêmicos em sua forma fragmentada de se ver a metrópole e a questão alimentar.

No terceiro capítulo, O Espaço alimentar será apresentado o conjunto teórico com o qual trabalhará a relação produção e Espaço, tendo no primeiro momento como base a reflexão acerca do processo produtivo (3.1. O espaço do processo produtivo); posteriormente (3.2 Conceitos geográficos e os circuitos de produtivos) onde será desenvolvido as relações de alguns conceitos geográficos, sendo o principal o de circuito espacial de produção de Milton Santos, para análises na esfera alimentar; finalizando (3.3. Os circuitos espaciais alimentares) com uma análise das possibilidade dos circuitos espaciais alimentar contribuir na abordagem da produção alimentar e a segurança

alimentar.

No quarto e último capítulo, *Espacializando processos produtivos* temos a proposta, a partir de práticas de pesquisa de campo, com o levantamento dos dados primários com questionários (presenciais e virtuais) de dois exemplos concretos (4.1. Feira agroecológica das Graças-Recife) (4.2. Quintal da Vó- Campo Largo), para assim fazer o exercício de espacializar processos produtivos alimentares e analisá-los diante dos desafios alimentares hoje vividos no Brasil.

CAPÍTULO 01: DIÁLOGOS PERTINENTES

Introdução

Neste primeiro capítulo o objetivo será de criar diálogos entre contribuições marxistas, buscando assim desenvolver uma análise estrutural da economia e sua interdependência com a alimentação. Buscando fazer paralelos com o passado e o presente, vendo suas mudanças e continuidades.

1.1. O processo de acumulação-expansão do capital a nível global.

O desenvolvimento da produção e reprodução do capital sempre foi dinâmica e contraditória, acompanhada de crises e saltos qualiquantitativos para a continuidade da acumulação e expansão de capital, surgindo, dentro de cada resposta dada para a superação das crises, os elementos para as próximas contradições e sucessivas crises.

Passamos por mais de dois séculos do que Karl Marx, em *O capital*, denominou de acumulação primitiva, correspondente a todo o período de rapinagem, genocídio e super-exploração das riquezas e das populações originárias realizado pelas coroas européias nos continentes americano, africano e asiático. Assim, este período de acumulação gerou um acúmulo de riqueza e um fluxo de mercadorias suficientes para o surgimento do processo de industrialização, tendo como ápice a primeira Revolução Industrial no século XVIII.

Após este processo histórico desenvolve-se, principalmente, na Inglaterra uma economia denominada de capitalismo concorrencial, alicerce social para o desenvolvimento das teorias do liberalismo, onde a economia se caracteriza por uma diversidade de indústrias, cada qual com seu proprietário concorrendo para desenvolver mercadorias em maior número e menor preço.

Este processo é caracterizado dentro da Europa até meados do século XIX, (mais especificamente em suas principais potências econômicas), quando inicia a fusão do capital industrial e bancário (gerando o capital financeiro), acompanhado do processo de consolidação de grandes conglomerados industriais, fruto do processo de livre concorrência e a incessante acumulação e expansão de capital, gerando como resultado a falência e fusões que gerariam os monopólios.

Assim sendo, observamos a etapa da hegemonia dos monopólios em escala global, já apontado por Marx como tendência geral e classificado por Lênin em sua obra

“Imperialismo, fase superior do capitalismo” de 1916.

Em síntese, a fusão do capital bancário com o capital industrial acelerou a formação dos monopólios, gerando assim uma reorganização na forma e conteúdo na esfera do poder político, o Estado atualiza-se diante das mudanças dos modos de acumulação do capital.

O resultado das nações capitalistas centrais defenderem os interesses dos seus monopólios nacionais resultou na primeira e segunda guerra mundial, sendo esta disputa amenizada, em parte, pela Guerra Fria sendo a ameaça comunista um fator de unidade entre as potências capitalistas, e o surgimento do armamento nuclear, que causou o empate técnico entre as nações que desta tecnologia dominam.

Conforme o espaço global do capital consolidou-se, com o fim do bloco soviético na década de 90, concomitante houve a solidificação da China na economia globalizada. Assim, exigindo do mercado e, conseqüentemente, do espaço uma fluidez cada vez mais rápida e volumosa, melhores fluxos de capitais, de pessoas, de serviços e de informações.

Neste debate, Milton Santos alerta que “[...]o movimento não significa forçosamente dispersão, e os capitais financeiros, que são em parte moveis, nem por isso são menos concentrados.” (SANTOS, 1997, p.15), onde:

Para os países subdesenvolvidos, o resultado é claro: produção sem relação com as necessidades reais; exportações e importações nocivas à economia nacional; superutilização dos recursos sociais em homens e em matérias-primas, em benefício das grandes firmas mundiais; subutilização da força de trabalho e dos recursos efetivamente indispensáveis à sobrevivência. (SANTOS, 1997, p. 13).

Nas nações subdesenvolvidas, os lugares são espaços funcionais para os epicentros da hierarquia global, causando uma radical alienação do espaço da humanidade. Milton Santos propõe o espaço humano enquanto ambição metodológica e o espaço social como uma unidade de Forma, Estrutura e Função, onde “[...] formas de idades diferentes com finalidades e funções múltiplas são organizadas e dispostas de múltiplas maneiras. Cada movimento da sociedade lhe atribui um novo papel”. (SANTOS, 2012, p.41).

Em Espaço e Método, Santos sintetiza a relação economia-espaço e seus conceitos:

A economia está no espaço, assim como o espaço está contido na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga

uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado um conjunto de objetos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses processos, resolvidos em funções, realizam-se através de formas. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria. Daí por que o espaço contém as demais instâncias. Ele está, também, contido nelas, na medida em que processos específicos incluem o espaço, seja o processo econômico, seja o processo institucional, seja o processo ideológico. [...] onde o movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e através da realidade geográfica. Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo. (SANTOS, 2008, p.12-13)

Sob esta base teórico-conceitual de espaço e sendo a relação entre trabalho e demanda a base da produção e reprodução da dinâmica do espaço da humanidade, desdobra-se daí as análises sobre a produção espacial de mercadoria, em específico, neste trabalho se dialogará com mercadoria alimento.

Este resumido processo de desenvolvimento dos diferentes modos de acumulação de capital, e sua relação com o espaço, segue seu curso com o aprofundamento, através do capital financeiro, articulando-se em conglomerados produtivos, acompanhado do aumento da concentração de renda a nível global, ditando os dilemas da atualidade e utilizando como estratégia de reprodução e sobrevivência o ordenamento do espaço urbano e rural.

Durante o século XX os Estados Imperialistas defendendo seus monopólios, e em busca da expansão de mercados, geraram as já mencionadas duas guerras mundiais, que somadas deixaram mais de 100 milhões de mortos. As consequências do pós guerra foram muitas, como a criação da ONU-FAO, a carta dos DH, outra consequência foi o abandono das premissas liberais e a atuação decisiva do Estado na regulamentação da economia e da sociedade como um todo (fato este que já havia iniciado após a crise de 1929).

Este momento de afirmação do Estado como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico adotado pelos países do bloco capitalista, especialmente o central, denominadas como regime de acumulação fordista (NETTO, 2012), caracterizado pela valorização da renda dos trabalhadores, aumento de direitos trabalhistas, políticas sociais compensatórias e regulamentação da economia. Estas políticas visavam à reconstrução da economia interna dos países arrasados pelas guerras e barrar o avanço comunista nas bases trabalhadoras.

Este processo também chamado de WelfareState ou Estado de bem-estar social

predominou por cerca de três décadas nos países de capitalismo central, até que nos princípios da década de 1970, se inicia um novo momento no modelo de acumulação de capital, marcadamente regida pelo capital financeiro especulativo. Período este marcado por intensa modernização produtiva, controle do capital financeiro sobre a economia e os Estados nacionais (principalmente pelo sistema de dívidaspúblicas), crises econômicas, perda de direitos trabalhistas e de renda, desregulamentação financeira e aumento da submissão da economia nacional, com relação ao conjunto da economia internacional.

Hoje colhemos os seus frutos podres, quando assistimos ao declínio sistemático (principalmente pós crise financeira de 2008) dos indicadores sociais, como o aumento da pobreza, piora do quadro alimentar, precarização do mundo do trabalho, aumento do subemprego e desemprego. No Brasil, segundo o IBGE, em 2019 o trabalho informal atingiu mais de 40% dos trabalhadores e 12,5 milhões de desempregados. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-2018) nunca houve uma concentração de renda tão alta, onde 1% da população de maior renda atingiu 33,8 vezes o da parcela com menor rendimento e 5 bilionários brasileiros possuem a mesma riqueza que metade dos brasileiros juntos.

No Brasil, segundo o Síntese de Indicadores Sociais (SIS-IBGE) mais de 65 milhões estão a baixo da linha da pobreza e 60% dos trabalhadores com renda média inferior a um salário mínimo. Esta tendência se afirma em nível global, no qual segundo a ONG Oxfam em 2017, o 1% da população mais rica ficou com 82% de toda a riqueza mundial, surgindo um bilionário a cada dois dias. Com a pandemia de covid-19 estes números só se aprofundaram.

Atualmente, com o nível recorde de endividamento tanto das famílias, quanto dos Estados nacionais, que pouco conseguem fazer para combater estas mazelas sociais e a crise econômica. Hoje, a hegemonia do capital financeiro se tornou praticamente absoluta.

Neste contexto, o espaço urbano e rural são geridos pela lógica do mercado financeiro, aprofundando a perda do controle social, sobre o rumo da produção e reprodução da vida. “Resta” aos territórios, por intermédio do Estado Nacional, se tornarem o mais palatáveis possíveis para atraírem o capital financeiro e moldarem-se a suas demandas e dinâmicas.

Esta lógica, de acumulação capitalista, levou a inviabilização do desenvolvimento calcado na soberania nacional em detrimento das diretrizes do mercado “ultraliberal”. Sendo assim, qualquer reforma que busque diminuir as desigualdades, garantir os Direitos Humanos à moradia e alimentação, por exemplo, estão barradas.

Dentro da problemática da soberania dos povos, diante dos avanços do capital na contemporaneidade, a questão urbana e rural, mais especificamente o direito à cidade com alimentação adequada se tornam estratégicas para a superação do estado de coisas tal como se encontram.

Assim o capítulo seguinte busca abordar o dilema da soberania dentro da leitura de capitalismo dependente de Florestan Fernandes.

1.2. Contribuições de Florestan Fernandes para a questão alimentar brasileira.

Para o desenvolvimento das reflexões sobre a problemática alimentar brasileira, é fundamental os diálogos com a abordagem estrutural e histórica. Será utilizado a análise sociológica de Florestan Fernandes, em sua obra Sociedade de classes e subdesenvolvimento, de 1968.

Quando abordamos a formação social brasileira de Florestan, pensamos o capitalismo não apenas como um modo econômico, dentro de uma totalidade, entendendo a produção capitalista, mas também como produção sociocultural e sócio territorial.

Para ele, as bases da economia brasileira pensadas a partir do processo de colonização até a formação e a consolidação do Estado Nacional, não seriam um reflexo direto dos processos históricos europeus, envolvidos na crise do sistema feudal e na transição ao capitalismo comercial, mas, pelo contrário, aqui a “simbiótica” relação das grandes plantações, trabalho escravo e expropriação de toda a milenar sociedade que aqui se desenvolvia, geraram uma elite econômica com um projeto de regime radicalmente estamental e resistente aos processos progressistas defendidos pelas revoluções liberais burguesas dos séculos XVIII e XIX. Assim, ocorreu a formação do Estado nacional moderno sem alterações nos estamentos sociais e na estrutura econômica, característica essa chamada de estado autocrático burguês.

A formação do nosso Estado nacional independente transformou os senhores rurais em uma aristocracia agrária, saindo assim de uma relação de titularidades para uma relação puramente econômica, processo este acelerado devido pressões estrangeiras, fruto da consolidação da Inglaterra como potência econômica global sobre as colônias do mundo inteiro e suas demandas liberais.

Sobre isso o autor coloca que:

No entanto, esse processo histórico-social, que vinculou o destino da Nação emergente ao neocolonialismo, provocou consequências de enorme monta para a estruturação e a evolução do capitalismo dentro do País. Em um nível, como

revolução política, ele culminou na eliminação das formas preexistentes de expropriação colonial, de fundamento "legal"; na reorganização do fluxo interno do excedente econômico, o qual deixou de ser estritamente regulado a partir de fora; e na transferência do poder político institucionalizado para as elites nativas (ou seja, as elites dos estamentos senhoriais). No nível econômico, ele não teve o mesmo sentido revolucionário (FERNANDES, 1968, p.22)

Esta transição, de colônia para um regime econômico neocolonial, trouxe consequências estruturantes para o desenvolvimento capitalista e ao Estado brasileiro independente. E, na esfera jurídico-político, houve a transferência de poder para as elites senhoriais nativas porém, na esfera econômica, as relações de dependência e submissão não sofreram alterações.

A construção do Estado Nacional moderno pelas elites nativas e a criação das instituições, para cumprir o mesmo papel econômico do período colonial, não tiveram uma maturação interna, fazendo desta mudança um processo desorganizado.

A modernização, que no contexto da emancipação política apenas disfarçava e matizava os novos laços de dependência colonial, aos poucos iria adquirir o significado e as proporções de um amplo processo de transplantação de gente, de técnicas ou instituições sociais e de ideais de vida da Europa para o meio brasileiro. (FLORESTAN, 1968, p.24)

A partir do processo de independência política, o Brasil teria que lidar internamente com os dilemas do desenvolvimento capitalista. Esta transição teria dois elementos importantes. O primeiro, Florestan afirma que as mudanças ocorridas nas economias colônias, não se desenvolveram por causa das estruturas econômicas e sociais vinculadas à economia exportadora de plantações, mas sim por um processo externo global de reordenamento econômico.

Assim, a base e a mediação foi feita pelas elites nativas da economia agrária, levando o autor a qualificar este processo como absorção do capitalismo, em uma sociedade transplantada, que não se desfizera da organização e das funções extra-capitalistas para construir o Estado Nação, mesmo pós o fim da escravidão de 1888 e a universalização do trabalho livre.

A elite brasileira ressignificou o conceito europeu de progresso, em regra se restringindo a atualizar, de forma imediatista e superficial, as normatizações oriundas das demandas externas de um mundo capitalista em rápido desenvolvimento.

Quanto ao papel do liberalismo neste processo, o autor menciona que:

O liberalismo, em suas conexões ideológicas e utópicas com os interesses dos estamentos dominantes, servia como um disfarce para ocultar a metamorfose dos laços de dependência colonial, para racionalizar a persistência da escravidão e das

formas correlatas de dominação patrimonialista, bem como para justificar a extrema e intensa concentração de privilégios econômicos, sociais e políticos na aristocracia agrária e na sociedade civil, que lhe servia de suporte político e vicejava à sua sombra. Portanto, a mudança de cenário e de agentes acarretava uma mudança de ritmo e de direção na história. A civilização ocidental não se espalhou como as águas de um rio que transborda. Ao saltar suas fronteiras, ela se corrompeu, se transformou e por vezes se enriqueceu, convertendo-se numa variante do que deveria ser, à luz dos modelos originais. (1968, p. 25-26)

Uma sociedade de condição colonial permanente se desenvolve de forma diferenciada da civilização ocidental, gerando uma “esquizofrenia” entre o ideal e o possível. Esta contradição se manifesta em nossas elites, que possuem uma consciência falsa de si mesmas, enquanto sujeitos econômicos, pois se veem-se como “construtores de impérios econômicos”, porém, são subalternos ao capitalismo monopolistas internacional e dependem sistematicamente do intervencionismo estatal para qualquer empreitada.

Sendo assim, nossas elites não possuíam um conteúdo liberal ocidental, mas sim uma elite antinacional, autocrática e portanto, com aversão a qualquer participação popular nos rumos políticos, sem interesse em um desenvolvimento econômico independente e autônomo, como ocorreu nas nações do capitalismo central.

Desta forma própria, desenvolvemos instituições que afirmam um Estado nacional e democrático, porém, se analisarmos para além da auto-imagem de nossas instituições, veremos toda a perpetuação de uma prática contrária, basta vermos os inúmeros eventos da nossa história que evidenciam a falaciosa imagem “vendida” pelas instituições sobre o Brasil sobre si mesmas. O que temos de fato é uma nação sem autonomia diante dos interesses da economia mundial, sem democracia real, pois o conjunto dos interesses do povo brasileiro foi e é tratado como caso de repressão e ruptura da ordem democrática.

Diante desta análise de Florestan, em meio a este complexo processo nos tornamos uma das maiores economias do mundo há meio século em termos de PIB, mas que em essência continua a perpetuar uma reacionária estrutura social, baseada numa lógica de exploração violenta (em diversos aspectos) sobre os trabalhadores, para assim realizar esta obscena concentração de renda. Assim, com esta análise da formação social do Brasil, mas também do mundo, o autor define as nações como – com critérios como autonomia, auto-suficiência e grau de industrialização - de capitalismo avançado e as nações de capitalismo subdesenvolvido.

Os modelos institucionais não bastam para compreender a sociedade, pois como já dito, vivemos num Estado nacional democrático, sendo um dos países mais ricos do mundo. A modernização ocorre tanto no centro econômico quanto na periferia, cada uma à

sua forma, porém com conteúdos distintos, em que, a dominação por parte das potências internacionais muito se dá pelo atrelamento das economias periféricas ao processo vertical de modernização.

O desenvolvimento capitalista, desde sua gênese, constituiu-se sobre conflitos e sobre a eliminação de formas sociais anteriores. E, essa dinâmica de desenvolvimento tende a regular a estrutura, a arbitrar sobre a produção do espaço e a universalizar-se para países dependentes dentro do marco capitalista.

Ao discutir desenvolvimento econômico brasileiro, o autor coloca que, o seu avanço se faz acompanhado de autonomia e competitividade de mercado, do contrário, apenas ficar dentro dos marcos econômicos dados não seria suficiente para superar a condição de capitalismo dependente, pois o capitalismo dependente está dentro dos marcos capitalistas modernos, tendo como exemplo o agronegócio brasileiro, que não representaria um estágio arcaico, mas sim uma forma moderna e própria, desde seu princípio. Assim, o capitalismo dependente é caracterizado pela falta de auto-suficiência e de limitada autonomia.

Não podemos esquecer que a economia colonial foi à base para a chamada acumulação primitiva do capital. E hoje, não se faz diferente, pois o nosso desenvolvimento dependente se estrutura na desigualdade socioterritorial, na super-exploração e no controle das remessas do excedente econômico por potência estrangeiras, heteronomia econômica que, ao crescer, aumenta sua dependência tecnológica, financeira e política.

O capitalismo e a formação do mercado mundial foram e continuam sendo indissociáveis, portanto, as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas participam do mesmo processo de circuito econômico e do processo civilizatório.

No Brasil, mesmo o mercado interno de bens e de serviços, está fortemente submetido às relações exteriores, se orientando às tendências econômicas globais e às determinações de estados nacionais soberanos, tendo atualmente a utilização do dólar como elemento indexador, pelos EUA como um bom exemplo dessa relação de dependência e de dominação.

Assim, em nações dependentes “[...] o seu próprio crescimento econômico interno espelha, estrutural e dinamicamente, a natureza, a intensidade e a variação ou a flutuação dos interesses das economias nacionais a que se associam heteronomicamente.” (FLORESTAN, 1968, p. 38). Ao discutir as formas de superação do subdesenvolvimento, o autor aponta dois caminhos, um dentro do marco capitalista auto-suficiente, e o outro, a

via socialista, e afirma:

No plano internacional, o capitalismo gera uma luta permanente e implacável pelas posições de controle da economia mundial, que permitem dirigir os processos de formação e de crescimento das economias dependentes, bem como monopolizar os excedentes econômicos que podem, assim, ser captados e drenados dessas economias para as economias hegemônicas. Por isso, a superação do capitalismo dependente e a implantação do capitalismo auto-suficiente, numa sociedade subdesenvolvida, repousam, primariamente, na forma de integração nacional alcançada pela ordem social competitiva, através da absorção dos padrões e princípios de organização capitalista do sistema econômico. Se ou enquanto a sociedade subdesenvolvida não possuir requisitos estruturais e dinâmicos para engendrar processos de autonomização econômica, sociocultural e política, ao nível do padrão de integração, funcionamento e desenvolvimento da ordem social competitiva, ela ficará condenada ao destino histórico inerente ao capitalismo dependente (qualquer que seja a fórmula empregada para disfarçar esse destino) ou terá de procurar no socialismo (qualquer que seja a via pela qual ele se desencadeia historicamente) as soluções para os seus dilemas econômicos, sociais e políticos.” (FERNANDES1968, pg. 35).

Este dilema da superação do subdesenvolvimento tem, hoje, na China, talvez o maior exemplo das possibilidades da via socialista, pois para fazer frente ao mercado global capitalista, baseado na monopolização de vantagens econômicas, hierarquização de poder que geram autodeterminação e submissão, o país conquistou sua autodeterminação a partir da consolidação da revolução de 1949.

Enquanto as potências mundiais gozam de autonomia (escala nacional) de hegemonia (escala internacional), de protagonismo e de autoconstrução, cabem aos subdesenvolvidos a heteronomia.

Como o capitalismo baseia-se na apropriação privada dos meios de produção e mercantilização do trabalho, a riqueza gerada na incorporação da nossa economia se deu sob a tutela e controle do mercado internacional, onde a maior parte da geração de riqueza era e é apropriada por grande e poucos proprietários rurais e comerciantes, concentrando a riqueza e conservando as estruturas arcaicas, não servindo este processo como um transformador do ordenamento social.

O colapso do regime colonial, no Brasil, não passou por uma “revolução agrícola”. Pelo contrário, manteve-se a expansão de novas áreas de produção de matérias primas exportáveis, com a cada vez maior expansão territorial e aumento da urbanização, acompanhado do desenvolvimento de um mercado interno, processo esse tutelado e coordenado pelo conjunto dos interesses hegemônicos do mercado mundial.

Transição sem rupturas de nenhum grande aspecto, é a marca registrada de nosso desenvolvimento, sendo importante ressaltar o controle externo e a não multilateral do

mercado mundial sobre os países subdesenvolvidos até hoje, com a formação de pólos de desenvolvimentos dependentes do mercado externo, especializados e não complexificados, desintegrados do conjunto do território e economia nacional.

A simbiose entre modernização e dependência econômica, com pouca reinversão produtiva, deu e dá o tom do nosso desenvolvimento, pois nunca superamos a hegemonia dos centros de decisões econômicas externos, sabotando um desenvolvimento da economia interna, gerando uma tardia urbanização, tardio mercado de trabalho interno diversificado.

Todas estas especificidades seriam marcas de um “Capitalismo para fora”, segundo o autor. Aqui a transição do período colonial para o estado nacional moderno, não surgiu da formação do trabalho livre, economias urbanas expressivas, conformando um processo heterogêneo de modernização, mas sim pela “implantação” de forças externas.

Segundo esta linha, em realidades dependentes, todas as interações com o mundo são usadas pelos agentes internacionais e pelas elites locais para o aumento das taxas de exploração em detrimento do conjunto da “saúde” econômica nacional como um todo. Exemplo disso pode ser vista nas ações da política institucional das elites brasileiras, onde sempre se buscou a aprovações de leis precarizadoras no campo trabalhista (que em linhas gerais sempre possuíram uma precária estabilidade, proteção social e política), jogando parte expressiva dos trabalhadores para o mercado informal ou precarizando ao máximo os formais.

Uma verdadeira sabotagem que restringe muito a possibilidade de superação dos dilemas nacionais, pois cria um dreno de mais-valia para o exterior e beneficia uma ínfima parcela da nossa sociedade.

O que observa-se, historicamente como tendência, no nosso processo de modernização, é um verticalizado e agressivo caminho, com caráter utilitarista, negando a participação política e econômica de parte majoritária da sociedade, a população pobre e trabalhadora. Isso nos faz pensar: como e até onde, a formação de uma massa de trabalhadores assalariados, é possível e suficiente para a superação da pobreza e encontrar maior incorporação na geração de valor, tanto na escala local quanto na economia nacional?

Partindo da leitura que o conteúdo central da nossa economia é a de rapina e não de formação de um mercado interno robusto, onde trabalhos e salários valorizados são “contraproducentes” para as elites econômicas. Isso envolve pensar quais conteúdos as forças políticas e econômicas de nossa sociedade possuem e quais são as possibilidades de transformação desta sociedade no caminho dos problemas sociais existentes.

A histórica organização da produção, em países como o Brasil, serve como principal barreira para o avanço das forças produtivas de forma autônoma e soberana, com escassez de capitais nacionais, quadro aprofundado com as sistemáticas privatizações de empresas estatais, além da compra e fusão de empresas nacionais por estrangeiras, além da financeirização, colocando na ordem do dia o debate sobre o controle social das riquezas nacionais. Do contrário, continuará a subutilização do potencial econômico.

Nada mais dependente que trabalho precarizado que se manifesta, principalmente, com a baixa remuneração, resultando no não impulsionamento do já mencionado mercado interno, não desenvolvendo um volume sólido e acima de tudo integrado e autônomo.

Sobre isso o autor escreve:

Por fim, as contradições apontadas não se manifestam automaticamente. Elas dependem da ação inconformista, organizada socialmente, dos trabalhadores assalariados. Ora, estes neutralizam a estreita capacidade de pressão com que contam identificando-se, material e moralmente, com a "economia de consumo e com as manipulações "desenvolvimentistas" dos setores privados, nacionais ou estrangeiros. Suas insatisfações (como a de outros círculos sociais, submergidos na economia de subsistência ou tentando ingressar na proletarização) projetam-se contra a pobreza e contra o padrão miserável de vida, que a ela se associa: não se convertem em crítica as formas de produção capitalista nem em rebelião contra as técnicas sociais de apropriação capitalista." Em tais circunstâncias, as contradições emergem, de fato, mas elas têm outras origens, outro sentido e outras consequências. Não o poder expansivo de forças produtivas sufocadas, mas a debilidade das formas de organização da produção que engendra e dinamiza as contradições realmente operativas em seu seio. "(FLORESTAN, 1968, p. 50-51).

Como fica evidente, a importância do aumento da renda das massas assalariadas, fez do nível de organização dos trabalhadores algo central e, não por acaso, sempre precisou ser duramente reprimida por forças regulares do estado, legislações e também por meios não "formais".

Contraditoriamente, as elites político-econômicas lutam para manter salários rebaixados e, ao mesmo tempo, desejam uma modernização acelerada, mesmo tendo a incapacidade de fazê-la por suas regras.

Do colonialismo ao imperialismo econômico dos dias atuais, se intensificou a complexidade da condição de dependência, o antigo e o moderno se fundem diariamente, provocando resistências e mudanças, condicionando os caminhos possíveis para uma realidade diferente.

Estas reflexões de Florestan apontam para os obstáculos colocados para o capitalismo dependente, pois é condicionado a partir de fora, uma forma específica de produção do espaço econômico global, porém, sua superação ocorrerá por um processo interno de mudança. O autor observa historicamente, três caminhos gerais para estes

países: 1- nacionalizações econômicas. 2- liberalismo radical ou 3- superação da ordem capitalista.

Estes caminhos colocados e a contribuição teórica do autor podem contribuir nas reflexões sobre a superação dos problemas alimentares do Brasil, quais elos econômicos e grupos sociais impedem esta superação e quais elementos são estruturais ou conjunturais em nossa sociedade que nos leva ao crítico quadro alimentar em que vivemos.

1.3. Concentração de capital e sua dinâmica no campo alimentar.

Para entendermos o mundo de hoje e seus reflexos no campo alimentar, torna-se inevitável passarmos pela análise dos monopólios econômicos. Para isso a clássica obra de Lênin, “Imperialismo fase superior do capitalismo” será aqui colocada e articulada com o artigo da professora Yamila Goldfarb, que analisa o campo alimentar no Brasil.

Analisando historicamente o processo de concentração de capital, gerida com o constatando aumento da industrialização, associada à concentração de produção, agrupando-se em monopólios, este fenômeno ocorreu em todas as etapas do processo produtivo, mas com ênfase na determinante etapa da produção da mercadoria.

Tendo no grande capital a característica de ser muito mais produtivo devido ao grande volume de capital constante, acabam por submeter o conjunto das pequenas e médias empresas ao rebaixamento médio do valor unitário da mercadoria, além de serem mais estáveis nos períodos de crise econômica- sendo considerada a crise industrial de 1870 a inauguração da era dos cartéis,

Lênin coloca que os cartéis possuem uma verdadeira ascensão meteórica, se até 1860 imperava o período da livre concorrência das economias capitalistas, quadro este que muda drasticamente, os cartéis consolidam-se na economia europeia nas décadas seguintes pós o crack de 1873, iniciando pelo setor industrial de transformação da matéria-prima e já em 1900-1903 temos a primeira crise internacional causada pelos monopólios (mineração e siderurgia).

Nos EUA o número de cartéis saltou de 185 em 1900, para 250 em 1907, onde estes monopólios neste período concentravam $\frac{3}{4}$ dos operários nas economias centrais, sendo responsável por $\frac{8}{10}$ de toda produção do ramo em que atuavam.

Petróleo, aço, indústria química, setor de energia, setores fundamentais da

economia que incentivariam futuramente os estados nacionais a confrontarem-se pela hegemonia do controle econômico mundial, criando a primeira e segunda guerra mundial. A unidade técnica da produção e o monopólio de patentes, acordo sobre preços, são a dinâmica operacional da “concorrência” monopolista. O autor classifica os monopólios resultaram em um gigantesco progresso na socialização da produção.

A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais insuportável.(...) É esclarecedor lançar uma simples vista de olhos ainda que somente à lista dos meios a que recorrem as referidas associações na luta moderna, atual, civilizada, pela "organização: 1) privação de matérias-primas ("... um dos processos mais importantes para se obrigar a entrar no cartel"); 2) privação de mão de obra mediante "alianças" (quer dizer, mediante acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas); 3) privação de meios de transporte; 4) privação de possibilidades de venda; 5) acordo com os compradores para que estes mantenham relações comerciais unicamente com os cartéis; 6) diminuição sistemática dos preços (com o objetivo de arruinar os outsiders, isto é, as em presas que não se submetem aos monopólios. Durante um certo tempo, gastam-se milhões para vender a preços abaixo do custo: na indústria da gasolina ocorreram casos de redução de preço de 40 para 22 marcos, quer dizer, quase de metade!); 7) privação de créditos; 8) boicote.(LENIN, 2012, p48)

Relevante a análise sobre a dialética relação de socialização, passando à produção social e ao mesmo tempo apropriação privada. Esta contradição do potencial civilizatório e a arcaica e estreita subordinação sobre a ordem da propriedade privada alicerçou os conflitos geopolíticos ocorridos no século XX e XXI, servindo para analisarmos também como isso se dá no âmbito do desenvolvimento da produção capitalista na periferia do sistema econômico, pois os monopólios condicionam a concorrência privação de matéria prima, privação de mão de obra, privação de meios de transporte, dificuldades de venda, diminuição sistêmica de preços, privações de créditos, boicotes, ações que atingem todas as etapas do processo produtivo (produção-circulação-troca-consumo) para garantir assim a hegemonia do setor e contando com a decisiva participação dos estados nacionais.

Se imaginarmos os dilemas a ser enfrentados na produção alimentar brasileira, observamos exatamente estas estratégias do agronegócio sobre qualquer outro circuito econômico que fuja do seu domínio e arbitrariedades.

Esta substancial mudança provoca toda uma nova etapa capitalista, pois ocorre a maximização da apropriação financeira sobre o conjunto dos agentes econômicos.

O capital-dinheiro e os bancos, como veremos, tornam ainda mais esmagador esse predomínio de um punhado de grandes empresas e dizemos esmagador no sentido mais literal da palavra, isto e milhões de pequenos, médios e até uma parte dos

grandes "patrões" encontram-se de fato completamente submetidos a umas poucas centenas de capitalistas financeiros milionários. (LENIN,2012, p 38)

Dando os exemplos da Alemanha e EUA (este em um processo mais intenso de monopolização), em que no início do século XX, 0,9% das empresas eram grandes, na Alemanha, elas consumiam 75% de toda força motriz e elétrica do país, enquanto 91% das empresas haviam consumido 7%, nos EUA este menos de 1% representou quase metade do PIB em 1909 (dados de 2020 do Federal Reserve afirmaram que o 1% mais ricos representaram 38% do PIB).

A tendência mais ressaltada é a do crescimento das empresas na qual “a concentração por si mesma, conduz diretamente ao monopólio”, pela operação que denomina combinações dos processos produtivos, transformando as relações de concorrência em monopólios. Assim, garantindo taxas de lucro mais estáveis, eliminando relações comerciais, antes necessárias para articular as diversas empresas simples.

Quando pensamos a realidade brasileira, podemos observar que quanto mais tardiamente ocorreram às industrializações no mundo, mais dentro da égide dos monopólios se desenvolveu suas economias.

Os bancos, inicialmente intermediários do pagamento, convertendo dinheiro em capital ativo, capital-dinheiro. Acompanhando o processo de monopolização da produção, acaba por se tornar o monopólio do capital-dinheiro. Em 1909 os nove maiores bancos de Berlim controlavam 83% de todo o capital bancário da Alemanha, onde a incorporação de novos bancos e capitais acabam por também se subordinarem ao sistema de participação, os capitalistas dispersos acabam por construir um “capitalista coletivo”.

Geração dessa hierarquia geral e global, o grande capital acima de todos, inicialmente atrasando sua inserção no desenvolvimento da agricultura em comparação ao industrial, onde os bancos apoiam ao mesmo tempo em que “espoliam” a meia dúzia de monopólios bem organizados e sólidos.

No período de 1895 até 1910 se consolidaram a fusão do capital bancário e indústria, onde é interessante observarem que este processo se deu de forma hierárquica, com processo gradual de crescimento do controle bancário sobre o industrial, abrindo os caminhos para o atual momento financeirista. Assim, o capital financeiro surge do processo histórico de concentração de produção gerando monopólios, estes que fundisse com os bancos, gerando o capital financeiro.

Sistema de participação é um terreno onde o monopólio não precisa ter uma maioria esmagadora das ações para de fato hegemonizar as decisões, além de ser um

ambiente de muito difícil confiabilidade devido as artimanhas de maquiar os relatórios financeiro das empresas (notoriamente uma dinâmica massivamente aplicada).

É próprio do capitalismo, em geral, separar a propriedade do vive apenas capital da sua aplicação à produção; separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo; separar o rentista, que dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do industrial e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira; implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente "poderosos" em relação a todos os restantes. Podemos avaliar o volume deste processo pelos dados estatísticos das emissões de toda a espécie de valores. (LENIN, 2012, p. 89)

As diversas formas de amarras para aprofundar as incorporações, linhas de crédito, investimentos, depósitos e transações, a totalidade do capital orchestra-se de forma vertical, hierarquicamente rígidas, pois o capital monopolista comportasse de forma expansiva, incorporando de forma "colonialista", referindo a tática de dominação, subjogação violenta e implacável, utilizando se de todas as formas cabíveis para monopolizar a riqueza e os povos, aprofundando nestas incorporações a desigual relação política, gerando em meio a estas fusões, divisões internas, sendo maior a dependência econômica, quanto mais tardiamente é incorporado pelo cada vez maior monopolização do capital.

Atuando nas esferas políticas e do aparelho estatal, o imperialismo impõe uma verdadeira plutocracia, sendo os estados nacionais beneficiários e promovedores deste processo econômico de concentração e predomínio do capital-dinheiro, o rentismo na gestão do poder econômico. Em 1910, Inglaterra, França, Alemanha e EUA já concentravam 80% de todo o capital financeiro mundial.

As exportações de capitais aprofundam as redes internacionais de dependência. Na virada do século XX, a exportação de capitais surge nos países europeus mais ricos, depois da consolidação dos monopólios de capitais no continente, direcionando para alguns países, onde as possibilidades de taxas de lucro em potencial são enormes, devido a pouca concorrência de capitais existentes e devido aos limites políticos de suas elites econômicas diante dos interesses internacionais.

Este processo histórico continua e estendeu-se ao campo alimentar. Em um artigo Goldfarb (2012) trabalha a partir da noção de Regime Alimentar, compreendido dentro do conceito de processo produtivo de Marx, colocando a importante relação dos alimentos na reprodução da força de trabalho e conseqüentemente na produção de valor além do papel

na construção do capitalismo mundial e no próprio desenvolvimento do capital.

Partindo do marco temporal da década de 1970, consolida-se no Brasil o Regime alimentar corporativo e corporações monopolistas transnacionais, um processo produtivo movimentado a base do capital financeiro, através do financiamento e dos insumos, acompanhado a sistemática perda de estruturas estatais que reduziram drasticamente a capacidade de intervencionismo sobre os processos produtivos em geral., resultado e resultante do declínio do Estado de bem-estar social, dinâmica esta de substituição do poder do Estado na economia pelo mercado financeiro.

Assim, as corporações incorporam a lógica da especulação, beneficiando das elevações de preços, sendo indiferentes a geração de crises sociais oriundas de suas ações, por maior que sejam os danos aos processos produtivos, uma verdadeira autofagia, pois piora o potencial de consumo da classe trabalhadora, além de prejudicar a singular mercadoria força de trabalho.

Acabam por controlar os preços de ponta a ponta do circuito, o subordinando a financeirização, conjuntamente aprofundam ela através do que se referêcia por pacotes tecnológicos, nutrindo o aumento da composição orgânica do capital no campo. Faz-se com que para se alcançar os padrões exigidos dentro do crescente processamento industrial de alimentos, provocam a restrição cada vez maior de perfil de proprietários capazes de se incorporar a constante e intensa “modernização”.

Este aumento da composição orgânica de capital, nos processos produtivos alimentares, é viabilizado através de empréstimos, o acesso ao crédito atrela a agricultura a financeirização, assumindo hegemonia dos rumos econômicos em contrapartida do Estado.

Durante a década de 1980 o Regime alimentar corporativo aprofunda seu desenvolvimento a financeirização especulativa, com o aumento de certificados futuros de compra, consolidando o mercado futuro de commodities, que colocou na mão do especuladores financeiros o controle dos preços, através da antecipação de capital na produção. Este caminho acelerou a diminuição do poder de intervenção do Estado numa orientação oposta aos interesses financeiros, afastando o desenvolvimento dos processos produtivos rumo a consolidação do direito a uma alimentação adequada. Goldfarb escreve que:

As consequências disso são conhecidas: frequentes períodos de carestia de alimentos; aumento da insegurança alimentar; mudanças nas políticas de abastecimento dos países, como, por exemplo, o abandono da política de estocagem de produtos agrícolas, o que permitia a intervenção do Estado no controle do preço dos alimentos; revoltas populares etc(...) Sendo assim, se os países passam a priorizar a produção do que é mais interessante do ponto de vista dos mercados

internacionais, e não do ponto de vista do consumo interno; se os países deixam de possuir estoques públicos que garantam a manutenção dos preços numa faixa viável tanto para consumidores como produtores; se permite-se que se especule com o preço dos alimentos no mercado financeiro, como é possível garantir que exista o acesso ao alimento por parte da população? Frente a isso, garantir a soberania alimentar significa garantir a regulação dos mercados e o investimento no mercado interno. Mais do que isso: significa a necessidade de impedir que o alimento entre na roda do mercado financeiro como simples ativo, posto que é algo essencial à vida. Sem isso, populações inteiras ficarão sempre à mercê do interesse de grupos econômicos que não possuem compromisso algum com a soberania alimentar. (GOLDFARB,2012, p. 52)

Assim, pensar a soberania alimentar de qualquer nação do mundo, passa pelo intervencionismo estatal orientado ao abastecimento interno e garantia do direito humano a alimentação adequada, associado a uma construção da política através do controle social democrático.

CAPÍTULO 02: SEGURANÇA ALIMENTAR E RENDA

Introdução:

Neste capítulo será trabalhado os marcos institucionais que existem no Brasil acerca da Segurança e soberania alimentar, os estudos (clássicos e atuais) que tratam da relação renda e fome nos dias atuais e historicamente, trazendo algumas problematizações desta dimensão para o espaço metropolitano.

2.1- Marco institucional da Segurança Alimentar(SAN) e a Soberania Alimentar no Brasil.

Para iniciar o debate, primeiro é importante delimitarmos o marco conceitual e legal da Segurança e soberania alimentar no Brasil.

Onde:

O fato de a SAN definir um objetivo de política pública faz dela uma noção suscetível de distintas acepções e meios para efetivação, sendo pouco provável uma compreensão única a respeito. Mais do que isso, há um elemento de disputa em torno da SAN, subordinado a dois princípios que são o direito humano à alimentação adequada e saudável e à soberania alimentar. (MALUF, 2007, p.15).

Esta colocação nos alerta que a construção de SAN não se restringe a um projeto elaborado, através de uma equipe de técnicos especialistas no tema, mas sim por envolver os interesses de diferentes grupos, muitas vezes antagônicos, criando em sua construção uma esfera de disputas.

Essas disputas estão dentro da problemática da soberania e segurança alimentar, principalmente diante dos avanços do capital na contemporaneidade. A questão urbana e rural, mais especificamente o direito humano à alimentação adequada (DHAA), é estratégica para a superação do estado de coisas tal como se encontram.

Quando tratamos do campo alimentar, temos a discussão de segurança alimentar e nutricional (SAN), que possui uma diversidade de concepções. Mas, em linhas gerais, proponho dividi-las em duas. A primeira, conhecida como regime alimentar corporativo, baseado na capacidade de produção e comercialização de commodities, com seus “preços mundiais”, lucros sendo enviados para as regiões do capitalismo central, com baixo valor

agregado, onde o bem estar dos trabalhadores e da natureza são colocados em segundo plano.

Este modelo faz com que cada país se especialize em alguns alimentos determinados e focados para a exportação, gerando um aumento na necessidade de importações (de produtos alimentícios), que acaba aumentando a dependência alimentar de uma nação (MALUF, 2007).

A segunda linha geral encabeçada, principalmente, pelos movimentos sociais (Via Campesina), envolve a compreensão da autossuficiência, que deve se efetivar a partir das políticas de Estado, que devem ficar acima dos interesses financeiros. Isso envolve, por exemplo, o poder do aparelho estatal para a decisão de políticas agrícolas e alimentares, na qual sua capacidade de autonomia esbarra com os interesses dos latifúndios, grandes monopólios transnacionais, nacionais e diretrizes do mercado global, que no atual momento histórico, se articulam e agem em escala global, envolvendo, em geral, a heterogeneidade de interesses antagônicos de classes encontrados nos mais diversos grupos sociais que constituem a nação.

A questão da segurança alimentar e, em específico, o da fome, são grandes desafios mundiais. Em 2020, a FAO/ONU² declarou, pelo quinto ano consecutivo, que houve o aumento de famintos no mundo, somando mais de quatro vezes a população brasileira, tendência nacionalmente seguida. Esse dado demonstra o grande desafio em superar um dos mais básicos problemas da humanidade. E, a nível mundial, afasta-nos ainda mais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de erradicar a fome até 2030 e evidencia, nacionalmente, as profundas dificuldades em seguir as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), assumido em 2012, que entende como necessária a efetivação da soberania do bem estar da população sobre os interesses divergentes.

Em termos legais, o Brasil possui avançados marcos conceituais sobre a compreensão de Segurança Alimentar e Nutricional, em sentido amplo. As discussões realizadas no âmbito das Conferências Nacionais sobre o tema, consolidaram a definição expressa na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (nº 11.346), de 2006, que no seu artigo 3º define:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base

² disponível em <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1297922/>, acesso em 01/11/2021

práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Essa Lei também criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o SISAN, que articula diferentes órgãos do poder público e da sociedade civil em torno da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. A partir da sua constituição seguiu-se uma série de avanços em termos político-institucionais na área. Em 2010 foi incorporado à Constituição, a partir da Emenda Constitucional 064/2010, o direito à alimentação, entre os direitos sociais individuais e coletivos, somando-se à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer e à segurança. Em 2012, o I Plano Nacional de SAN (PLANSAN) foi elaborado, com a participação efetiva da sociedade civil e do Estado para atuar de forma intersetorial e abrangente, onde incorpora a preservação ambiental, as diversidades sociais (etnias, gênero, renda, rural, urbano) e culturais, opondo-se à concepção de limitar-se à um problema de consumo, em uma abordagem historicamente assistencialista.

Por mais que encontremos importantes progressos nas leis, o dilema alimentar nacional tem se tornado um desafio cada vez mais latente e complexo para a sociedade civil e para o Estado. A discussão sobre segurança alimentar e nutricional (SAN) terá aqui como ponto de partida a indissociabilidade à um projeto de soberania alimentar. Isso envolve a compreensão da auto-suficiência como prioridade estratégica, construída de forma radicalmente participativa e controlada pela sociedade civil organizada.

A concretização da SAN, afronta a ordem social dominante vigente, portanto está envolvida em uma série de conflitos de interesses, como por exemplo, o poder do aparelho estatal para a decisão de políticas agrícolas e alimentares, onde sua capacidade é prioritariamente aos interesses dos latifúndios, grandes monopólios transnacionais, nacionais e diretrizes do mercado financeiro global, que no atual momento, se articulam e agem em escala global.

Por esta ótica, um Estado com soberania alimentar pressupõe o fortalecimento do poder político através da participação social sobre a regulamentação e planejamento de todas as dimensões envolvidas no processo produtivo de alimentos, atingindo assim a estrutura agrária, financiamento, assim como a massificação de equipamentos (silos, restaurante popular, mercados públicos, CEASA, “Sacolão”, feiras-livres) e do mercado institucional através de programas de governo (restaurantes universitários, hospitalares, asilos, sistema carcerário, merenda escolar e programas governamentais de distribuição de alimentos).

Nosso modelo agrícola é privado, estruturalmente excludente e ambientalmente destrutivo, sendo o próprio modelo produtivo o principal fator de insegurança alimentar e, por isso, devemos priorizar o setor produtivo nas políticas de SAN e não somente as esferas de circulação e consumo. Assim, as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional orientam uma transformação do nosso modelo produtivo alimentar, fortemente baseado na exportação, na monocultura latifundiária e na intensa dependência de uso de adubos de síntese química e agrotóxicos. Este modelo excludente, tanto socialmente quanto ambientalmente maléfico, necessita de uma reorganização produtiva, que priorize o mercado interno com os pequenos e médios agricultores, em cadeias produtivas de proximidade, buscando prioritariamente abastecer a parcela mais empobrecida da população, com alimentos saudáveis e de baixo preço.

2.2. – A classe operaria e Josué de Castro

Resgatando as aspirações de Josué de Castro, sobre a problemática da fome no Brasil e no mundo, uma das suas recorrentes afirmações partiam da premissa que a fome foi e segue um tabu em nossa sociedade. Indagando qual o papel da ciência moderna neste contexto o autor diz que:

“[...] é chocante a exiguidade da bibliografia mundial sobre o assunto, em contraste com a abundância de livros e artigos publicados sobre outros temas de importância social bem mais secundarias. [...] considerando o instinto como animal e só a razão como social. (CASTRO, 1959, p.46-48).

E segue:

A própria ciência e a própria técnica ocidentais, certamente envaidecidas com suas brilhantes conquistas no domínio das forças da natureza, não se sentiam à vontade para confessar abertamente o seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições de vida dessas massas esfomeadas. (Idem p.51).

Ao buscar uma explicação das causas deste quadro, Josué de Castro afirma que:

Razões cujas raízes mergulhavam no escuso mundo dos interesses econômicos, dos interesses de minorias dominantes e privilegiadas, que sempre trabalharam para escamotear o exame do fenômeno da fome do panorama intelectual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional, controlados por aquelas minorias obcecadas pela ambição do lucro, muito interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a processar-se indefinidamente como puros fenômenos econômicos, digeridos no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômenos do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade. (Idem, p.49-50).

Neste trecho Castro evidencia seu humanismo radical, que carregará no conjunto de

toda sua obra e de sua prática ao longo da vida, discussão esta que desloca do foco do lucro para o bem estar coletivo, apontando como horizonte estratégico a superação do valor de troca para o valor de uso dos alimentos. Outra característica, peculiar de sua análise, é de não desvincular a superação da fome de uma revolução social, definida por ele:

A palavra revolução é aqui empregada não para significar um processo violento de derrubamento das autoridades constituídas e de tomado do poder, e sim, de uma transmutação histórica, de substituição de um mundo de convicções sociais por outro diferente, na qual os valores sociais anteriores já não têm significação [...]. Esboça-se, pois promissoriamente, nesta nova era, a tentativa de pôr-se o dinheiro a serviço dos homens e não de fazer-se o homem escravo do dinheiro. (Idem, p.53-54).

Revolução esta que desloca o foco do lucro para o bem estar coletivo. Uma atuação que proponha mudanças profundamente estruturais para o que para muitos, a fome não passa de um problema pontual, onde é solucionado com doações para os mais necessitados, assim salvando-os do sofrimento da fome e ao mesmo tempo acabam por salvar suas ilusões de mundo. Josué de Castro propunha que o fenômeno da fome fosse compreendido em sua totalidade, que é social, econômica e biológica, criticando abordagens fragmentadas, fruto da especialização das formações universitárias, onde acaba por abordar de forma parcial a problemática alimentar.

Outra característica de sua linha de pensamento é a de que as limitações naturais não eram a razão geradora dos problemas alimentares da humanidade, combatendo duramente as linhas malthusianas e sempre afirmando a matriz social da fome. Para ele:

A fome e a guerra só surgiram depois que o homem alcançou um grau de cultura em que começou a acumular reservas e estabelecer fronteiras defensivas de suas riquezas acumuladas, isto é, quando começaram as dificuldades criadas pelo homem quanto à distribuição das riquezas produzidas. (Idem, p.63).

Seus trabalhos, de forma alguma defendiam uma suposta neutralidade, tão pouco eram descritivos. Desenvolvendo uma teoria própria da nossa realidade e não importando mecanicamente modelos externos, além de reconhecer a centralidade do Estado como planejador econômico e a concentração de renda privada da terra e do dinheiro como o cerne a ser transformado para a superação dos problemas do povo.

Seu pensamento continha os elementos centrais da geografia crítica da década de 70, onde submeteu sua leitura da realidade a superação da mesma, a essência de uma Geografia não só crítica, mas revolucionária.

A obra de Josué de Castro, *As condições de vida da classe operaria no Recife: Estudo econômico da sua alimentação* (1935) é, demasiada importante ser analisado, pois é um marco nos estudos no campo alimentar brasileiro e dialoga muito com os estudos colocados no sub-capítulo anterior.

No Brasil com o protagonismo tanto da classe operaria como das Ligas Camponesas, na década de 20, lutas nascidas indissociáveis do conflito entre capital e trabalho/terra, eram encaradas como atos subversivos e sendo ativado a repressão do Estado. Josué de Castro por outro lado, neste trabalho faz um estudo econômico\estatístico sobre a alimentação da classe operaria do Recife, com sua preocupação humanista radical de garantia de uma vida digna e sem fome.

Uma abordagem totalmente distinta da forma como as elites encaravam a pobreza, e de como a intelectualidade se envolvia com os reais problemas do povo. Este trabalho imprime um estudo vanguardista ao conhecer, interpretar cientificamente e divulgar os problemas sociais nacionais e iluminar as necessárias ações políticas. No seu trabalho afirma:

“[...] que os caracteres de deficiência e de inferioridade de alguns povos, atribuídos outrora a fatores étnicos, a fatalidades raciais, são apenas consequências diretas de más condições higiênicas e principalmente, de uma má alimentação. É esse precisamente o nosso caso. Hoje ninguém mais afirma com consciência que a mestiçagem seja a verdadeira causa da baixa vitalidade do nosso povo. O cruzamento do índio, do negro e do português não gera por fatal hereditariedade um mestiço débil, anêmico e raquítico. Se a maioria dos mulatos se compõe de seres estiolados, com déficit mental e incapacidade física, não é por efeito de uma tara racial, é por causa do estômago vazio. Não é mal de raça, é mal de fome. É a alimentação insuficiente que não lhe permite um desenvolvimento completo e um funcionamento normal.” (2015, p.11).

Com o objetivo principal de analisar a alimentação das classes assalariadas afirma que seu trabalho:

“[...] cujo mérito único reside no sentimento humanitário de mostrar aos espíritos dirigentes e aos interessados em conhecer nossas realidades sociais, como vive, ou melhor será dizer, como morre de fome a maioria de nossa população. Pela leitura das conclusões a que chegamos, temos que reconhecer a grande e crua verdade, da expressiva frase de Juan B. Justo, de que: "Atualmente já não se pode assassinar o proletário, mas se pode legalmente fazê-lo morrer de fome". (2015, p. 12).

Importante ressaltar que, este trabalho, não está tratando dos desempregados, Josué está analisando a classe trabalhadora assalariada, portanto, isso está diretamente relacionado à lógica de acumulação e reprodução do capital e “incorporados a modernidade”.

Para a produção deste estudo, o autor uniu dados estatísticos econômicos “com

dados de indagação biológica das classes sociais”, coletando as informações de 500 famílias (2.585 pessoas) distribuídas em quatro “bairros” operários, chamados de zonas (A,B,C,D), gerando o quadro 01, exposto a seguir.

Zona	Nº de famílias recenseadas	Nº pessoas recenseadas	Nº pessoas por família	Salários por dia	Despesas por dia	Déficit diário	Porcentagem de despesa			
							Alimentação	Habitação	Água e luz	Várias
A	200	1.040	5,2	35700	35830	5130	69%	11%	9%	11%
B	150	690	4,6	45100	45200	5100	74%	6%	10%	10%
C	150	855	5,7	35300	35750	5270	71,6%	9,6%	9,3%	9,3%
Médias	500	2.585	5,17	35700	35866	5166	72%	12%	9%	7%

Quadro 01: Condições de Vida da População Operária do Recife (2015, p. 16)

O levantamento das informações ocorridas por intermédio do Departamento de Saúde Pública, constatou que a renda diária era de \$3700, com famílias com média de 5,17 pessoas. O estudo mostrou que os trabalhadores tinham um gasto médio de 72% de seus rendimentos com alimentação, 12% em habitação, 9% água e luz e compara com os gastos dos operários de outros países como Estados Unido e Argentina onde a alimentação consumia 55% de seus rendimentos.

Josué afirma que este alto gasto com alimentação demonstra o quanto o salário brasileiro eram “muito abaixo do salário mínimo racional”, pois mostra que o trabalhador mal consegue garantir o básico, sacrificando todo seu orçamento para outras necessidades, comentando inclusive as negativas consequências disso para a dinâmica de uma economia saudável.

O valor real do salário é analisado na obra, dentro da proporção dos gastos das famílias, quanto menor a renda for, maior será a porcentagem dos gastos destinados a alimentação. Nos casos de renda baixa, sobram 28% de seus rendimentos para todas as outras necessidades, observa-se os sacrifícios com os gastos como moradia, que foi de 9,6% em média (EUA e Argentina eram de 20%), mostrando que nossas péssimas

condições de habitação desdobravam-se do “excessivo” gasto com alimentação. O terceiro gasto analisado era o de água e luz, onde devido aos caríssimos serviços públicos, custavam 9,3% dos seus rendimentos mensais. Os 9,3% restantes eram gastos com transportes, medicamentos, vestuário, etc.

Fazendo um paralelo com os dias atuais, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-18), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que enquanto famílias com rendimento de até dois salários mínimos gastavam 26% de seus rendimentos com alimentação, as mais ricas gastavam 5%. Em 2019 1\4 dos brasileiros viviam com esta renda, em 2021 após todos os desastrosos eventos ocorridos no Brasil, segundo a 4ª edição do boletim Desigualdade nas Metrôpoles, 30% dos brasileiros vivem com 1\4 de salário mínimo per capita, com a perda de 33,4% do poder de compra destas pessoas no prazo de um ano e sem previsão de mudança.

Voltando a obra de Josué, quando é analisado o consumo alimentar destas 500 famílias (quadro 02), constatou um “padrão” em que todas elas consumiam feijão, farinha, charque, café e açúcar, porém todos os outros alimentos eram consumidos por um número muito baixo de famílias e os riscos da falta destes alimentos para a saúde, como por exemplo, frutas (15%), verduras (18%) e leite (19%). Estes números revelam apenas se consomem ou não, mas mesmo os que consumiam estes alimentos, ainda o consumiam de forma extremamente insuficiente.

Alimentos	Nº de Famílias consumidoras	
	Total	%
Feijão	498	100
Farinha	500	100
Charque	497	100
Café	500	100
Açúcar	500	100
Pão	422	84
Carne verde	163	32
Milho	124	25
Arroz	103	20
Leite	97	19
Derivados do leite	76	15

Verduras	91	18
Frutas	78	15
Banha	60	12
Bacalhau	20	04
Outros alimentos	84	16

Quadro 02: Alimentação (2015, p. 12)

A conclusão do trabalho revelou que 80% dos operários não consumiam frutas, nem verduras, nem leite e os 20% restantes que consumiam eram em quantidades irrisórias. Considerando que as famílias dispunham de \$2560 diário destinado a alimentação e comparando com os preços pagos, foi possível fazer “o regime alimentar habitual da família operaria”, em outras palavras, qual era a quantidade que às famílias conseguiam ter de alimento, consecutivamente foi feito o levantamento nutricional que este consumo continha. Assim consolida sua pesquisa, calculando a renda média com o custo dos alimentos, chega a conclusão de quanto se come por indivíduo, 1646 calorias diárias.

Josué faz então a seguinte pergunta: “Como se pode comer assim e não morrer de fome?”

E responde: “Como? Morrendo de fome.”

E anuncia que existia correlação entre as elevadas taxas de mortalidade e a insuficiência alimentar.

No tópico Conclusões inicia classificando a “alimentação racional”, apontando que necessita ser “suficiente, completa e harmônica”, diga-se de passagem, é muito próxima ao que hoje se classifica como uma alimentação adequada. Analisa a insuficiência de ingestão calórica diárias, classificando do ponto de vista quantitativo, como um regime incompleto, pois não possui proteínas, vitaminas e sais minerais suficientes. Calcula a insuficiência de proteínas, de minerais como cálcio e ferro e vitaminas, derivado da falta de ingestão de frutas, verduras e legumes.

Classifica como um regime desarmônico, pois a uma ingestão muito elevada de carboidratos em comparação as outras nutrientes, colocando que:

Só há uma maneira de alimentar-se pior do que essa: é não comer nada. É por isso que essa gente não fala em alimentar-se, mas em enganar a fome. Infelizmente a fome não se deixa enganar, apenas se ilude sua sensação consciente, mas na intimidade profunda de cada célula perduram indefinidamente os seus efeitos. Muito mais terrível do que um surto epidêmico e de que o flagelo das secas que dizima de

uma vez algumas centenas ou milhares de vidas, é esta desnutrição, esta subalimentação, permanente que destrói surda e continuamente toda uma população sem chamar nossa atenção nem despertar nossa piedade. (2015, p. 22)

A atenção dada à subnutrição seria chamada, futuramente, de fome oculta, conceito muito válido para se pensar a fome nos tempos atuais, pois à restrição alimentar de frutas, verdura e legumes, além de uma inadequada ingestão de proteínas. Em 2011 a Análise de Consumo Alimentar Pessoal, no Brasil, do IBGE constatou que menos de 10% dos brasileiros ingeriam menos frutas, legumes e verduras do que o recomendado pela OMS (400g por dia), os produtos mais consumidos pelo brasileiro diariamente são: feijão (182,9 gramas), arroz (160,3 gramas), carne bovina (63,2 gramas), refrigerante (97,4 gramas) e café (215,1 gramas). Não muito diferente da classe operária do Recife da década de 30, que consumiam feijão, farinha, charque, café e açúcar, e não tão diferente da alimentação dos escravos no Brasil do século XVIII, baseada numa farta porção de farinha, um ralo caldo de feijão e pouquíssima carne seca, com a mesma falta de legumes e vegetais que hoje nos encontramos.

Voltando ao texto de Josué, após estes paralelos que parecem mais uma maldição cotidiana interminável das classes trabalhadoras.

Como comprovação da morte pela silenciosa fome oculta, Josué compara as taxas de mortalidade do Recife com as de diversas cidades do mundo, conforme pode ser visualizado no quadro 03, a seguir.

Cidades	Mortalidade por 1.000 habitantes
Recife	19,45
São Paulo	15,3
Rio de Janeiro	18,8
México	17,0
Paris	14,5
Londres	11,8
Nova York	17,1

Quadro 03: Quadro comparativo da mortalidade total em várias cidades (2015, p. 23)

Cidades	Mortalidade de 0 a 1
---------	----------------------

	ano por 1.000 Óbitos gerais
Recife	258,9
Buenos Aires	146,2
Montevideu	178,2
México	233,4
Rio de Janeiro	233,4

Quadro 04: Taxa de mortalidade infantil (2015, p. 24)

Cidades	Mortalidade até 30 anos por % da mortalidade total
Recifes	58,0
Londres	22,8
Berlim	20,5
Leningrado	56,5
Buenos Aires	51,6

Quadro 5: Mortalidade até 30 anos por % da mortalidade total.(2015, p. 24)

Comprovando a superioridade de mortes do Recife em todas as taxas apresentadas, onde 18% das mortes foi por tuberculose, doença associadas à má alimentação e escreve, “A tuberculose é uma das maneiras disfarçadas de se morrer de fome; fica-se tuberculoso procurando fugir à fome, alimentando-se de si mesmo”. (2015, pg23). Podemos hoje fazer paralelos com infartos, diabete e câncer)

O autor coloca que na época, outra forma de se disfarçar a morte pela fome, são as altíssimas taxas de mortalidade infantil e de até 30 anos de idade, que mesmo tendo uma altíssima taxa de natalidade no Nordeste, o que se observava era uma trajetória de “involução demográfica” responsabilizando, em grande parte, a mortalidade elevada na má nutrição, produto “de nossa defeituosa organização econômico-social” e das falhas nas orientações da saúde pública.

Aqui dois elementos muito importante chamam a atenção, o primeiro é a abordagem no campo da economia política, que analisa o problema da fome dentro de uma análise estrutural da sociedade brasileira, conseqüentemente apontado que a superação da má nutrição se daria por mudanças sociais estruturais. O segundo ponto, é afirmar a questão alimentar como campo de atuação da saúde pública e a centralidade da ação do

Estado, para solucionar a dramática realidade vivida pela maior parte do povo brasileiro.

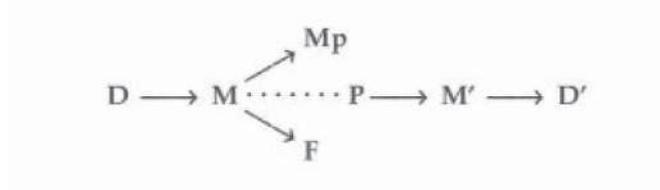
Este trabalho fundamentou a formulação do salário mínimo de Vargas, a obra busca analisar quanto e como os trabalhadores da cidade do Recife gastam seus rendimentos, realizando comparações e análises sobre a remuneração salarial muito validas até hoje, inclusive como método de análise. Pelo fato do tema pensar diretamente na renda salarial do trabalhador, o tema acaba por envolver diretamente redistribuição de renda, possibilidades de melhoria da renda dos trabalhadores e projetos de desenvolvimento econômico.

Como desdobramento das reflexões de Josué, pensar a alimentação dos trabalhadores, na atual organização social capitalista que vivemos em nosso país, onde o capital especulativo global se apropria de cada segundo e milímetro da nossa vida, o alimento mantém-se como peça determinante na qualidade de vida e de suas possibilidades de consumo geral. A abordagem marxista, sobre lucro, compreende que existe o sistemático esforço do capital em rebaixar os salários para assim ampliar as taxas de lucro. O salário é compreendido como o valor da força de trabalho, ou da reprodução da força de trabalho. A reprodução da força de trabalho refere-se aos bens e serviços que o trabalhador e sua família necessitam para sua manutenção. Após o momento que o trabalhador gera este valor e continua trabalhando, porém de forma não remunerada, se conceitua mais-valor.

Para a leitura marxista, diferente do modo de produção mercantil, onde o dinheiro servia apenas como meio de troca, o modo de produção capitalista fundamenta-se na exploração do trabalho, ocorrido centralmente durante a produção da mercadoria, gerando a circulação mercantil capitalista, onde dinheiro gasto na produção (D) para gerar a mercadoria (M) e ao final do processo produtivo com a troca da mercadoria novamente por dinheiro, porém dinheiro valorizado (D'), mais dinheiro que o investido no início do processo. Este dinheiro valorizado configura as taxas de lucro, dinheiro em processo de geração de mais dinheiro é chamado de movimento do capital (D – M – D').

A mais-valia, portanto, é o objetivo do capitalismo, sua razão de ser. Diferente da etapa da circulação e troca da mercadoria por dinheiro realizado no comércio, onde o lucro vem da diferença do valor pago na compra da mercadoria em relação ao valor da sua venda, o lucro capitalista é oriundo na etapa da produção da mercadoria.

Com o dinheiro aplicado no processo de produção (P), que conta com a matérias primas, maquinas, os meios de produção (Mp) associado a força de trabalho (F). Ao fim deste processo temos a mercadoria com mais-valia (M').



Fonte: Netto, Braz (2006, p. 118)

A relação do Mp (capital constante) e F (capital variável) se denomina composição orgânica de capital (**q**):

$$q = \frac{c}{v}$$

Fonte: Netto, Braz (2006)

Quando temos muito capital constante (c) em relação ao capital variado (v), denomina uma alta composição orgânica de capital (q), quando temos muito v em relação ao c, se diz baixa q. No caso brasileiro sabemos que, por maior que tenha sido nossa industrialização, nossa economia sempre teve como predominância uma baixa q comparada as nações do capitalismo central.

Devido a nossa economia, marcada por uma baixa composição orgânica de capital, entramos em uma dinâmica onde a produção de mais-valor via capital variável é a estratégia mais lógica do ponto de vista do capital. A literatura marxista define, de modo geral, em mais-valia absoluta e relativa, onde na primeira se aumenta o tempo de trabalho excedente (não remunerado), através do aumento da jornada de trabalho ou na redução do valor real dos salários, já mais-valia relativa é caracterizada pelo aumento de tempo de trabalho excedente, através da intensificação da produção sem aumento de jornada, em outras palavras, é produzir mais no mesmo tempo. Este caminho exige um investimento sistemático na melhoria do capital constante, com inovações e maior mecanização e automatização, além de recorrer a modelos organizacionais de trabalho.

No Brasil, ao transitarmos de uma economia escravista colonial para a assalariada neocolonial, mantivemos a matriz de baixa (q) e de dependência científica e tecnológica. A mais-valia absoluta foi e é usada como estratégia quase que “natural” para o empresariado, causando uma série de greves operarias, tendo a greve geral de 1917 como marco histórico.

As lutas operarias resultaram na tutela do Estado para atuar nos conflitos entre

capital e trabalho, através das leis trabalhistas e da regulamentação da organização sindical, assim limitando as jornadas de trabalho, para garantir minimamente a continuidade da qualidade da força de trabalho e evitar excessivos desgastes e riscos causados pelas agitações operárias.

Por nossa elite econômica ser caracterizada pela sua subalternidade diante do mercado global, dependente tecnologicamente, financeiramente, com baixa composição orgânica que faz com que reduzam muito as margens de lucro via a mais-valia relativa. Assim, tendo suas margens de lucro estreitadas pelo fato de sempre ficar com a menor parte do lucro diante do mercado global, tendo a remessa de lucro para as nações mais ricas, e vivendo sobre risco da perda do controle político do Estado, diante das lutas sociais por uma vida melhor devida a brutal exploração absoluta que sofrem, através dos baixos salários.

Pensando neste quadro, como vivemos em um país de tradição escravista, com empregos precários e baixa remuneração da força de trabalho, além de toda sangria, através de remessas de lucros para as matrizes internacionais, se impõe uma pressão sobre as margens de lucro das classes dominantes exploradores da força de trabalho. Diante das poucas margens de manobras, a baixa remuneração do trabalho se torna ferramenta estratégica para a garantia das taxas de lucro.

Ao analisarmos o trabalho do Josué, sobre os destinos dos gastos da renda dos operários, vemos que a alimentação é o gasto principal, portanto, será o principal ponto a ser afetado pelas taxas de exploração, porém não apenas afetado, mas como ferramenta de ampliação de lucro.

O risco de fome e lucro no reino do capital são indissociáveis, e o segundo depende do primeiro. Sabemos que houve no último século a redução da fome e da redução dos custos com alimentação da classe assalariada, de 70% em 1930 para 20%, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018-2019, que será mais discutida no final desta parte. Porém, a alimentação continua tendo participação expressiva no orçamento, principalmente dos que recebem os salários mais baixos.

Apenas a informação do percentual gasto não evidencia com profundidade a questão, habitação, transporte e outros gastos pressionam o orçamento, precisamos também entender a qualidade do que se consome e artifícios que ocultam a fome. Josué ao analisar a fome, a subdividiu em fome oculta e fome latente. A fome absoluta, latente se caracteriza pela total falta de ingestão de alimentos a um nível que leva a morte rapidamente. Este tipo de fome requer medidas específicas e urgentes, ocorrendo em

catástrofes humanitárias. Já a fome oculta, caracterizada na obra, pela farta subnutrição vivida na pobreza, causada pela histórica dieta constituída de muito carboidrato (farinhas e açúcar), proteínas, sais minerais e vitaminas insuficientes devido a pouca ingestão de legumes, frutas e vegetais.

Esta dieta, ou melhor, esta ração, objetiva unicamente manter o trabalhador vivo pelo menor custo possível, isso enquanto ele for produtivo. Enganar a fome se torna um grande negócio, pois a fome que encurta silenciosamente o tempo de vida, dia após dia, deixando para expor sua letalidade quando o trabalhador estiver “improdutivo”, ou seja, aposentado, assim os trabalhadores possuem uma morte “planejada”, um agendamento de seu descarte, uma “obsolescência planejada”. Assim, a alimentação acaba cumprindo um ativo papel para o rebaixamento do valor da reprodução da força de trabalho, um funcionamento “autofágico” na geração de mais-valia absoluta.

O Brasil fez e ainda faz parte desta engenharia alimentar do lucro, tanto nacional quanto globalmente, pois importantes circuitos econômicos agrícolas, como o café, tabaco, bebidas alcoólicas, açúcar e farinhas, são por excelência, ferramentas alimentares de lucro, pois contribuem com a fome oculta, agindo como inibidores de apetite, fonte de energia de rápida absorção, além de serem psicoativos “anestésiantes” das seqüelas físicas e psicológicas oriundas das jornadas de trabalho.

Esta estratégia alimentar é muito mais antiga que nossas atuais sociedades urbano-industriais, porém foram atualizados para a realidade de uma massa de trabalhadores assalariados para atingir os objetivos do capital.

Aparentemente, ao “forçar o barateamento” do trabalhador acaba de aumentar a mais valia absoluta, e ao incorporar seletivamente “drogas” que aumentam a produtividade do trabalhador sem alterar sua jornada, acaba por gerar mais-valia relativa.

A fome latente/absoluta, principalmente vivenciada por famílias na condição de desemprego, faz novamente da alimentação um sujeito de coerção para que os trabalhadores se submetam a condições de exploração maiores.

2.3. – Atual quadro do consumo alimentar e da renda dos trabalhadores

Neste sub-capítulo pretendo analisar como está o quadro atual do consumo alimentar e da renda dos trabalhadores no Brasil nos últimos anos, fazendo a análise de dados, principalmente dos boletins do Observatório das Metrôpoles, Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua e IPCA do IBGE. Ao final colocado as mudanças com a pandemia de Covid 19, a partir de 2020.

Esse estudo aponta que as crianças consomem quatro vezes mais biscoitos que adultos e 20 vezes mais que idosos. Também foi identificado que a qualidade nutricional das populações rurais era superior às urbanas, pois enquanto as primeiras consumiam uma alimentação como base em arroz, em feijão, em peixe fresco e em farinha de mandioca, as segundas já caracterizam suas nutrições pelo consumo de refrigerantes, de derivados de farinha de trigo, como o pão de sal.

Este estudo também revelou que enquanto a classe trabalhadora com baixa renda acabava por ter como base alimentos pouco processados, como o feijão e o milho, dieta esta então mais calórica que nutritiva. Entretanto, ela consome alimentos qualitativamente melhores que as classes mais ricas, que ingerem muitos alimentos industrializados calóricos e pouco nutritivos, como pizza, bolos, refrigerantes, apesar de ingerirem mais frutas, legumes e verduras que os pobres.

O consumo alimentar das famílias brasileiras se faz basicamente pela troca monetária. Hoje, 81,9% da despesa total dos domicílios correspondem a trocas monetárias, (IBGE 2019), usando os rendimentos familiares mensais, as pesquisas demonstram que, em linhas gerais, quanto menores forem os rendimentos, proporcionalmente será maior os gastos com alimentos.

As outras despesas, como a habitação, o transporte e outras despesas de consumo assumem determinadas proporções conforme o rendimento.

Mas em linhas gerais, de 2002 até 2018, não ocorreu variação significativa na proporção dos gastos familiares com as despesas de consumo, ocorrendo apenas uma diminuição nos gastos alimentares de 16,9% para 14,2%, todavia, a inflação dos alimentos subiu 21,4% desde o início da pandemia, com o IBGE informando que o gasto médio com alimentação está em 20,94%, com destaque ao arroz (aumento de 50,%), a proteína animal bovina (aumento de 38,71%), frango inteiro (32,37%).

O gasto médio com transporte caiu de 15,1% para 14,6% (apenas em 2021 o

aumento dos combustíveis foi de 44%), e a habitação um leve aumento de 29% para 29,6% (durante a pandemia os gastos com habitação sofreram uma inflação acumulada de 6,4% no aluguel, o gás 38,34%, da luz 30,38%IPCA, IPCN set.2021)

Segundo o quarto boletim da desigualdade nas metrópoles, 72% dos trabalhadores recebem menos do que necessário para fechar o mês.

Segundo o POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) 2018-2019 do IBGE, nas últimas duas décadas, os gastos com despesas de consumo (alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene, saúde, educação e recreação) foi de 81%, já o gasto médio com alimentação foi de 15%(658 reais), com habitação 30% e 16% no transporte. Quando analisamos os domicílios com rendimento de até dois salários, 92,6% são destinados para despesas de consumo, o gasto com alimentação sobe para 22%, porém, significa 329 reais, metade dos gastos da “média nacional”. Ao mesmo tempo, nos domicílios de alta renda (mais de 25x o salário mínimo), os gastos com alimentação são 6,3 vezes superiores, mas representa 7,6% dos gastos totais mensais.

Quando analisamos o consumo dos mais pobres nos domicílios rurais e urbanos, observamos que as rendas mais baixas rurais gastam proporcionalmente mais (27%) que os domicílios urbanos (20,7%) de mesma renda, com variações regionais intensificando estes números quando comparado norte (24,9%) e nordeste (26%) em relação a sudeste (18,3%) e sul (18,7%), em valores totais, os domicílios mais pobres da região norte gastam 26% a mais que os mesmos domicílios no Sudeste.

Temos marcadamente um quadro de desigualdades econômicas, desigualdades entre domicílios rurais e urbanos e desigualdades regionais, trazendo a necessidade de pensar os desafios em toda sua diversidade.

A habitação, não apenas, mais principalmente para as baixas rendas, assume o papel de destaque dos gastos, 39% do total e traz o déficit e os problemas habitacionais para a questão alimentar, pois ao final habitação e alimentação são essenciais e acabam por ser igualmente sacrificadas.

Segunda o trabalho, Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019 da Fundação João Pinheiro em 2021, coloca que 88% das famílias que compõem o déficit habitacional no Brasil, ganham até três salários mínimos.

Além disso, as principais despesas dos brasileiros continuam sendo com carnes, vísceras e pescados; bebidas e infusões; leites e derivados e panificados. Juntas, estas categorias representam 35% dos gastos mensais com alimentação, enquanto, as frutas e hortaliças, apenas 6% (POF 2017-2018).

O consumo alimentar doméstico sofreu diversas alterações ao longo das últimas décadas. De 1974 a 2003, reduziu o consumo de arroz, feijão, batata, açúcar e carne bovina e frango, refletindo, cada vez mais, não apenas a troca de alimentos que demandam tempo de prepara para alimentos processados, como também a tendência a se aumentar o consumo de alimentos fora de casa, conforme se tem o aumento da renda familiar.

Outra constatação é que o aumento com o gasto da alimentação fora de casa tem sofrido uma mudança expressiva, saltando de 24% do gasto alimentar em 2002 para 32,8% em 2018 (aumento de 36% em 15 anos). Evidenciando principalmente no recorte das grandes cidades, o consumo fora de casa aumenta conforme a renda, assim, populações que consomem menos quantidades de alimentos, também consomem menos fora agravando a desproporcionalidade de consumo comparado quando apenas consideramos o consumo domiciliar, pois quanto mais pobre no urbano e mais ainda no rural, menos complemento alimentar é obtido fora de casa. Mesmo assim, hoje 70% do total de calorias são consumidas em domicílio.

A desigualdade no consumo se manifesta no que se compra, assim o Atlas das situações alimentares no Brasil (2021), dividiu em 17 grupos de alimentos, onde os domicílios mais pobres (até dois salários) consomem 4 grupos acima da média dos domicílios mais ricos, sendo eles o arroz, o feijão, as farinhas e as féculas. Já os mais ricos consomem 14 dos 17 grupos alimentares acima da média, destacando o consumo superior de alimentos preparados, misturas industriais, frutas, hortaliças, frutas, tuberosas, laticínios e refrigerantes.

Para termos uma idéia da desproporcionalidade de consumo destes alimentos, em 2018 as famílias mais pobres consumiram - 27,4% de arroz, -22,6% de feijão, -45,5% de folhosas, -45,6% de frutas, -25% de carne bovina, -36% de laticínios, -49,2% de refrigerantes e -63% de alimentos preparados ou industrializado em relação à média nacional.

Ao mesmo tempo, as famílias acima de 15 salários mínimos consumiram acima da média nacional; +11,9%(arroz), +12,1% feijão, +114,3% folhosas, +124,9% frutas, +46,4% carne bovina, +74,5% laticínios, +58,7% refrigerantes e +187% alimentos preparados ou industrializado.

Sobre estes dados, a alimentação dos domicílios rurais destacou-se pelo consumo acima da média nacional de +91% de farinhas e féculas, +47,9% do arroz e +34,9% de feijão. Já os maiores destaques do consumo inferior à média nacional ficaram nos alimentos preparados e misturas industriais (-66,8%), refrigerantes (-37,8%), panificados (-

32,1%) e frutas (-15,7%).

Sobre os 17 grupos alimentares, enquanto o período de 2002 até 2009 observou um aumento no consumo de 6 grupos, de 2009 até 2018, apenas o grupo de industrializados cresceu (13,9%), e a queda nos restantes 16 grupos foi superior à 30% em 5 deles e em apenas 3 grupos a queda foi inferior a dois dígitos, colocando o Brasil em uma queda livre no consumo alimentar nos últimos quatro anos.

Múltiplos fatores determinam estes dados (SCHLINDWEIN, 2014), destacando-se o crescimento urbano e a diminuição do tempo que as mulheres têm disponível para desenvolver atividades domésticas. Segundo o PNAD, em 2019, a taxa de participação no mercado de trabalho feminino foi de 53,1%. Infelizmente estes números têm baixado após a pandemia.

As conclusões que o autor chega são: durante o período de 1974 até 2003, houve a redução dos casos de déficit de peso, que saiu de 7,2% da população masculina adulta, para uma queda contínua até atingir o patamar de 2,8% em 2003. Já entre as mulheres, os números saíram de 10,2% para 5,4%. Em 2019 estes números caíram para 1,6 em média, mas com a crise econômica e sanitária brasileira vivida nos últimos anos este índice certamente subiu, pois segundo o PESSAN (Rede brasileira de pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional, 20 milhões de brasileiros passam mais de um dia sem se alimentarem, e 116 milhões de brasileiros não possuem acesso pleno e permanente de alimentos.

No Brasil, temos um quadro de crescimento vertiginoso do sobrepeso e da fome, da má alimentação em quantidade e qualidade e de um quadro de diversidade e desigualdade nos padrões de consumo.

Já os números de excesso de peso e obesidade subiram exponencialmente, principalmente no público masculino, ocorrendo o aumento de 18,6% da população masculina para 41% em 2003, em 2019, este número subiu para uma média de 60%, já no caso da obesidade triplicou os números: de 2,8% para 8,8% em 2003 (segundo a Pesquisa Nacional de saúde 2019, estes números dobraram desde 2003, sendo que atualmente 22,8% dos homens são obesos e as mulheres 30,2%).

No período 2002 - 2018, gastou-se menos com a alimentação e, entre 2013 e 2018, aumentou o desemprego, o subemprego, a informalidade e a pobreza.

O Atlas das situações alimentares no Brasil substituiu a classificação dos EUA de segurança alimentar e insegurança alimentar (leve, moderada e grave) por: sem fome, risco de fome e fome. O Atlas propõem uma mudança de conteúdo na classificação da

fome, considerando a partir de como ela é sentida por quem a sofre,

Estamos marcados por duas trajetórias distintas dos indicadores entre 2003 e 2022, com a primeira trajetória sendo a de redução da fome entre 2003 e 2013, retirando mais de 3,7 milhões de domicílios da fome. O segundo momento é o aumento da fome desde 2013 em todo o Brasil, atingindo em 2018 (antes da pandemia) a marca de 24% dos domicílios no Brasil sofrerem com risco de fome e 12,5% na situação de fome, com os domicílios rurais atingindo maiores números (27% e 19% respectivamente), retornando este mesmo número de domicílios a fome.

As consequências econômicas oriundas da Covid-19 foram catalisadoras desta trajetória, acelerando o agravamento do quadro alimentar.

Outra informação dada pelo atlas foi a “cara” da fome onde, em 2018, o aumento de casos de risco e de fome ocorreram mais nos domicílios chefiados por mulheres e por pessoas não brancas. Praticamente 70% dos domicílios que se encontram com risco ou fome são chefiados por pessoas não brancas, assim como as casas chefiadas por mulheres estão em risco de fome (26,2%) e 15,4% estão em fome. Já nos domicílios chefiados por homens esses números caem para 22,5% e 10,8%, respectivamente.

Se a fome tem cor e sexo, e ela é uma mulher não branca, podemos ter idéia de onde as políticas públicas devem priorizar suas ações.

O Atlas mostra, quando analisamos a nível nacional os números, temos duas divisões históricas, onde temos as maiores taxas de risco de fome e fome na região nordeste e Norte, tendo nos estados de Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí um consumo de alimentos in natura ou pouco processados acima da média nacional. O “outro Brasil” seria a região centro-oeste, sudeste e sul com índices menores de fome e risco de fome, tendo Rio de Janeiro, São Paulo e os estados do Sul o consumo de ultra-processados bem acima da média nacional.

Porém, em números absolutos, o maior número de famintos e de risco de fome encontram-se no estado de São Paulo (acima de 4,5 milhões), Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais (com mais de 1,5 milhões), mostrando o quanto a urbanização brasileira está associada à fome no Brasil. Este dado mostra a profundidade do problema da fome a nível nacional e como cada região possui suas características próprias. Porém, a característica comum é a existência da fome nos quatro cantos do Brasil.

Uma outra abordagem possível para entender a alimentação é a classificação internacional NOVA, onde divide os alimentos em 4 grupos, in natura, ingredientes culinários processados, alimentos processados e ultraprocessados. Com esta classificação

foi feito o Guia Alimentar para a População Brasileira e podemos analisar a proporção de cada grupo na dieta calórica.

Os dados mostram em linhas gerais a continuidade no aumento da participação de ultraprocessados e alimentos processados na dieta calórica, que em 2002 representavam 20,9% e em 2018 já representavam 28,2%.

Nas metrópoles brasileiras de 2019 para 2021 houve um aumento de 50%, chegando a 30% dos brasileiros metropolitanos vivem com $\frac{1}{4}$ de salário mínimo (24 milhões) 4ª edição do boletim Desigualdade nas Metrópoles, que chegou ao resultado com base em informações da pesquisa Pnad Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Segundo o Inquérito Nacional sobre insegurança alimentar no Contexto de Pandemia da Covid-19 no Brasil, publicado em 2021, do total de 211,7 milhões de brasileiros, 116,8 estão passando por algum grau de insegurança alimentar, e sendo uma sociedade que o alimento é acessado pela troca monetária, a renda, condições de trabalho e desemprego se tornam o principal elemento para a segurança alimentar. Para se ter uma ideia, os domicílios com IA grave foi quatro vezes maior onde se tinha empregos informais e seis vezes superior nos domicílios com desempregados, comparado aos domicílios onde a renda é oriunda de trabalho formal.

O inquérito coloca que a pandemia impactou na segurança alimentar principalmente com o desemprego e o aumento do endividamento das famílias, fazendo com que 19,8% das famílias nas duas condições colocadas estão sob o índice de IA grave, e 17% em IA moderada.

Por mais importante que tenha sido o Auxílio Emergencial, ele acabou por não conseguir ser suficiente para tirar as famílias da Insegurança alimentar, tendo o estudo mostrado que os domicílios que receberam ajuda do auxílio tiveram três vezes mais incidência de IA moderada/grave que a média nacional.

Outra consequência da pandemia foi o aumento da IA nos domicílios rurais pela redução do preço dos produtos agrícolas por decorrência da instabilidade da economia, chegando a ser o dobro que nos domicílios rurais que não ocorreu variação de preços. O inquérito conclui que em 2020 retornamos aos patamares de fome de 2004, um retrocesso de 15 anos que levou apenas 5, onde de 2013 até 2018 IA grave teve aumento de 8% ao ano, já de 2018 a 2020 este número saltou para um crescimento de 27,6% ao ano. Isso fez com que em apenas dois anos tenhamos saltado de 10,3 milhões de famintos para 19,1 milhões.

2.4 – A escala alimentar metropolitana.

Como apontado pelo Atlas alimentar no subcapítulo anterior, existe ainda uma certa dificuldade de transpor os dados gerais a escala municipal e metropolitana, assim neste momento será problematizado algumas questões sobre os limites institucionais e até certa medida acadêmicos em sua forma fragmentada de se ver a metrópole e seus problemas e, dentre eles, a fome, a falta de moradia, o abastecimento hídrico, o trabalho, o lazer, que, geralmente, são vistos em separado das questões agrárias, que desde muito longe determinam como se vive e como se come no Brasil.

A lógica urbana de países dependentes, a desigualdade socioespacial é um pressuposto, em especial nas áreas metropolitanas, com grandes contrastes de renda e que carregam uma história de sucessivas violências, como é o caso dos países do Sul Global.

A partir da idéia de Lefebvre (1999), compreende-se que a cidade é o lugar da luta de classes, que se manifesta materialmente por concentrar os meios de produção e de reprodução da vida. É uma obra coletiva, que se organiza pelo valor de troca e também pelo valor de uso. É o lugar da concentração de poder (institucional ou não) e do excedente. A cidade é acima de tudo, o lugar do encontro, que opera dialeticamente entre o conflito e a cooperação.

Pensar as regiões metropolitanas exige pensar ela integrada em seu conjunto, tendo como exemplo a questão do abastecimento e da produção alimentar, envolvendo uma infinidade de sujeitos da sociedade civil, de instituições públicas e privadas, de diversos municípios, do governo estadual e do federal, tornando o planejamento e a governança democrática uma utopia devido ao intrínseco choque de interesses, sendo assim, um “espaço de conflitos”.

Porém, a gestão social coletiva deste espaço, através de uma governança democrática participativa, é uma possibilidade de se gerar um produção espacial que elimine os atuais problemas descritos. Soma-se a essa questão uma população que se caracteriza por ser majoritariamente urbana, onde, no processo de urbanização, desenvolve-se em poucas e grandes regiões metropolitanas, sendo, portanto urbanização e metropolização indissociáveis. Tais regiões são caracterizadas por terem se desenvolvido “sem limites” (principalmente entre as décadas de 1960 e 1980) e com taxas de crescimento das periferias muito maiores que das cidades centrais (BRITO, 2006).

Segundo o IBGE (2018), 57% da população brasileira encontra-se em apenas 6% das cidades. As dezessete maiores cidades concentram 22% da população, enquanto 6,3% da população vive em 45% do total de municípios. As regiões metropolitanas estão desacelerando seu crescimento em relação ao conjunto da população urbana, porém ainda são

hegemônicas na totalidade e, por consequência, centro dos problemas nacionais, como violência, moradia, encarecimento do custo de vida e miséria.

Hoje, por mais global que possa estar à articulação produtiva de alimentos, ainda observamos que no Brasil, o abastecimento alimentar é majoritariamente na produção nacional, e uma importante parte dela na produção local, principalmente de olericultura, por agricultores especializados em abastecer a região metropolitana, sendo esta produção determinada pela proximidade com o consumidor.

Parte importante da produção alimentar para consumo interno, encontram-se, nos municípios satélites da cidade central, regiões de transição entre rural/urbano, e próximas aos bolsões de pobreza da periferia metropolitana. Além dos efeitos oriundos da intensa proximidade com a mancha urbana, encontramos algumas especificidades da finalidade de uso do solo para a agricultura, criando toda uma articulação dos territórios urbanos e rurais.

Segundo Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, em 2019, as “cidades rentistas” encontram-se despolitizadas, com a destruição da criatividade do sistema de solidariedade territorial, abdicando a cidade do bem estar para o desenvolvimento do capital financeiro especulativo, onde não se pode intervir na propriedade privada, mesmo existindo, constitucionalmente, a necessidade do comprimento da função social.

Como já mencionado, pensar a escala das regiões metropolitanas exige pensá-la integrada do seu conjunto, como por exemplo: conservação e o abastecimento de água, dinâmica econômica, transporte coletivo, coleta e tratamento de lixo, circulação de mercadorias, habitação e, claro, a questão do abastecimento e produção alimentar.

Analisar a segurança alimentar incorporada a dimensão territorial metropolitano se torna cada dia mais urgente, visto o aumento da pobreza e o aumento do preço dos alimentos e bebidas de 129% na última década, segundo IBGE (2016) e no ano de 2019 e 2020, tivemos um aumento de 7% e 14%, respectivamente. Fortalecer a produção de alimentos em escala metropolitana, que garanta o acesso a uma alimentação adequada, passa pelo desafio de uma nova estruturação da dinâmica territorial correspondente com este objetivo.

Assim, faz necessário orientarmos uma transformação no nosso modelo produtivo, modelo baseado no rentismo monopolista e de intensa segregação socioespacial, sendo ele “concentracionista”, logo, excludente que impõem a necessidade de reorganização radical do território, que privilegie a gestão democrática do controle social sobre a riqueza.

Hoje, nosso modelo, tanto agrícola quanto urbano, é excludente, concentrador de renda e ambientalmente insustentável, sendo o próprio modelo produtivo o principal fator de insegurança alimentar e caos urbano. A luta por uma produção alimentar sustentável e pelo

direito à vida urbana (para além da cidade) aponta novos paradigmas e se estabelecem dentro de uma lógica de cooperação e reciprocidade, que busca o fortalecimento da autonomia dos produtores, bem como da produção e reprodução de sua base de recursos, que passa por visitar as práticas tradicionais aliadas aos processos territoriais contemporâneos, exercendo assim seu potencial transformador.

Como já mencionado, o específico processo de urbanização brasileiro se deu através de concentradas aglomerações. Segundo Magalhães (2010):

Em 1960, ano que inicia a década em que Brasil se torna um país urbano, as regiões metropolitanas detinham 21,4% da população brasileira num total de 15 milhões. Em 1970 o valor cresceu para 25,3%, em 1980, para 28,9%, em 1991 alcançou os 29,2% – num total de 42,7 milhões –, e em 2000 correspondia a aproximadamente 45% da população (76 milhões de pessoas). (MAGALHÃES, 2010. p.12)

Este processo de urbano-periferização, marcado pela desigualdade social, trouxe sérias consequências, como o aumento da violência, do déficit habitacional, da pobreza, dos problemas relacionados à saúde e à preservação dos recursos naturais. Hoje nos encontramos em um profundo quadro de piora da qualidade de vida nas metrópoles, sendo um desafio cada vez mais complexo para o poder público e acima de tudo um desafio política para a sociedade civil. (IBGE- censo de indicadores sociais 2018).

Institucionalmente o Estado brasileiro tem criado legislações que tratam da questão. Em 2001, temos a aprovação do Estatuto das Cidades (Lei 10.257), avançando na idéia de planejamento urbano, acompanhado de uma maior participação da sociedade civil, orientada pela constituição de 1988, com objetivos claros de planejamento inclusivo e integrado das cidades, eliminando, em tese, a hegemonia do planejamento do tradicional monopólio político dos grandes setores privados.

Em janeiro de 2015, após dez anos de tramitação, foi aprovado o Estatuto das Metrôpoles (Lei 13.089), que institui diretrizes para o planejamento urbano regional onde define o exercício das funções públicas de interesse comum a fim de avançar, em tese, em uma estrutura de governança democrática dos territórios, como por exemplo, a criação do Plano Nacional de Planejamento, Regional Metropolitano, e a criação o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas.

Quanto ao Estatuto das Metrôpoles, MOURA e HOSHINO:

Trata-se de um diploma que chega tardiamente, é certo, para sanar defasagens históricas. Sem embargo, chega com estofamento conceitual e um cabedal acumulado de discussão pública e desenvolvimento de diversos segmentos em sua manutenção. Esse processo foi árduo e teve de minar resistência em vários lanços, chegando ao resultado politicamente possível, por hora. (2015, pg.13)

Analisar estas legislações e a produção acadêmica em torno do tema, podem trazer algumas reflexões importantes para o desafio alimentar. Ao realizar uma varredura bibliográfica na plataforma Scielo e no Google - acadêmico (primeiro semestre de 2021) sobre o tema “Estatuto das Metrôpoles”, observa-se a quase inexistência das palavras: rural, comida, agricultura e alimentação. Quando mencionado, como por exemplo, no Plano de Desenvolvimento Integrado na Região Metropolitana de Porto Alegre, a agricultura aparece enquanto zoneamento para ordenar o crescimento urbano. Em outros trabalhos, vemos críticas pelo fato de delimitações da região metropolitana (RM) constar municípios hegemonicamente rurais e que, segundo eles, isso seria um equívoco.

A própria lei do Estatuto das Metrôpoles não consta as palavras, agricultura, alimento/comida, onde apenas é mencionado a palavra “rurais” uma única vez: “Art. 12. O plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá considerar o conjunto de Municípios que compõem a unidade territorial urbana e abranger áreas urbanas e rurais”.

Pudemos observar uma abordagem genérica, considerando rural como “áreas” e dando a impressão de compreendê-las como uma “sobra”, “como outra coisa”, um objeto estranho ao urbano, ou melhor, define rural como tudo que não é urbano, rural como a negação do urbano. Seguindo os incisos do artigo 12, observamos que nenhum deles trata do rural e, em sua grande maioria trata da regulação do espaço urbano. Por tanto, é evidente que tanto a lei 13.089 quanto a comunidade acadêmica, quando abordam este tema, adotam uma visão “urbanocêntrica”, vendo o rural como algo diferente e ao redor, secundário, que simplesmente existe ali porque o urbano ainda não atingiu aquelas áreas. Cria uma relação dicotômica entre espaço rural e espaço urbano quando, na verdade, são frutos de um mesmo processo interdependente: a produção metropolitana.

A produção alimentar nas RM's do Brasil pode ser vista de forma utilitarista pelo urbano (consumidor) e, conseqüentemente, refletida na legislação e na forma metropolitana de funcionamento, sendo caracterizadas como zonas especializadas em ofertar alimentos, no qual, as diretrizes legais e algumas vezes acadêmicas, buscam torná-las “eficientes” neste propósito. A falta de uma perspectiva integrada do rural e urbano, a visão dualista (rural-urbano) reflete e aprofunda a especialização/segregação territorial, perpetuando a precarização da vida dos trabalhadores do campo como, por exemplo, a concentração de bens e de serviços distantes de suas moradias.

Ver as metrópoles não é ver só os centros urbanos e sim ver sua totalidade territorial, sendo, dessa forma, o espaço rural nem um pouco menos metropolitano que o espaço urbano. Pelo contrário, ambos se desenvolveram e se desenvolvem de forma interdependente.

Como já foi mencionado, o Brasil cria tardiamente ferramentas de ação na escala metropolitana, onde observamos uma frágil conceituação do espaço rural e alimentar que leva a inúmeras insuficiências para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada, além da resistência, por parte dos políticos municipais, em efetivar planos em conjunto, devido corporativismo e fisiologismo da máquina estatal, sem falar que o atual governo (2018-2021) extinguiu não só o CONSEA (segurança alimentar) como o Conselho Nacional das Cidades, eliminando a já limitada participação dos trabalhadores na definição das políticas públicas.

Esta análise não compreende que o planejamento verticalizado estatal e suas legislações dentro dos marcos sociais vividos hoje, são capazes e suficientes para solucionar o problema alimentar e qualquer outro, mas sim, se faz urgente uma efetiva incorporação da problemática alimentar nas metrópoles, por parte da sociedade civil organizada, centralmente pelas massas trabalhadoras rurais e urbanas, visto sua importância estratégica, além da necessidade dos estudiosos do tema contribuírem no combate das contradições e limitações institucionais.

CAPÍTULO 03: O ESPAÇO ALIMENTAR: CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS

Introdução

Neste capítulo será colocado algumas reflexões desenvolvidas inicialmente durante meu trabalho de conclusão de curso, onde procurou-se aproximar alguns conceitos geográficos que envolvem a esfera da produção e o espaço, além de discutir teoricamente o processo produtivo segundo a obra do Marx. Num segundo momento procurou-se fazer relações com a produção alimentar e os conceitos de circuito produtivos.

3.1. – O espaço do processo produtivo

Marx menciona que “Indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos de determinada socialmente, é por certo o ponto de partida”. (1982, p.3).

Iniciando do “ponto de partida” de Marx, para a produção existir precisa se materializar e, ao materializar-se, se formam objetos, e estes surgem por um conjunto de fatores e, por natureza, existem em específicos lugares, tornando-se objetos espaciais. Assim, interagem, significam-se e transformam-se com os diversos objetos espaciais. Encontramos no processo produtivo de alimentos a mesma lógica, podendo assim ser estudada sua dinâmica espacial por um conjunto de conceitos geográficos.

Alguns conceitos geográficos aplicados a problemática produção-espaço, terá como referência principal a obra de Milton Santos, da qual foi extraída suas bases metodológicas e concepções gerais de movimento dialético da relação produção e espaço, fazendo o exercício de analisar e usar de forma criativa seus conceitos que foram desenvolvidos para a leitura da economia urbana nos países periféricos.

Ao fim, buscaremos fazer alguns apontamentos sobre o papel da circulação e consumo, para a produção em si e suas interdependentes relações.

Sem dúvida, Milton Santos é leitura obrigatória para qualquer geógrafo, ainda mais quando busca reflexões sobre a indissociável esfera da produção e de suas respectivas relações com o espaço. “Espaço sempre foi o lócus da produção. A idéia de produção supõe a idéia de lugar. Sem produção não há espaço e vice-versa.” (SANTOS, 2008b, pg. 81).

Milton Santos menciona a interdependência da produção e o lugar, onde para a existência da produção o lugar precisa adequar-se, adaptar-se ao uso e suporte do processo produtivo, fazendo com que o valor dos lugares seja definido pela produção de valor nele

desenvolvido.

Ao analisarmos as dinâmicas territoriais desenvolvidas pelos circuitos espaciais de produção encontramos um rico trabalho no conjunto de sua obra, de onde busquei extrair bases metodológicas e concepções gerais de movimento dialético na relação produção e espaço.

Ao tratarmos o processo produtivo estamos compreendendo seus três “espaços”: produção, circulação e consumo. Porém, segundo Santos(2012), esta divisão de usos do espaço é analítica, pois afirma que o espaço, como realidade, é uno e total, sendo um “espaço da produção total e indivisível”, onde “[...] o que se encontra na forma-objeto como significante, encontra-se na totalidade como significado”. (SANTOS, 2012, p.24).

Quanto ao espaço da circulação, Santos coloca que as hierarquias de usos do espaço se dariam sobre as exigências da “efetiva realização do capital produtivo”. Isso faz do espaço da circulação uma ferramenta chave na reprodução do capital, quando através dela perpassa a “transformação do produto em mercadoria ou capital dinheiro”. Quanto maior e mais rápida a fluidez do produto, mais rapidamente se reproduz o capital, refletindo na força da empresa perante seus demais concorrentes, principalmente, quando suas mercadorias competem com mercadorias produzidas localmente ou mais próximas.

Não basta produzir muito. Uma vez que a área de mercado tem tendência a ampliar-se a todo o território da nação, ou mesmo, para além dele, é indispensável transformar as *massas* produzidas em fluxos, para reaver o dinheiro investido e reiniciar o ciclo produtivo. Quem o fizer mais rapidamente terá condições para tornar o mais forte. (SANTOS, 2008b, p. 83).

Dentro desta reflexão, podemos debater a dinâmica das diferentes escalas de circulação, e de suas frações funcionais diversas que competem e se complementam sobre leis de mercado, sendo que as pequenas escalas de circulação ou escalas locais de circulação acabam por “preencher” os vazios deixados nos territórios pelos grandes oligopólios territoriais, por motivos de rentabilidade. Claro que não podemos ter uma análise fatalista deste fenômeno, porém esta hierarquia dos territórios se definem muito através do poder político e não pelas leis de mercado, onde pouca chance existe na capacidade de “vitória” da contra-hegemonia das pequenas escalas sobre as grandes, quando a luta política dentro dos conflitos de escala são desiguais, apesar de toda a expressiva participação de emprego e renda nacional das pequenas e médias unidades produtivas.

Diferentemente da circulação, que pode variar de escalas, em relação à esfera do

consumo, encontramos sua materialização na escala local, dinamizada pela acessibilidade.

Ao pensarmos no processo produtivo, observamos a etapa da hegemonia dos monopólios em escala global, já apontado tanto por Marx, como tendência geral, como também por Lênin, em sua obra “Imperialismo, fase superior do capitalismo” (1985). Em síntese, as empresas transnacionais concentram o capital e o poder político sob o conjunto da humanidade, gerando o espaço global do capital, que exige do mercado e, conseqüentemente, em última esfera, do espaço uma cada vez mais rápida fluidez, ou melhores fluxos, de capitais, de pessoas, de serviços e de informações, “[...] mas o movimento não significa forçosamente dispersão, e os capitais financeiros, que são em parte moveis, nem por isso são menos concentrados”. (SANTOS, 1997, p.15), onde:

Para os países subdesenvolvidos, o resultado é claro: produção sem relação com as necessidades reais; exportações e importações nocivas à economia nacional; superutilização dos recursos sociais em homens e em matérias-primas, em benefício das grandes firmas mundiais; subutilização da força de trabalho e dos recursos efetivamente indispensáveis à sobrevivência. (SANTOS, 1997, p. 13).

E assim, faz do lugar espaços funcionais para os epicentros da hierarquia global, causando uma radical alienação do espaço do homem. Santos propõe o espaço humano enquanto ambição metodológica e o espaço social como uma unidade de forma, estrutura e função, onde “formas de idades diferentes com finalidades e funções múltiplas são organizadas e dispostas de múltiplas maneiras. Cada movimento da sociedade lhe atribui um novo papel”. (SANTOS, 2012, p.41).

Sob esta base teórico-conceitual de espaço e sendo a relação entre trabalho e demanda a base da produção e reprodução da dinâmica do espaço do homem, desenvolvemos as análises sobre a produção espacial, em específico neste trabalho, da produção alimentar.

Santos (2012) diferencia e articula a esfera da produção entre o meio ecológico (base física por onde se exerce o trabalho humano) e a infra-estrutura (trabalho humano materializado), sendo intrínseco a forma e a ação, sendo elemento como variável do lugar e o conjunto de lugares.

Cada lugar, devido a seu arranjo específico, acaba por qualificar cada um de seus elementos espaciais de uma forma única e, por isso, não podemos dar a mesma qualificação as formas, como se carregassem um conteúdo único, pois apenas no conjunto que encontramos o sentido da parte, sendo no movimento do todo o gerador do contexto das partes e assim, finalmente, classificarmos os elementos isolados.

Seguindo esta linha de raciocínio, compreende-se transformações estruturais e sistêmicas dos circuitos de produção como frutos da articulação entre as ações externas (exógenas) e seus subsistemas internos (endógenas).

Compreender a intencionalidade como elemento intrínseco da existência, faz os objetos geográficos serem recheados de conteúdos diversos dentro de suas formas, não sendo eles meros elementos passivos ou neutros e sim o contrário: os objetos carregam a inseparabilidade da ação. Da mesma forma, não há ação sem o objeto, sendo essa unidade um motor, redefinindo constantemente um e outro. Sendo assim, “[...] o mesmo objeto, ao longo do tempo, varia de significação. Se as suas proporções internas podem ser as mesmas, as relações externas estão sempre mudando”. (SANTOS, 2012, p.96)

Para a compreensão da espacialização produtiva, utiliza-se dissecar estas dinâmicas, diversos conceitos e categorias. São eles as noções de divisão territorial do trabalho, de redes e territórios, de regiões produtivas, de circuitos espaciais de produção e de círculos de cooperação, além de outros conceitos e categorias que buscam não apenas a percepção do fluxo pelo território, mais também a dinâmica de organização espacial de ambos que entenda a hierarquia de fluxos e de lugares.

Outra ferramenta importante para o entendimento sistêmico do espaço são as rugosidades, que nada mais são que as formas geográficas herdadas, a compreensão dialética dos processos que se desenvolveram ao longo do tempo sob o espaço, o acúmulo desigual de tempo.

O que, na paisagem atual, representa um tempo do passado nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamamos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. [...] O trabalho já feito se impõem sobre o trabalho a fazer. A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores (idem, p.140-141).

Seguindo o conjunto de ferramentas conceituais aplicadas ao tema, temos as regiões produtivas, que nos fazem remeter ao estudo da particularidade específica dentro da generalidade global, sendo unidades espaciais de trabalho, frações funcionais, com a assunção de que para estudar uma fração da realidade exige a análise de sua estrutura interna, através das diversas articulações concretas que regem sua existência, seu funcionamento e estrutura, permitindo assim verificar a relação do fenômeno estudado com outros fenômenos e com a totalidade de fenômenos (SANTOS, 2008b, p. 95), onde a análise evolutiva do processo produtivo evidencia os elementos constitutivos do recorte regional.

Descobrir e dominar as variáveis que permitam, no pensamento, reconstruir a fração da realidade concreta estudada em sua vida sistêmica [...] isso será feito para cada produto escolhido segundo períodos diversos. Admite-se como hipótese de trabalho, que cada tipo de produção acarreta um comportamento espacial e sugere uma modalidade de arranjo demográfico, profissional, social e econômico. (SANTOS, 2008b, p. 95-96).

Analisar as articulações destas variáveis e, assim definir uma região produtiva, não quer dizer, fazer dela a somatória de todas as suas relações externas ou internas, e sim o contrário. Através do reconhecimento das suas especificidades, reconhecer qual a dimensão de cada uma no conjunto das relações, qualificando através dos processos históricos, nas inter-relações entre elementos externos e internos, o processo produtivo.

O problema de conhecer e definir regiões produtivas é o de saber onde estão, o que são, qual cimento regional produzido por toda uma gama de interações criadas pelo próprio processo produtivo ao longo do tempo e os agravos a esse cimento regional, como resultado de processos produtivos novos etc. O processo produtivo, visto em uma evolução, é que nos dará toda a gama de relações que desejamos captar: (idem, p. 97).

Devemos assim, ao analisar o desenvolvimento produtivo do campo no Brasil, contextualizá-lo a partir do papel que cumprimos no quadro econômico internacional, onde claramente ocupamos uma função de subordinação e dependência. Esta forma de desenvolvimento específico se dá dentro de um processo global, que se fez e se faz de forma seletiva e localizada, da produção ao consumo e gerando bases instáveis e heterogêneas sob os meios de produção, de distribuição e consumo.

Esta forma específica de desenvolvimento cria um fundo modelador da organização espacial, estruturado sob base social de extrema concentração de renda onde está heterogeneidade, das diferentes composições qualitativa e quantitativa dos espaços de produção quanto ao consumo, acaba por intensificar mais ainda os descompassos temporais e locais dos investimentos.

Este espaço gera os diferentes circuitos, que encontram condições mais ou menos favoráveis para sua territorialização. No caso do circuito superior, o encontramos principalmente nas relações globais de produção, já os circuitos inferiores se desenvolvem geralmente nas “periferias” sociais.

Ambos sofrem o mesmo efeito dos limites radiais da produção, isso devido ao aumento do preço da mercadoria conforme aumenta a distância espacial e, por isso, os circuitos superiores dependem de grandes volumes de produção, pois só assim conseguem atingir tal escala, sendo que apenas a cadeia de produção mais madura acaba por ser vinculada às exportações para cidades de nível mais elevado.

Já os circuitos inferiores, por serem de escala econômica local, por não gerarem

grande volume de mercadorias e serviços, acabam por restringirem-se às proximidades regionais.

Dentro desta dinâmica o Estado se coloca com entrada de capital em forma de empréstimos e também com a construção de estruturas logísticas, determinando quem se beneficiará. Quando falamos de Brasil, nos deparamos com uma máquina pública basicamente envolvida com o desenvolvimento do grande capital e, por consequência, com o circuito superior, destinando o montante quase total de seus recursos para as cadeias produtivas de exportações e para os monopólios envolvidos no mercado interno.

Esta valorização seletiva do espaço faz com que as conexões de esferas locais não recebam investimentos estatais tanto em infra-estrutura como em financiamentos, perpetuando assim as distorções sociais nacionais e garantindo a estrutura dominante dos territórios dos “de cima”, priorizando a reprodução do capital e não a igualdade e dignidade de seus habitantes.

Podemos observar as mazelas deste modelo quando analisamos as políticas públicas de segurança alimentar na efetivação das regiões de produção alimentar próximas às cidades, que não avançam, pois se caso fossem implementadas, gerariam uma desconstrução na organização espacial do poder atual. Poderíamos aqui enumerar centenas de comportamentos análogos em outras áreas de atuação estatal, mas o que todos carregam em comum é a desvalorização, pelo Estado, de certas atividades em favor de outras.

Sempre lembramos o fato de o mundo produzir mais alimento que é capaz de consumir e, ao mesmo tempo, encontramos uma enorme massa humana subnutrida. Dentro desta constatação, órgãos governamentais e não governamentais, afirmam que o problema da fome e da alimentação, em geral, é o acesso ao alimento.

Esta afirmação, além de ser facilmente apropriada entre os reformistas, pode nos remeter indiretamente ou diretamente a esfera do consumo, porém existe um potencial grande de nos equivocarmos dentro deste pensamento, pois entender a problemática alimentar não se limita ao acesso-consumo, pois o consumo, em última instância, não é o fator organizador nem modelador da produção. Se fosse assim, estaríamos dizendo que podemos alterar o consumo de alimentos e isso implica necessariamente em distribuição de renda, sem alterar a estrutura produtiva.

Fazer uma substancial distribuição de renda sem tocar na esfera produtiva, justamente onde se encontra grande parte da riqueza e o único momento de geração de renda, onde estão os meios de produção e onde encontramos a substancial circulação de capitais, seria simplesmente enfrentar a superação da fome de forma abstrata.

Hoje, o processo produtivo é concentrador de capital, por consequência produtor de pobreza, de hegemonização política e econômica dos monopólios e de homogeneização dos marcos legais e econômicos das demais esferas sociais e, por isso, faz dele a esfera central de transformação. É mais especificamente na esfera da produção, dominada pela extração de mais valia e pelo processo de valorização do capital, que, enfim, o capital subordina o processo de trabalho a fim de acumular, reproduzir e expandir.

A circulação (distribuição, repartição do produto social) e o consumo são parte do processo de produção que, necessariamente, articula intrinsecamente a atividade produtiva. Por mais que tenha ocorrido a ampliação da escala (tanto geográfica quanto volume de mercadorias) de produção e que isso tenha cobrado uma maior complexidade da esfera de circulação, não faz dela mais central que as outras esferas, que também sofreram intensas transformações. Pelo contrário, mantêm-se interdependentes, pois se a eficiência da circulação é fundamental para o valor final da mercadoria, qual elemento podemos constatar que faz da esfera produtiva ou consumo, no mínimo, tão estratégicas quanto?

É através da organização das classes envolvidas com a produção de mercadorias, que encontramos o protagonismo nas oscilações das formas mais essenciais de poder territorial e da formação de seus circuitos e círculos de cooperação espacial. Um bom exemplo é analisarmos o salto qualitativo gerado com a formação das cooperativas agrícolas, pois a organicidade interna dos produtores parece sim, ser um indicador fundamental para entender as possibilidades e potencialidades do transformador movimento de territorialização produtiva.

Sobre o consumo, não podemos perder o foco de que é a produção que oferece o seu objeto (mercadoria), onde a relação do momento do consumo é com o produto e não com a produção, onde “[...] é a criação de novos valores de uso que cria novas necessidades de consumo”. (NETTO e BRAZ, 2012, p.76).

O processo produtivo orienta-se para o lucro. Cabe à produção uma importância prioritária, o momento predominante no âmbito de interações complexas. O conceito de momento predominante para Marx origina da noção de unidade na heterogeneidade, isso significando que, dentro da unidade do processo produtivo, cada categoria fundamental (produção, distribuição, circulação, troca e consumo) deve ser compreendida em sua específica peculiaridade, mesmo que interajam de forma interdependente. E,

“por outro lado, essas interações não são de igual valor, nem quando consideradas como pares nem tomadas em seu conjunto, mas ao contrário se impõem, em cada ponto, a prioridade ontológica da produção enquanto momento predominante[...] Nenhuma interação real existe sem momento predominante.” (LUKACS, 1979, p.67-70).

Esta noção de momento predominante dentro da unidade do processo produtivo, levado para dentro da problemática alimentar, parece ser de fundamental relevância.

Permite ao mesmo tempo compreender a unidade e a especificidade de cada momento do processo, podendo se desdobrar na construção teórico-programática da luta política, pois incorpora os conflitos de classe dentro de seu funcionamento sistêmico heterogêneo, porém hierarquizado.

Esta abordagem nos auxilia na compreensão dos dilemas necessários a serem superados para a eliminação da fome e da garantia a alimentação adequada, compreendendo as especificidades de cada etapa do processo produtivo.

3.2 - Conceitos geográficos e o campo alimentar.

Buscar compreender as qualidades geográficas é essencial, pois do contrário, teremos uma análise idealista. Milton Santos coloca que “[...] por isso a formação socioespacial, e não o modo de produção, constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. (SANTOS, 2012, p.132). E segue o autor afirmando que a dimensão social do trabalho “[...] cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições” (idem p. 135). E assim, como é impossível esta divisão territorial se fazer de forma homogênea e onipresente, pois encontra diferentes resistências, traz a nós um elemento importante, que é a dimensão geográfica de tempo, que nada mais é do que a forma como os lugares assimilam o tempo histórico, vindo daí a afirmação de Santos que “cada lugar é teatro de tempos”. (idem p.139).

Quando pensamos o processo produtivo para a Geografia, é necessário diferenciar os conceitos cadeia produtiva e circuito produtivo. O primeiro, de matriz econômica, “[...] é um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos” (CASTILLO, 2010, p.6), sendo compreendido sob uma ótica de seus vínculos técnicos e econômicos. Já os circuitos produtivos compreendem a sua dimensão espacial, onde o espaço é mais que uma superfície e sim um elemento ativo no processo produtivo. E segue:

Na abordagem da cadeia produtiva, considera-se o espaço e a região como parte do “ambiente externo”, como um fator que pode afetar, positiva ou negativamente, o procedimento. A abordagem proposta pelo circuito espacial de produção, por sua vez, desloca o foco da empresa para o espaço geográfico. [...] Analisando, [...] as implicações sócio-espaciais da adaptação de lugares, regiões e território [...], bem como o papel ativo do espaço geográfico na lógica de localizações das atividades econômicas, na atividade produtiva e na dinâmica de fluxos. Por fim, “compreender

a relação entre lugares, a divisão territorial do trabalho e a lógica das redes e territórios. (CASTILLO, 2010, p.7-8).

Fazendo esta diferenciação seguimos para um conceito chave: o circuito espacial de produção, que abreviaremos como CEP, que é o conjunto de organização e de interação dos objetos espaciais articulados enquanto sistema, onde descrevem o fenômeno de localização e articulação de fixos e de fluxos espaciais gerados nas etapas produtivas, porém unitárias como processo.

Estes CEPs são de escalas, de tempos e de conjunto de técnicas diferentes, sendo assim únicos, possuindo processos de desenvolvimento específicos, com estratégias diversas de produção e de reprodução, tendo relações de diferentes intensidades uns com os outros. Milton Santos, quando analisa o sistema econômico urbano nos países subdesenvolvidos diferencia o CEP em dois subsistemas: o circuito inferior e o superior, interligados pelas classes médias, sintetizado no quadro abaixo .

CARACTERÍSTICAS DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA
EM PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

	<i>Circuito Superior</i>	<i>Circuito Inferior</i>
Tecnologia	Uso int. de capital	Uso int. de mão-de-obra
Organização	Burocrática	Primitiva, não estruturada
Capital	Importante	Escasso
Mão-de-obra	Limitada	Abundante
Salários regulares	Prevalentes	Não requeridos
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequenas quantidades baixa qualidade
Preços	Fixos (em geral)	Negociáveis entre comprador e vendedor (regateio)
Crédito	De banco, institucional	Pessoal, não institucional
Margem de Lucro	Pequena por unidade mas importante, dado o volume dos negócios (exc. itens de luxo)	Grande por unidade mas pequena em relação ao volume dos negócios
Relação com fregueses	Impessoal e/ou por escrito	Direta, personalizada
Custos fixos	Importantes	Negligenciáveis
Propaganda	Necessária	Nenhuma
Reutilização das mercadorias	Nenhuma (desperdício)	Frequente
Capital de reserva	Essencial	Não essencial
Ajuda governamental	Importante	Nenhuma ou quase nenhuma
Dependência direta de países estrangeiros	Grande; orientação para o Exterior	Pequena ou nenhuma

FIGURA 1: Características dos Dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos (Santos, 2008a, p.44)

O circuito superior seria formado por agentes monopolistas nacionais e internacionais de intenso volume de capitais, captadores da maior parte dos financiamentos

públicos. Seriam os “de cima”.

Já o circuito inferior caracteriza-se por utilizar muita mão de obra e pouco capital, restringindo-se à produção (mercadoria e serviços) de pequena escala e à relações mais restritas com a sua região, sendo protagonizado pelos “de baixo”, pelas populações pobres da esfera da produção até a do consumo, sendo que, como as condições “[...] de escala necessária à criação do circuito inferior são mínimas, ele pode restabelecer-se facilmente em uma pequena aglomeração.” (SANTOS, 2011, p.132).

Santos menciona sobre a dialética entre os dois circuitos, em que

A competição entre os dois circuitos pela conquista do mercado e o domínio do espaço é representada pela tendência do circuito superior a unificar totalmente o mercado e do circuito inferior a reclamar uma parte na organização do espaço e a se colocar em concorrência com o circuito superior (Santos, 2008a,p.359).

Neste embate, a expansão de um se faz dentro das contradições do outro, com relação de causa e de efeito recíprocos, onde o domínio dos circuitos interage sob uma organização hierárquica e antagônica, onde as influências territoriais de uma influenciam na outra, em um sistema associado. Por fim, Santos nos deixa uma importante contribuição quando menciona que:

Cada lugar é o resultado da combinação espacialmente seletiva de variáveis diferentemente datadas.[...] Em resumo, externo e interno são próximos, em significação e em realidade, de novo e velho. As forças de mercado são, em última análise, governadas pelo novo e pelo externo, mas se realizam em grande parte através do velho interno. O Estado, garantia do novo e do externo como subsídio ao econômico, assume, porém, o velho no tocante ao social. (Idem, p.106-107).

Quando pensamos esta dinâmica dos circuitos superiores e inferiores no campo alimentar, dentro de toda a mediação necessária, nos deparamos não apenas com uma organização econômica e espacial, mas também de poder político. Noções fundamentais quando tratamos da elaboração de ações concretas na luta política pela segurança e soberania alimentar, dentro de todas as escalas.

Mencionado a dimensão política, o conceito de CEP, devemos pensar conjuntamente o conceito de círculo espacial de cooperação (CEC), que são indissociáveis como ferramentas conceituais, pois não se separam do espaço produtivo e nem de sua capacidade de recorte espacial.

O CEC é o articulador das etapas do circuito e identifica as escalas de poder das decisões políticas.

Enquanto o CEP trata do fluxo material, o CEC trabalha a esfera dos fluxos não

materiais como informações, ordens, capitais, sendo “o comando das instâncias organizacionais” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.147). Ainda, para os autores:

Essa é a inteligência do capital, reunindo o que o processo direto da produção havia separado em diversas empresas e lugares, mediante o aparecimento de verdadeiros círculos de cooperação. Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.144).

Se compararmos os CEC dos circuitos curtos com os dos longos, observamos uma profunda diferença. No caso dos circuitos curtos encontramos um número absoluto de agentes reduzidos, porém se comparado com o circuito longo, vemos que o circuito inferior possui um círculo de cooperação muito mais denso, com muito mais agentes.

Na tendência dos circuitos superiores, o circuito dos grandes monopólios acaba por gerar uma verdadeira “ditadura” interna em seu círculo de cooperação, pois ele gera cada vez maior centralização de poder, das decisões, do planejamento, da formulação das estratégias, das tarefas, onde a hierarquia acompanhada da alienação do conjunto dos agentes do círculo é uma tendência geral necessária. Esta relação, para que se fortaleça e se perpetue, necessita de uma relação utilitarista e instável em relação ao conjunto dos agentes, onde abandonos e incorporações são feitas de forma imediatista, conforme os anseios de mudanças da sólida hierarquia organizacional.

Quando observamos a pequena produção, muitas vezes organizada em cooperativas, sua condição mais homogênea, sem grandes diferenciações, acaba por gerar uma relação mais horizontal em todos os aspectos do CEC, obtendo uma maior democratização das ações econômicas e trazendo uma maior estabilidade e força ao círculo, conforme se democratiza, através da cooperação horizontal e não concorrencial entre os agentes.

Azevedo (2009) menciona que nos momentos de transição de escalas dos CEPs observa-se um corte de transpasso de escala, referindo-se às formas de contratos, de relações internas dos agentes, de relações com o poder público e de legislação, evidenciando como as escalas trazem consigo muito mais do que uma mudança quantitativa aos circuitos e círculos espaciais, mas impõem diferenças qualitativas. Isso porque o poder exercido sobre o território, através do sistema de objetos e de ações, também necessita mudar e, no caso da escala local e da regional, as mudanças acabam gerando uma batalha pelo território, muitas vezes associadas e contraditórias aos grandes circuitos transnacionais.

Tratando da problemática alimentar, a utilização destes conceitos, podem construir

uma abordagem espacial à questão, possibilitando uma perspectiva geográfica valiosa na contribuição do debate teórico.

Ao trabalhar este conjunto de conceitos na esfera da produção alimentar, CASTILLO (2010) caracteriza o quadro internacional atual como a era áurea dos circuitos superiores, com o aumento dos fluxos alimentares em escalas cada vez maiores e reciprocamente verticalizadas, sendo um processo de produção em amplitude global, onde encontramos fortemente o caráter globalitarista (SANTOS, 2003) deste modelo, que estrutura-se em etapas produtivas espacialmente fracionadas, onde a logística se faz estratégica para adquirir vantagens competitivas territoriais contra a concorrência.

O Brasil historicamente se constituiu como país produtor de matéria prima exportadora em geral, e isso envolve a esfera produtiva alimentar. Hoje somos conhecidos como o “celeiro do mundo”, sendo grande exportador de soja, de carne, de laranja e de café. Estas produções são inteiramente identificadas como circuitos superiores, por mais que seja nestes setores encontrado grande parte das denúncias de trabalho análogo ao escravo no Brasil e casos de violência no campo.

O comportamento dos CEP de commodities agrícolas possuem algumas características específicas como, por exemplo, intenso volume de capitais, grande nível de especialização, uma dependência ao mercado externo, não apenas como mercados do consumo, mas também, das tecnologias utilizadas (pois necessita de intensa mecanização e insumos) e também no que diz respeito ao preço de suas mercadorias. Esta produção carrega consigo um sobrepeso na logística (de exportação), pois se trata de um circuito produtivo de grande volume de fluxo de matéria-prima, de pouco valor agregado, além de grande impacto ambiental e social, com o uso intensivo do solo, de venenos e monocultura latifundiária, muitas vezes transgênica.

Os circuitos superiores de produção, na sua maioria circuitos longos, não são compostos puramente por latifundiários, mas também por pequenas e médias unidades familiares, como é o caso das cadeias integradas de produção, como por exemplo na produção de aves e de suínos, onde as transnacionais da alimentação não mais precisam comprar terras nem ter vínculos empregatícios com os produtores, garantindo o barateamento da força de trabalho, através de uma espécie de terceirização da produção. Por fim, acaba por usar e desestruturar a agricultura familiar, fragmentando as atividades da unidade familiar ou cooperativa.

Esta estrutura produtiva exige uma organização espacial de seu sistema de objetos e de ações, em que sua capacidade de fluidez, de sua logística, tentando evitar os “gargalos”

encontrados ao longo do fluxo da mercadoria pelo circuito onde sua eficiência, se torna fundamental para abaixar o preço da mercadoria e assim manter-se competitivo no mercado internacional. Além disso, se trata de uma intensa divisão territorial do trabalho em escala global, baseado na competitividade e desorganizando os lugares, além de ser “ditador” na imposição de uma territorialização que controle os fluxos e os lugares.

Outro aspecto importante estaria nos seus CECs (CASTILLO, 2010), onde no fluxo imaterial (informações, decisões políticas, capital) encontramos as articulações ao grande capital transnacional, vinculados às bolsas de valores internacionais como também concentrado poder político nas seletivas e reduzidas cidades centrais.

Ao analisar os circuitos alimentares de proximidade, entendido como os de escalas locais e regionais, como condição e meio de estratégias territoriais, suscitam diversas reflexões sobre as peculiaridades, limites, potencialidades e importância social destes, onde “[...] lo importante es aclarar cómo los flujos de productos y de valor activan el fraccionamiento y, en última instancia, la producción de los espacios.” (SILVA, 2009, p.13).

Quando analisamos, os circuitos do campo, assim como os circuitos urbanos, encontramos formas próprias de conteúdo dos circuitos, extremamente diversos na hierarquização, verticalidades e horizontalidade, configurando suas formas e conteúdos, seja nas estratégias territoriais, de sua organização do circuito espacial de produção e seus círculos de cooperação. Por fim, objetivos e por consequência estratégias de reprodução e produção territoriais próprias.

Os circuitos de proximidade possuem uma série de características próprias nas suas dinâmica, organização e conteúdo, dados pelo conteúdo dado a classe que os compõem, que possuem uma histórica resistência, criminalização e são de importante caráter popular.

Neles, encontramos a geração de pequenos e numerosos circuitos espaciais (oposto dos circuitos superiores, onde encontramos grandes e poucos agentes), com um círculo de cooperação muito mais horizontalizado e de relações mais fraternas e coletivas, vínculos mais estreitos entre sociedade e natureza, pouca mecanização, baixo volume de capitais, mercados vinculados à dinâmica e demandas locais e regionais, além de uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades com trabalho familiar, como também dedicação dos mesmos em outras atividades não agrícolas onde, em grande parte, se dedicam à produção de alimentos pouco processados e frescos com precária logística, baixo nível técnico-informacional, leis sanitárias coercivas, inadequados créditos (volume financeiro e burocracia adaptada a realidade dos agricultores), além de ser comum o

endividamento e envelhecimento acompanhado do êxodo de jovens.

Outro elemento é o menor custo de transporte, com alimentos diferenciados e frescos, identificados com os hábitos alimentares comuns da região, além de manter técnicas de criação e processamento historicamente desenvolvidos para aquela realidade por sujeitos tradicionalmente ocupantes daquele espaço, visto que “[...] conforme se extienden los flujos y se aumentan las conexiones necesarias para alcanzar el consumidor final, el alimento se va convirtiendo, cada vez más, em um producto manufacturado” (SILVA, 2009, p.13).

Atualmente, encontramos um quadro de constante instabilidade no volume disponibilizado, preço e qualidade das mercadorias produzidas por eles, porém esta capacidade de suportar a variação na rotina de fluxo é uma característica apenas encontrada no circuito inferior. Já o superior não possui condições estruturais para tal dinâmica, basta ver o que ocorre com estas empresas em momentos de crise, que são compradas por empresas maiores, ou fundidas, ou decretam falência e transferem seu capital para outro setor que esteja rendendo mais.

Ao falar de circuitos regionais, está se tratando de escalas territoriais produtivas de médio e pequeno portes, em que encontramos no interior do país, envolvidos no abastecimento das grandes e médias cidades, localizando-se ao seu entorno.

Diferente do circuito superior, o inferior busca reter o excedente gerado no processo de trabalho, acabando por ocorrer uma apropriação territorial da renda e não sua dispersão, fato que não ocorre no superior devido a toda sua economia envolvida com a produção de commodities de grandes monopólios transnacionais, bancário e especulativos, pois o circuito superior funciona como um dispersor da riqueza local, para assim se incorporar a acumulação em escala global.

Outra característica do circuito de proximidade é que a divisão social do trabalho é reduzida, mesmo quando se aumenta as etapas da cadeia produtiva, pois isso não necessariamente provoca uma divisão territorial do trabalho tão agressiva e alienante, promovendo, ao invés de uma especialização territorial da produção, uma concentração espacial de funções produtivas, consolidando a produção local, mantendo a qualidade da mercadoria e fortalecendo a articulação território-mercadoria-lugar.

Ao mesmo tempo em que entendemos as diferenças de organicidade entre as diferentes escalas, não podemos perder de vista que:

A região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são que uma abstração, se os considerarmos à parte da totalidade. Os recursos totais do mundo ou de um país, quer seja o capital, a população, a força de trabalho, o excedente etc., dividem-se

pelo movimento da totalidade, através da divisão do trabalho e na forma de eventos. A cada momento histórico, tais recursos são distribuídos de diferentes maneiras e localmente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição particular[...] em que o tempo empiricizado entra como condição de *possibilidade* e a entidade geográfica preexistente entra como condição de *oportunidade*.(SANTOS,2012, p.165).

É com a combinação destes elementos de escalas produtivas curtas e regionais, com estes sujeitos tradicionais ou não, mas vinculados a produção em pequena e médias propriedades de alimentos frescos e processados que, na opinião de muitos especialistas e organismos públicos ou não (ONU, Pastoral da Terra, MALUFF, CONSEAN, Via Campesina) , são estas áreas propícias ao desenvolvimentos de políticas públicas de segurança alimentar, que foquem a consolidação destas populações e o desenvolvimento econômico com fins a uma produção limpa ecologicamente e inclusiva socialmente, que consiga construir mercados, além de garantir o acesso ao próprio.

É nos circuitos inferiores que encontramos uma enorme heterogeneidade de formas e conteúdos, materialidade esta que assimila e demanda inovações tecnológicas autênticas e que:

No se trata precisamente de plantear La heterogeneidad como una manifestación de unas <<temporalidades>> desiguales de las cadenas productivas hacia una vocación universal de internacionalización, sino más bien lo contrario, de que cada territorio es capaz de asimilar esta heterogeneidad por medio de la formación de unos circuitos regionales propios, sea por razones económicas o culturales.(SILVA, 2009. p.22).

Dentro de toda essa dinâmica encontramos forças em ação, tendo como os principais os agentes do Estado e do mercado, que não só são frutos da evolução como também a orientam. Os círculos de cooperação mediam e geram conflitos nas relações interna/externa onde “[...] o interno aparece como a internalização do externo”. (SANTOS, 2008b, p.104). Com esta frase, Santos está contextualizando com o período capitalista contemporâneo, sinteticamente expondo o movimento global, que orienta a infra-estrutura, os investimentos, os serviços, etc.

Porém, é interessante acrescentar uma indagação que pense como esta relação externo/interno se faz quando sujeitos locais buscam orientar o conjunto do sistema de objetos e de ações parcialmente, fora desta dinâmica global, principalmente quando nos deparamos com ações de grupos sociais que vão contra à grande concentração de capitais, construindo territórios como estratégias de resistência, enfrentamento, produção e reprodução, onde conscientemente ou não estão em meio a este processo gerando autonomia(s) ou/e soberania(s) territoriais.

4. – ESPAÇIALIZANDO PROCESSO PRODUTIVOS

Introdução:

Neste último capítulo pretendo discutir dois estudos de caso de espaços alimentares agroecológicos e dentro do que se considera ideal nas diretrizes da SAN, sendo analisados.

Os dois estudos de caso são: A feira agroecológica das Graças, Recife, onde foi feito uma pesquisa de campo, onde foram aplicados um questionário para os 17 feirantes e um específico para 25 consumidores.

O outro estudo foi realizado no estabelecimento comercial Quintal da Vó, Campo Largo –PR, que é uma quitanda de alimentos orgânicos, onde a proprietária também é agricultora e possui uma política de valorizar os produtos locais para venda, fazendo parcerias com cooperativas e vendendo em duas diferentes modalidades, uma é a venda no local e a outra é entregando em domicílio. A entrevista foi feita com perguntas pré elaboradas e enviadas por email.

4.1. Estudo de caso da Feira agroecológica das Graças, Recife.

As feiras e quitandas são pontos fixos de troca, onde conseguimos encontrar mais diretamente as duas pontas do processo produtivo ligando, no local de troca, a produção e o consumo. O caso da feira das Graças na cidade do Recife e a quitanda Quintal da Vó, são exemplos concretos para análise de muitos aspectos dos dilemas alimentares brasileiros, como colocamos ao longo do capítulo.

A feira da Graças é chamada formalmente de Espaço agroecológico das Graças, a sua localização é na Rua Sousa de Andrade desde 1997, no bairro das Graças, região nobre da cidade do Recife, estado de Pernambuco, considerada a feira agroecológica mais antiga da cidade. Sua periodicidade é semanal e inicia às 23 horas da sexta feira e estende-se até 9 horas da manhã de sábado.

FIGURA 2: FEIRA DURANTE A MADRUGADA.



FONTE: foto do autor(2021).

FIGURA 3: FEIRA NO INÍCIO DA MANHÃ DE SÁBADO.



FONTE: foto do autor(2021)..

São 17 barracas geridas pelos próprios produtores, onde encontramos frutas, legumes, vegetais, flores, leite e seus derivados, panificados, carnes, produtos processados e temperos.

Foi realizado um trabalho de campo após o consentimento dos feirantes, utilizando dois questionários (anexo 1 e 2): um específico para os consumidores (13 questões) e outro

para os produtores-feirantes (19 questões). Foram feitas 30 entrevistas com os consumidores e com todos os 17 feirantes. As entrevistas, as fotos e os diálogos foram feitos durante o funcionamento da feira. Ambos os questionários buscaram a identificação de informações relevantes vinculadas ao circuito espacial de produção ali concretizado, encontrando os elementos centrais das etapas de produção, circulação, troca e consumo.

Buscou identificar dados socioeconômicos e estruturais (meios de transporte utilizado, distancias percorridas, tempo consumido), onde em linhas gerais, o questionário foi composto por questões objetivas, poucas questões abertas (valores, localizações, distancias), sendo a maioria composta por questões fechadas.

Os resultados, em linhas gerais, foram bem elucidativos para evidenciar o abismo social que existe no Brasil e, neste caso, entre o rural e o urbano e entre os produtores e os consumidores.

Em um total de dezessete barracas, treze foram respondidas por homens com idade média de 45 anos, enquanto as respostas de mulheres apresentaram uma média de 38 anos, sendo que 70% dos entrevistados apresentavam menos de 50 anos. Hoje, os representantes das barracas são os filhos dos criadores da feira.

O tempo médio de trabalho dos feirantes foi de 13 anos, onde 40% deles estão há menos de dez anos, demonstrando uma certa substituição de membros familiares ao mesmo tempo que muitos feirantes hoje idosos que iniciaram a feira em 1997 continuam contribuindo nas barracas.

As dezessete barracas se originam de cinco municípios, porém três grupos familiares representam a maior parte das barracas: Bom Jardim (41% dos feirantes), Gravata(29%) e Chan Grande(17%), além de uma barraca de Pombos e uma de Abreu e Lima. Estes municípios encontram-se a 100, 90, 80 quilômetros da feira, respectivamente.

A circulação dos produtores e dos alimentos até a feira ocorre de duas formas, uma forma individual, cada produtor é responsável por se transportar e levar sua mercadoria e um grupo realiza esta etapa da circulação de forma coletiva. Na primeira, representa 68% dos feirantes (35% utilizam a Toyota Bandeirantes, 23% o Fiat estrada e 10% carros comuns). Já a forma coletiva que representa 32% dos feirantes, é realizada. pela associação dos produtores, onde a circulação deles é feita utilizando um ônibus e as mercadorias são reunidas em um caminhão, também da associação de agricultores que transporta coletivamente as mercadorias.

FIGURA 4: BANDEIRANTES USADAS PARA A CIRCULAÇÃO DOS ALIMENTOS.



FONTE: foto do autor (2021).

A distância média percorrida por eles é de noventa e seis quilômetros, sendo onze quilômetros de estradas de terra, resultando no tempo médio de deslocamento de 140 minutos.

Tirando o Fiat Estrada, os meios de transporte utilizados possuem mais de duas décadas, evidenciando uma fragilidade na capacidade e renovação dos meios de transporte.

Chama a atenção a longa distância percorrida, consumindo quase cinco horas de deslocamento total, o que impacta diretamente no preço final das mercadorias, principalmente em função dos custos com combustível. Ao analisarmos o trajeto percorrido, observamos que a maior parte dele é por canaviais, destinados ao refino de açúcar ou etanol. Na região metropolitana do Recife os latifúndios de cana encontram-se em continuidade da área urbana, dominando a paisagem com seus monocultivos, organização do espaço resultado de uma secular política dos senhores de engenho, de reprimir violentamente o cultivo de alimentos em suas terras, pelos trabalhadores do canavial ou pelos retirantes da seca que, desesperados, se deslocavam para os mangues da capital na esperança de sobrevivência.

Com relação a algumas características dos agricultores e suas propriedades, 82%

delas possuem criação de animais e possuem propriedades de até 2 hectares, com área média dedicada a produção de 1,7 hectare. Todos são descendentes de agricultores das mesmas localizações.

FIGURA 5: PRODUTOS NAS BANCADAS.



FONTE : foto do autor (2021).

FIGURA 6: PRODUTOS NAS BANCADAS.



FONTE : foto do autor.(2021)

FIGURA 7: PRODUTOS NAS BANCADAS.



FONTE: foto do autor. (2021)

Com relação ao número de membros envolvidos na produção para abastecer cada barraca, 65% envolvem de quatro a sete e 30% de um a três, fato justificado por algumas barracas serem de apenas uma família e outras serem compostas por mais de uma. No total, a feira envolve 83 pessoas diretamente com a produção, sendo 1,2% crianças (entre 0 e 12 anos), 7,2% Adolescente (12 a 18 anos), 53% adultos jovens (entre 20 e 40 anos aproximadamente), 36% adultos maduros (40 a 60 anos aproximadamente) e 2,4% idosos (acima dos 60 anos).

A faixa etária de adolescentes de 12 a 18 anos, envolvendo 7,2% pode indicar uma tendência de envelhecimento demográfico, pois foi mencionado pelos feirantes que antes existiam mais barracas e, com o tempo, está diminuindo. De alguma forma, a feira encontra-se envelhecendo e diminuindo.

Quanto à renda, 73% deles não possuem outra fonte, apenas a renda oriunda da agricultura. Dos entrevistados, 50% deles não possuem nenhum maquinário, tendo a outra metade um tratorito, mas a ferramenta principal ainda é a enxada para todos eles.

Todos produzem diversificadamente em suas propriedades e metade deles fazem o beneficiamento de algum produto. Do total, 42% possuem alguma relação de empréstimo com o banco.

Com relação ao nível de escolaridade, nenhum dos entrevistados possui ensino superior, 35% concluíram o ensino médio, 30% concluiu o ensino fundamental e 5% nunca estudaram.

Com relação aos preços, esses são definidos em assembléia, sendo o preço igualmente para todos, não ocorrendo assim disputas de preços entre os feirantes. Segundo eles, o preço é reajustado quando os prejuízos se tornam frequentes, e esta correção de valores ocorre normalmente em uma frequência anual. As assembléias ocorrem ao final da feira onde todos os feirantes possuem o mesmo poder de voto e o direito a fala, porém elas só ocorrem quando alguma decisão muito relevante precisa ser tomada, não existindo uma periodicidade predeterminada.

Ao final da feira, toda a sobra é doada para entidades de caridade.

Com relação aos consumidores, os dados recolhidos demonstram um outro perfil social. Do total, 87% dos 30 entrevistados possuem ensino superior ou/e especialização, os outros 13% ensino médio. Com relação aos bairros de origem dos consumidores, 43% são do próprio bairro e os demais são bairros vizinhos, tipificando uma verdadeira feira de consumo local.

Quanto ao deslocamento, 53% dos entrevistados vão de carro para a feira, 30% vão

caminhando (90% bairro das Graças) e 13% de bicicleta.

A pesquisa também registrou que 56% dos consumidores moram com uma ou duas pessoas, 13% moram sozinhas e 30% moram com quatro a sete pessoas. Casais aposentados ou casais jovens com filhos representam o primeiro grupo, 30% demonstra que muitas pessoas não compram apenas para si, mas para vários membros próximos. No total, 87 pessoas são alimentadas com a compra dos entrevistados, onde cada consumidor compra para três pessoas, em média.

Com relação à frequência e ao tempo que são consumidores da feira, os dados indicam uma frequência altíssima: 63% dos entrevistados frequentam todas as semanas e 23% quinzenalmente. Definitivamente, a feira foi incorporada no cotidiano dos consumidores, mostrando uma grande relevância na vida alimentar destas pessoas. 70% deles frequentam a feira há, no máximo, 4 anos, 16% frequentam de 5 a 10 anos e 13% a mais de dez anos, existindo assim, um terço de consumidores que frequentam mais de meia década e um número expressivo de novos consumidores.

O gasto médio por feira foi de 97 reais, 40% gastando acima de 100 reais e 60% menos de 100 reais. Em média, cada consumidor regular da feira gasta de 200 a 400 reais por mês, centralmente em frutas, em verduras e em legumes. Trata-se assim de um público com poder de consumo bem acima da média nacional, evidenciados na primeira parte do trabalho.

Com relação à escolha por determinados feirantes, 56% afirmou que não tinham preferência, apesar de conhecê-los e, com relação a confiança nos alimentos, esta é de 100%, e 56% deles avaliam os preços um pouco inferiores ao das grandes redes de supermercado.

Em linhas gerais, a feira agroecológica das Graças representa uma “forma tradicional”, onde um ponto de comercialização direta entre grupos de famílias, historicamente agricultoras, em pelo menos três gerações, e consumidores urbanos com salários acima da média nacional que moram em uma região que corresponde a este padrão de vida.

A existência de assembléias esporádicas entre os feirantes para decisões importantes como preço dos produtos e horários de funcionamento, traz algumas ferramentas importantes de estabilidade política através da democracia direta.

A feira organizada por barracas individualizadas, cria uma repetição de produtos, aumentando a possibilidade de sobras e aumentando a concorrência, sendo ela abrandada com acordos internos, como por exemplo, o de não “chamar os clientes” e não fazer

promoções.

Quando analisamos a estrutura da feira, observamos muita precariedade nas condições de trabalho, pois a qualidade dos produtos não se reflete em qualidade de vida dos feirantes, pois a estrutura das barracas foi oferecida pela prefeitura com o intuito de padronizar esteticamente. Como exemplo dessa precariedade, os feirantes alugam um banheiro em um edifício ao lado, apenas com privada e pia.

Acesso a água inexistente, sendo que é um elemento fundamental para a higienização dos alimentos e dos próprios feirantes e, caso chova, (que é muito comum no Recife) não tem uma proteção adequada.

De fato, a feira está incorporada na rotina dos consumidores, pois a frequência é quase que semanal, (93% frequentam mais de uma vez por mês). As razões podem ser devido ao tipo de alimento vendido, pois são todos frescos e de rápida decomposição, fazendo com que semanalmente sejam repostos. A escala do bairro proporciona um vínculo ao cotidiano dos consumidores, seja na sexta-feira de noite ou no sábado de manhã, sempre estará no momento mais fresco, fugindo das escaldantes temperaturas do Recife.

As compras realmente cumprem um papel de alicerce na dieta dos frequentadores da feira.

Sobre o horário de funcionamento, como já mencionado, ele ocorre das 23h de sexta-feira até 9 horas da manhã de sábado. Este horário foi constituído no processo de formação da feira. Inicialmente ela ocorria apenas na manhã de sábado, com o início das instalações ocorrendo pela madrugada. Como a feira é marcada por um público cotidiano, iniciou alguns pedidos de donos de restaurantes para alguns feirantes abrirem antes. Assim, gradualmente alguns agricultores-feirantes começaram a chegar antes, gerando um efeito dominó com os outros e assim, com o passar do tempo, a feira foi avançando madrugada a dentro, a pedido dos consumidores, ao ponto que foi encaminhado por assembleia a proibição do adiantamento da feira, consolidando ela com o horário que tem hoje.

A feira dura quase 12 horas (mais o tempo de montagem e desmontagem das barracas), fazendo com que uma parte expressiva do seu tempo seja consumido com o cumprimento das etapas de circulação e de troca, concorrendo com o tempo para a produção e descanso. De forma clara existe uma pessoalidade na relação dos feirantes com os consumidores (a normalidade como se chamam pelo nome demonstra isso). Existe um esforço muito grande por parte dos produtores-feirantes de se adaptarem para sanar as demandas dos consumidores.

De fato, a extensa jornada da feira pesa sobre eles, além de algumas desvantagens como, por exemplo, longos períodos durante a madrugada sem nenhum consumidor, pausas estas aproveitadas para dormir, principalmente entre os mais velhos.

Assim, dormem com o rosto por cima das bancadas ou embaixo das barracas, usando materiais como proteção do chão e da água devido às constantes chuvas noturnas, como mostra as figuras 08. 09, a seguir.

FIGURA: 8 - FEIRANTE DEITADO, DESCANSANDO DURANTE A MADRUGADA.



FONTE: foto do autor.(2021)

FIGURA: 9 -FEIRANTE DORMINDO SOBRE A MESA.



FONTE: foto do autor.(2021)

FIGURA 10: FOTO DA FEIRA.



FONTE :foto do autor.

Ao aproximar, diretamente, as duas pontas do circuito, se mostram as

desigualdades sociais e os conflitos destas relações. Essa aproximação é reprodutora da perpetuação do abismo social entre os sujeitos do processo produtivo. Quase todos os consumidores com ensino superior e quase todos os dentes na boca enquanto nenhum dos produtores pisaram em uma universidade.

As dimensões de cobrança são unilaterais por parte dos consumidores, que agem de forma predatória, pois alienados do processo produtivo, exacerbam os interesses do consumidor, que resume a preços vantajosos.

Não é um erro chamar esta relação de predatória, pois enquanto é garantida uma oferta de alimentos “baratos” diante da renda dos consumidores, de excelente qualidade e com toda a comodidade de estar sendo transportado para o seu bairro, os produtores estão nitidamente estagnados socialmente e materialmente e, há décadas, nenhum ou quase nenhum avanço na mecanização é visto, precária condições na etapa de circulação, como não renovação da frota, assim como longas distâncias percorridas e ruins condições das estradas.

O baixo envolvimento de jovens contribui ainda mais para um futuro incerto para a feira. A desigualdade na relação de poder entre os consumidores e produtores faz com que o risco para a continuidade da existência do circuito seja grande. Esta proximidade tóxica não é notada pelos estreitos e imediatistas interesses dos consumidores urbanos, mas as precárias condições de vida e trabalho são nítidas e razão de preocupação dos feirantes.

A máxima “o cliente tem sempre a razão” e, a dependência dos feirantes para com os consumidores, criaram uma relação de gratidão por uma relação de quase servidão, que ofereceu até hoje para os produtores uma sólida pobreza.

Uma feira com mais de duas décadas oferecendo alimentos para uma camada da sociedade com um alto poder de compra, perpetuar-se sem observar nenhuma melhora na vida dos produtores faz do preço algo central de se analisar. Como já mencionado, o preço é determinado coletivamente e todos aplicam os mesmos valores. Porém, não existe uma administração profissional em relação ao custo. Assim, basicamente, conforme afirmado pelos produtores, esses seguram ao máximo o aumento dos preços, pois temem a diminuição dos consumidores. Assim, vivem no limite financeiro constantemente, elevando os preços apenas após vários relatarem prejuízos consecutivos.

Neste sentido, a não formação de preço de forma profissional apenas beneficia os consumidores, sobrecarregando os produtores de todos os ônus, como inflação e quebras de safra. Neste caso, a “profissionalização” da formação de preços seria urgente.

4.2- Estudo de caso: Quintal da Vó.

O segundo estudo de caso com circuitos agroecológicos foi o Quintal da Vó, estabelecimento comercial de venda de alimentos localizado na rua Centenário, número 1375, no centro de Campo Largo, Paraná. Este estudo de caso está localizado na região metropolitana de Curitiba, com o município tendo aproximadamente 135 mil habitantes, com intensa atividade agrícola. Segundo o IBGE-Cidades são mais de duas mil produtores rurais, com 77% deles acima de 45 anos. O comércio Quintal da Vó, cuja proprietária é Eliane Jaskiewicz Carlesso e seu companheiro.

De origem familiar polonesa e antepassados agricultores, Eliane de 52 anos responde:

O Quintal da Vó já era um sonho antigo para estar mais perto da minha mãe visto que (apesar de estar com a saúde ótima) a idade vai chegando e ela poderá precisar mais de mim. Com a pandemia a realização desse sonho se antecipou. A escolha do local (quintal da casa da minha mãe) se deu por não ter nada parecido por perto, não preciso pagar aluguel e já conheço a vizinhança.

A proposta é de dar preferência aos produtores locais e só depois de esgotadas as possibilidades buscar produtos de fora. A escolha de produtos orgânicos é porque já temos esse hábito em casa e sabemos que é melhor investir na saúde do que depois gastar em remédios. Com a Quitanda descobrimos mais pessoas que pensam como nós.

Apesar disso não vendo só orgânicos, pois as frutas principalmente não são tão fáceis de se conseguir orgânicas aqui na região”.

Podemos observar que razões diversas geraram a iniciativa de criar um ponto de comercialização de alimentos hegemonicamente locais e orgânicos. A proposta foi de criar um comércio buscando abastecer o bairro familiar, associado com uma consciência na relação com a comida e no comprometimento de comprar local para vender local.

Eliane responde com relação a suas prioridades:

“Meu roteiro para pedidos é na seguinte ordem:

- 1- Orgânicos da região
- 2- Orgânicos de Curitiba
- 3-Colonos da região
- 4- Ceasa “

Pode-se observar, a partir da pesquisa, que a demanda dos produtos não consegue ser plenamente encontrada na região metropolitana, principalmente com relação às frutas.

Com relação a seus fornecedores ela afirma que:

Hoje tenho em média 25 fornecedores entre frutas, verduras, legumes, conservas, produtos de panificação e produtos a granel, sendo que 12 são de hortifruti. Meu contato com eles começou através de alguns amigos e familiares que produzem e que me passaram indicações e assim fui afunilando minhas necessidades com as agendas de entrega e cultivo de cada um. No início ia buscar em cada fornecedor (até para conhecer a procedência), hoje só faço os pedidos e recebo na quitanda.

O Quintal da Vó chama a atenção pelo nível de diversidade de produtos e fornecedores que sua proposta de comercialização local gera. E, como estas articulações foram sendo consolidadas uma a uma e se estabilizaram e encontraram uma dinâmica na qual aquele local de troca se especificou nisso, ficou a cargo dos produtores a etapa de circulação, levando seus produtos até a quitanda. A garantia da qualidade do alimento mostra-se central para o seu comércio, mesmo não sendo todos os produtos com registros orgânicos, que de fato é sua prioridade, mas como sua demanda não é plenamente encontrada, ela busca mediações, como alimentos não orgânicos.

Sobre a dinâmica da quitanda é respondido:

“ Eu abro de segunda a quinta feira - sendo que na segunda é dia de organização, de receber produtos e pedidos e de divulgação nas redes sociais. Terça e quarta feira a banca está cheia e alguns clientes vem escolher pessoalmente, mas a grande maioria é por delivery - fazem seus pedidos já na segunda para entregas nas terças, quartas e quintas.

De vantagem posso dizer que com pedidos antecipados consigo mensurar as quantidades para não ter muitas perdas na semana. De desvantagem é que ainda não posso abrir sextas e sábados para aumentar meu volume de vendas (planos para futuro ainda)”.

Com uma dinâmica semanal na qual, em um primeiro momento, organiza os pedidos e recebe os produtos, num segundo momento os consumidores chegam para escolher, porém a maioria já chega para pegar sua sacola pronta ou as sacolas são enviadas por delivery.

A proprietária tem ensino superior e trabalha sexta-feira e sábado como cerimonialista de eventos, renda que permite que consolide sua quitanda para somente depois, se dedicar a ela. Como a maior parte de suas vendas são pré-agendadas, muito pouco sobra, sendo ela consumida entre sua família.

A idéia inicial era consolidar uma quitanda de bairro, com alimentos de qualidade, orgânicos e produzidos em Campo Largo. Porém, pesquisando os consumidores e observando sua dinâmica de vendas, podemos ver uma mudança nos planos iniciais.

Para vender seus produtos, foi criado a quitanda, um cômodo e uma varanda coberta, com estrutura de madeira de aproximadamente 25 m², para receber os consumidores do bairro. Porém, os consumidores não vieram como esperado. De fato, não houve a interação local necessária. Assim, iniciou-se a propaganda virtual, resultando na formação de dois grupos de WhatsApp com 200 pessoas em cada um, onde é colocado a lista de produtos possíveis de serem comprados e onde o consumidor, que tiver interesse, entra em contato privado pedindo o que deseja.

FIGURA 11: MARCA DIGITAL



Fonte: <https://www.facebook.com/quintaldavo.cl/>

FIGURA 12: MANUAL AUTO-EXPLICATIVO DA COMPRA VIRTUAL.



Fonte: <https://www.facebook.com/quintaldavo.cl/>

Assim, Elaine monta as sacolas de papelão (ressaltar que a proposta de menor impacto com lixo é seguida como princípio), onde nos dois dias seguintes eles passam para

buscar.

FOTO 13: SACOLAS MONTADAS E NOMEADAS.



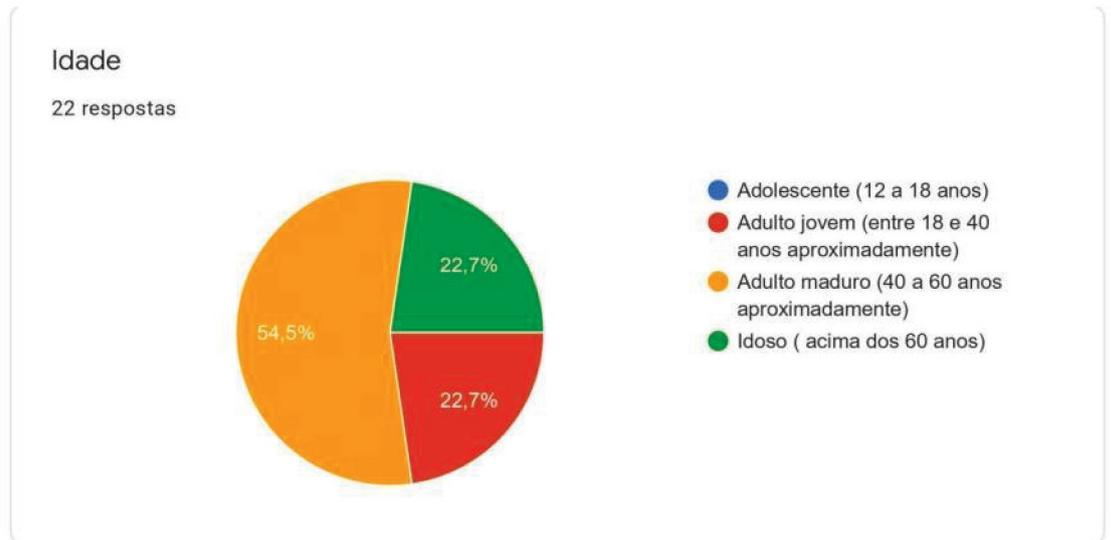
FONTE: Foto do autor.(2021)

Para entender o perfil dos consumidores da quitanda, apliquei um questionário (anexo) no Googleform. Este link foi divulgado nos dois grupos de WhatsApp utilizados pela Elaine para vender seus produtos com sua mediação, explicando a questão, pedindo o consentimento de todos e estimulando eles a responder. O questionário foi basicamente o mesmo utilizado na feira das Graças no Recife, e após quinze dias após o envio do questionário houve 22 respostas.

Analisando os dados recolhidos, a primeira questão que chama a atenção foi o fato de 100% dos participantes serem mulheres, 90% com ensino superior e 10% com ensino médio. O fato de apenas mulheres responderem o questionário traz a importância que as mulheres possuem com a alimentação e o envolvimento com o questionário reflete isso.

Com relação à idade:

FIGURA 14: FAIXA ETÁRIA DOS CONSUMIDORES

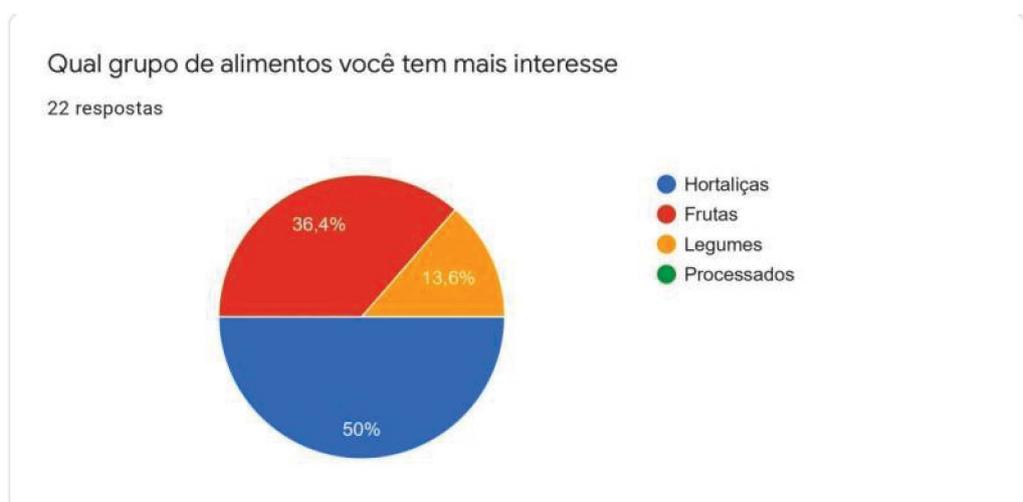


Observa-se que a metade dos consumidores são adultos maduros e idosos enquanto adultos jovens compõem a outra metade. Isso demonstra que o interesse por alimentos orgânicos atinge diferentes gerações com expressiva participação.

Perguntados sobre a razão de optarem por comprarem os alimentos orgânicos a justificativa foi unânime: Saúde.

Com relação ao grupo de alimentos de maior interesse, podemos ver o interesse maior nas hortaliças, depois frutas, por último, legumes. O fato de nenhuma entrevistada ter respondido alimentos processados e as hortaliças serem a prioridade reflete a fuga do consumo de alimentos com venenos, conscientes dos prejuízos à saúde, evitando os alimentos mais envenenados e os substituindo por orgânicos.

FIGURA 15: GRUPO ALIMENTÍCIO DE MAIS INTERESSE



Com relação a frequência, podemos ver uma heterogeneidade, mas, 54,6% vão de três a quatro vezes ao mês, sendo compras quinzenais correspondentes a 36,4%, mostra que, da mesma forma como a feira das Graças, a frequência alta se repete. Em relação à frequência e aos valores gastos, ambos são influenciados pelo período do mês que, ao se aproximar, impacta o consumo.

FIGURA 16: QUANTAS COMPRAS FAZ POR MÊS.



Com relação à distribuição espacial destes consumidores, pode-se observar que são na sua maioria próximos da quitanda, com 36,4% deles morando no Centro e outros 31,6% no bairro vizinho, Vila Bancária. Já outros 27,2% vivem a três quilômetros. Apesar de o consumo ser organizado por meio virtual e isso facilita que pessoas mais afastadas se tornarem clientes.

Podemos dizer que o raio de consumidores encontra-se espalhados por uma distância não superior a três quilômetros, onde 68% deles mais próximos que isso.

De fato, o local de comércio não possui uma característica de local, no sentido do seu entorno, porém é um comércio concentrado na região central da cidade, que é sua localização. A junção de poder aquisitivo, consciência e disposição para buscar o consumo de alimentos ainda se mostram muito restrito, economicamente e espacialmente.

Hoje a maior parte das vendas são feitas por encomenda usando a internet, onde 77,3% dos consumidores vão até a quitanda buscar suas sacolas e o restante recebe por entrega domiciliar e a menor parte dos consumidores selecionam seus alimentos no local. A proprietária menciona que em geral os consumidores têm pressa, por isso preferem apenas passar e pegar a sacola, fazendo uma transferência bancária digital. Um circuito

4.0, altamente incorporado de um modo de vida urbano, tecnológico, uma lógica “just in time”.

Os gastos por compra mostraram uma divisão que não se relaciona com a quantidade de pessoas alimentadas. 50% dos consumidores gastam entre 50 reais e 100 reais por semana (entre 200 reais e 400 reais ao mês), 45,5% gastam até 50 reais e 4,5% gastam mais de 100 reais por semana. Se compararmos com os dados de quantas pessoas são alimentadas, vemos que a maior parte (72,7%) compra para mais uma ou duas pessoas, 27,3% compram para quatro a sete pessoas. Esta incompatibilidade numérica de gastos e quantidade de membros alimentados demonstra como o consumo de orgânicos (devido seu preço elevado) é acima de tudo para quem consegue pagar e não para quem precisa.

Também é interessante pensar que consumidores que compram apenas para si foram de 0%, isso traz indagações sobre os efeitos na alimentação de pessoas que vivem sozinhas e o quanto a alimentação em espaços de convívio podem influenciar na nossa dieta alimentar.

Outra característica da quitanda é a garantia da qualidade superior dos alimentos, respondida tanto pelo comerciante como objetivo, quanto aos 100% dos consumidores que declararam superior aos outros supermercados.

Com relação ao tempo que frequentam a quitanda também foi heterogêneo, 1/3 está desde o início, 1/3 há um ano e o outro 1/3 nos últimos seis meses. Isso demonstra uma constante incorporação de novos consumidores, que muito pode ter relação com constante busca por novos públicos, experimentos como, por exemplo, em um estacionamento de fábrica e em uma praça, além da venda online que antes não existia.

Em linhas gerais, com a pesquisa de campo, foi possível constatar como estes dois circuitos alimentares agroecológicos possuem um estreito perfil de consumidores, pessoas com ensino superior e moradores de regiões centrais de suas respectivas cidades.

De fato, muitos elementos seguem as diretrizes da SAN, como alimentos in natura, sem uso de agrotóxicos, produzidos regionalmente e por pequenos e médios trabalhadores rurais. Porém analisado enquanto circuito espacial de produção conseguimos ver desigualdades sociais sendo reproduzidas no interior do circuito, e o quanto diversos eles podem ser nas suas estratégias de efetivar o processo produtivo.

A análise de circuitos contribui para uma leitura totalizante do processo produtivo e a interação de seus sujeitos, possibilitando pensar formas mais “sadias” de funcionamento dos circuitos, compreendendo as especificidades de cada etapa do processo, porém não fragmentadas e sim em seu conjunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho, buscou analisar alguns importantes elementos envolvidos na problemática alimentar brasileira e seu contexto internacional, produzida através da utilização de algumas ferramentas conceituais do campo geográfico em diálogos com outros campos.

Partindo da premissa que vivemos atualmente sob a égide do capital, onde as pressões econômicas e políticas são para incorporar cada aspecto de nossa civilização a sua lógica, os alimentos não escaparam deste processo. As conseqüências atingem a todos, tendo seus malefícios caindo principalmente sobre os trabalhadores precarizados.

As transformações ocorridas no modo de acumulação do capital a nível global e nacional atingiram diretamente a vida de todos, reconfigurando constantemente as cidades e o espaço alimentar.

Estas transformações do capital foram a base material para a formação do Brasil, que ao longo de sua história foi marcadamente desigual na distribuição da riqueza produzida coletivamente. Estado nacional tardio e autocrático, com pouca soberania para orientar seus rumos a melhoria do conjunto de seu povo.

O quadro alimentar brasileiro, como demonstrado no trabalho, reflete e perpetua a nossa realidade social. Desigual, repleta de excessos e carências, apesar de avançados marcos institucionais que orientam em tese a amenização destes problemas. Porém, nossa estrutura social está muito distante dos objetivos de um país com segurança e soberania alimentar.

Para analisar a questão do consumo, Josué de Castro nos ofereceu em seus fundamentos valiosas contribuições, principalmente com relação a fome oculta e sua relação com a renda dos trabalhadores urbanos.

Dentro deste campo urbano, busquei problematizar algumas questões sobre os limites institucionais e até certa medida acadêmicos, e nos riscos de uma análise fragmentada das metrópoles e a questão alimentar.

Diante do objetivo de uma elaboração teórica geográfica para o trabalho de pesquisa, utilizei como principal, o conceito de espaço alimentar, muito próximo do conceito de regime alimentar. Baseado na espacialização do processo produtivo, algumas reflexões foram desenvolvidas suas possibilidades interpretativas na abordagem da

produção alimentar e a segurança/soberania alimentar.

Ao final busquei, a partir de práticas de pesquisa de campo, com o levantamento dos dados primários de dois exemplos concretos, fazer o exercício de espacializar processos produtivos alimentares e analisá-los diante dos desafios alimentares hoje vividos no Brasil.

Segundo a ONU, a fome é e continuara sendo por mais alguns anos um dos maiores problemas solucionáveis do mundo. O Brasil não foge a esta afirmação, a problemática alimentar precisa ser tomada como prioridade como objeto de pesquisa acadêmica, sendo ela fundamental como suporte no processo de luta política da classe trabalhadora.

O vasto campo teórico-conceitual da geografia produziu e produz uma volumosa e valorosa contribuição para a problemática alimentar, neste sentido, este trabalho buscou colaborar e que de alguma forma possa servir na luta pela superação da fome e da utilização da alimentação como elemento de aumento da exploração.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O, MARICATO, H. & VAINER C. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001. Acesso em: 01/06/2021.
- _____. **Estatuto da Metrópole**. Lei 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm. Acesso em: 01/06/2021.
- BRITO, F. **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles**. Revista ESTUDOS AVANÇADOS, n. 20 (57), 2006.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo**: Uberlândia,: Sociedade & Natureza, Soc. Nat.(Online) vol.22 no.3, 2010.
- CASTRO, J. **Geopolítica da Fome**: São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.
- _____. **As condições de vida da classe operária no Recife**: estudos econômicos de sua alimentação. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2015.
- CASTRO, A. M. de(org). **Fome: um Tema Proibido - últimos escritos de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DIAS; L C.; SILVEIRA, R L.L. da. (org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.
- FERNANDES, B. M; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Josué de Castro: vida e obra** : São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2005.
- _____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: 1968.
- GOLDFARB, Y. (2012). **A agricultura a partir do neoliberalismo**: financeirização, poder corporativo e as ameaças à soberania alimentar. Agrária (São Paulo. Online), (17), 42-58. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i17p42-58>

- LÉFÈBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.
- LÊNIN, V.I. **Imperialismo**, Fase Superior do Capitalismo. São Paulo. Global Editora, 3ª Ed. 1985.
- LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**: São Paulo: L.E.C.H. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MAGALHÃES, F. **Regiões metropolitanas no Brasil**: um paradoxo de desafios e oportunidades. 1ª Ed. BID, 2010.
- MOURA, R; HOSHINO, T. de A. P. **Estatuto da metrópole**: enfim, aprovado! Mas o que oferece à metropolização brasileira? http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/estatuto_metrople_artigo_rosa.pdf. Acesso em 03/05/2015.
- NETTO, J. P; BRAZ, M.. **Economia política**: uma introdução crítica: 8. Ed.-São Paulo: cortez, 2012.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MALUF, R. S. J. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil - agregação de valor, cadeia integrada e circuitos regionais**: Ensaios FEE, Porto Alegre, v.25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.
- _____. **Segurança Alimentar e Nutricional**: Petrópolis, Rj: Editora Vozes, 2007.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**: São Paulo: Ática, 1986.
- RIBEIRO, L. C. de Q. **As metrópoles no atual padrão rentista do capitalismo**, in XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Natal, 2019.
- SÁNCHEZ, J-E. **Espacio, economía y sociedad**: Barcelona: Siglo XXI de España Editores, 1991.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil**. Território e Sociedade no início do século 21. Rio de Janeiro: Record, 2001a, 473 p.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: São Paulo: Edusp, 2002.
- _____. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo: Edusp, 2013.
- _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2012.
- _____. **Economia Espacial**. São Paulo: Edusp, 2011.
- _____. **Por uma outra globalização**: do pensamento crítico à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. **O espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHLINDWEIN, M. M. **Consumo domiciliar de alimentos: influência de fatores socioeconômicos e do custo de oportunidade do tempo da mulher**: Ed. UFGD, 2014. 119p.

SILVA, C. A. **La configuración de los circuitos “de proximidade” em el sistema alimentario: tendências evolutivas**: Doc. Análises Geográficas. N. 54, 2009. p. 11-32.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas- São Paulo, Editores Associados, 2002.

ANEXOS

ANEXO 1: Questionário para os feirantes da feira das Graças- Recife

Questionário para os feirantes da feira das Graças- Recife:

N° feirante: ____

- 1) Sexo: F () M () Idade: ____
- 2) Há quanto tempo é feirante: (____) Vende em outros lugares? _____
- 3) Origem familiar: _____
Antepassados eram agricultores? Sim () Não ()
- 4) **Localização da propriedade rural:** _____
- 5) **Área da propriedade:** Total (____), Cultivo (____)
Tem criação de animais? Sim () Não () _____
- 6) **Meio de transporte para a feira:** _____
- 7) **Distancia da feira (km):** _____ () estrada de terra () Asfalto
- 8) **Tempo e gasto com o deslocamento:** _____
- 9) **Qual o numero de membros envolvidos na feira?**
(A) Uma a três (B) Quatro a sete (C) Oito a dez (E) Mais de dez
- 10) **Idade dos membros:**
() Criança (ente 0 e 12 anos)
() Adolescente (12 a 18 anos)
() Adulto jovem (entre 20 e 40 anos aproximadamente),
() Adulto maduro (40 a 60 anos aproximadamente),
() Idoso (acima dos 60 anos).
- 11) Possui outra fonte de renda: Sim () Não () _____
- 12) Há quanto tempo é feirante:
() anos
- 13) Qual alimento possui mais interesse pelos clientes:
a) Hortaliças (b) Frutas (c) Legumes
- 14) Quais maquinários usados: _____
- 15) Processa algum alimento: _____
- 16) Possui empréstimo no banco: Sim () Não ()
- 17) **Qual é o seu nível de escolaridade?**
(A) Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
(B) Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
(C) Ensino Médio (antigo 2º grau)
(D) Ensino Superior
(E) Especialização
(F) Não estudou
- 18) Como define o preço da mercadoria: _____
- 19) O que se faz com a sobra de comida no fim da feira: _____

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE INFORMAÇÃO

(Participante maior de 18 anos)

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização das informações dadas, em caráter definitivo e gratuito, constante no questionário decorrente da minha participação na pesquisa de dissertação em geografia da UFPR:

Pesquisador envolvido: Igor de Barros Ferreira Dias

As informações do(a) participante poderão ser exibidas: em publicações e divulgações acadêmicas, assim como fazendo-se constar os devidos créditos.

Para participar desta pesquisa, não tive nenhum custo nem recebi qualquer vantagem financeira. Fui esclarecido(a) sobre os objetivos e fui livre para participar ou recusar minha participação a qualquer momento e sem quaisquer prejuízos.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos as informações prestadas.

Recife, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do(a) participante

Nome: _____

RG.: _____

Email para contato: () _____

Informações do pesquisador:

Igor de Barros Ferreira Dias - 42-998516367

igor.dias@ifpr.edu.br

ANEXO 2: Questionário para os consumidores da feira das Graças:

Questionário para os consumidores da feira das Graças:

- 1) Sexo: F () M () Idade: _____
- 2) **Qual é o seu nível de escolaridade?**
 - (A) Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
 - (B) Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
 - (C) Ensino Médio (antigo 2º grau)
 - (D) Ensino Superior
 - (E) Especialização
 - (F) Não estudou
- 3) **Bairro:** _____
- 4) **Meio de transporte:** _____
- 5) **Qual o numero de membros alimentados pela feira? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)**
 - (A) Moro sozinho (B) Uma a três (C) Quatro a sete (D) Oito a dez (E) Mais de dez
- 6) **Idade dos membros alimentados:**
 - () Criança (ente 0 e 12 anos)
 - () Adolescente (12 a 18 anos)
 - () Adulto jovem (entre 20 e 40 anos aproximadamente),
 - () Adulto maduro (40 a 60 anos aproximadamente),
 - () Idoso (acima dos 60 anos).
- 7) Destino dos alimentos:
 - () Consumo () Comercial
- 8) Há quanto tempo freqüenta:
 - () 1 a 5 anos
 - () 6 a 10 anos
 - () mais de 10 anos
- 9) Frequência com que vai à feira no mês:
 - () 1 () 2
 - () 3 () 4
- 10) Qual alimento possui mais interesse:
 - b) Hortaliças (b) Frutas (c) Legumes

Gasto médio na feira: _____
- 11) Possui preferência de feirante: Sim () Não ()
- 12) Comparado ao supermercado, o preço dos alimentos são: () Superior () Inferior

13) Você confia na qualidade dos alimentos: S() N()

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE INFORMAÇÃO

(Participante maior de 18 anos)

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização das informações dadas, em caráter definitivo e gratuito, constante no questionário decorrente da minha participação na pesquisa de dissertação em geografia da UFPR:

Pesquisador envolvido: Igor de Barros Ferreira Dias

As informações do(a) participante poderão ser exibidas: em publicações e divulgações acadêmicas, assim como fazendo-se constar os devidos créditos.

Para participar desta pesquisa, não tive nenhum custo nem recebi qualquer vantagem financeira. Fui esclarecido(a) sobre os objetivos e fui livre para participar ou recusar minha participação a qualquer momento e sem quaisquer prejuízos.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos as informações prestadas.

Recife, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do(a) participante

Nome: _____

RG.: _____

Email para contato: () _____

Informações do pesquisador:
Igor de Barros Ferreira Dias - 42-998516367
igor.dias@ifpr.edu.br

ANEXO 3: Croqui elaborado por Izabella Galera o C.E.P



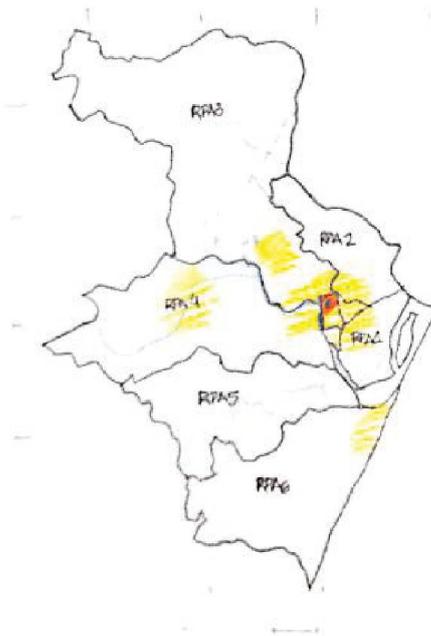
CONSUMO POR BAIRROS

- GRAÇAS
- JAQUEIRA
- TORRE
- FINA
- ALTO
- CASA ANAÍELA
- VARZEA
- ENCUZILHADA
- ESPINHEIRO
- BOA VISTA

LEGENDA

-  - HIDROGRAFIA
-  - CONSUMIDORES
-  - FEIRA DAS GRAÇAS

MAIA RECIFE - REGIÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS



MAPA BAIRROS



ANEXO 4: Questionário ao consumidor do quintal da vó.

22/02/2022 10:41

Questionário ao consumidor do Quintal da Vó

Questionário ao consumidor do Quintal da Vó

22 respostas

[Publicar análise](#)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE INFORMAÇÃO (Participante maior de 18 anos) Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização das informações dadas, em caráter definitivo e gratuito, constante no questionário decorrente da minha participação na pesquisa de dissertação em geografia da UFPR: Pesquisador envolvido: Igor de Barros Ferreira Dias As informações do(a) participante poderão ser exibidas: em publicações e divulgações acadêmicas, assim como fazendo-se constar os devidos créditos. Para participar desta pesquisa, não tive nenhum custo nem recebi qualquer vantagem financeira. Fui esclarecido(a) sobre os objetivos e fui livre para participar ou recusar minha participação a qualquer momento e sem quaisquer prejuízos. Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos as informações prestadas.

22 respostas

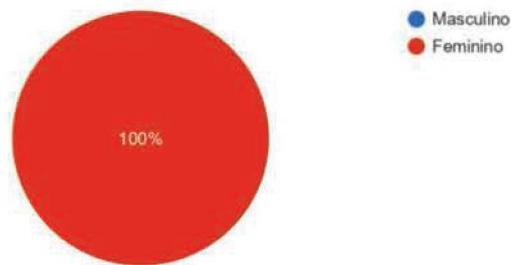


22/02/2022 10:41

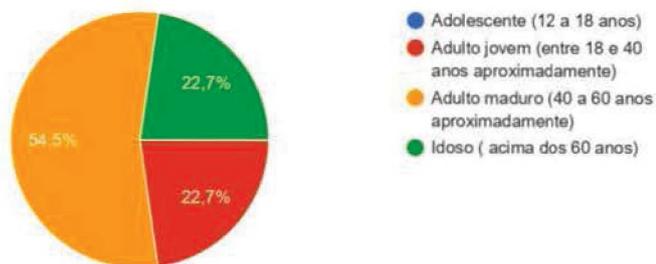
Questionário ao consumidor do Quintal da Vó

Sexo

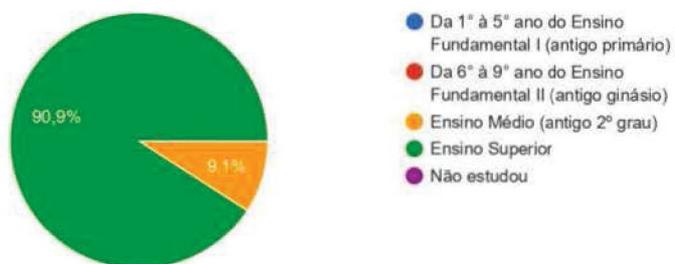
22 respostas

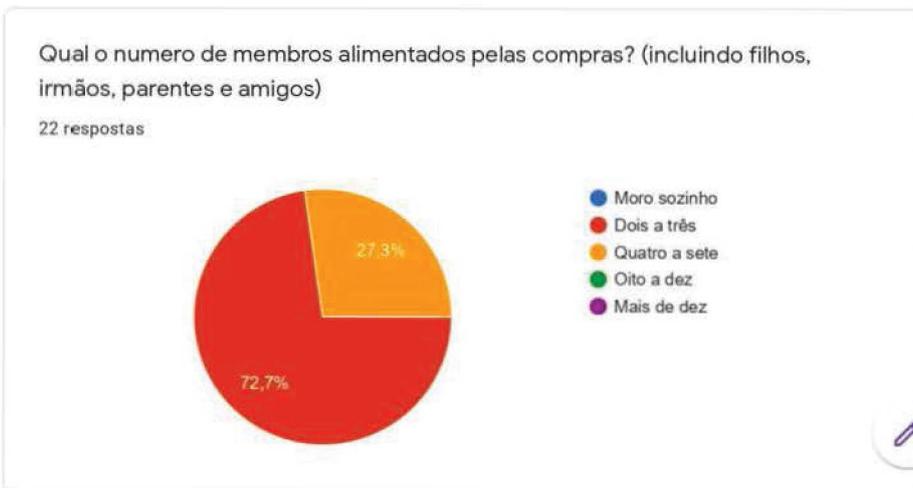
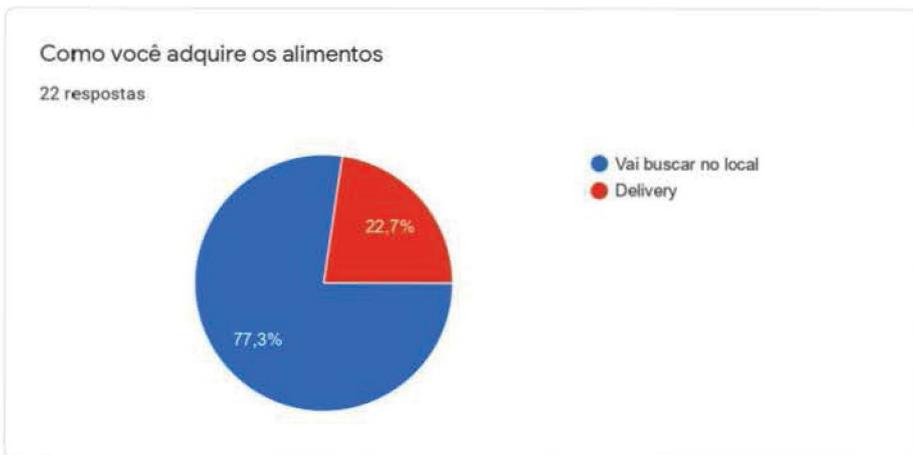
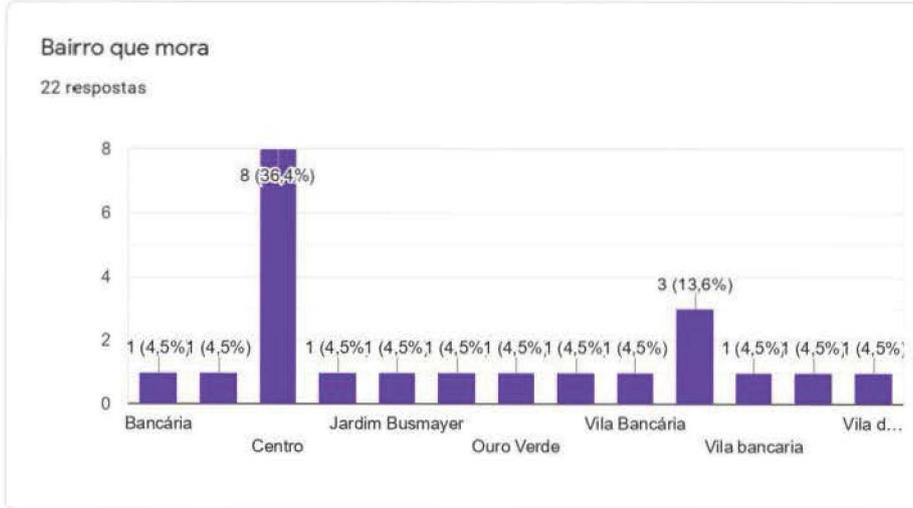
**Idade**

22 respostas

**Qual é o seu nível de escolaridade?**

22 respostas





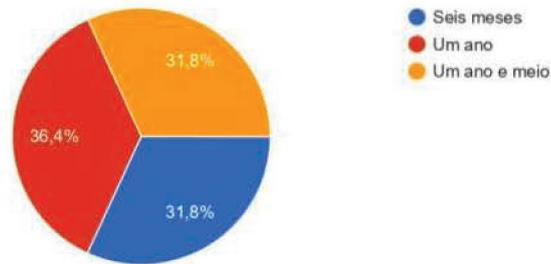
Idade dos membros alimentados:

22 respostas

- 30
- 24, 44
- 31 e 34
- 36
- 23 e 54
- 31 a 67
- 41, 43, 69
- 59 anos, 54 anos e 17 anos
- 8,25,46,51

Há quanto tempo é cliente do Quintal da Vó?

22 respostas

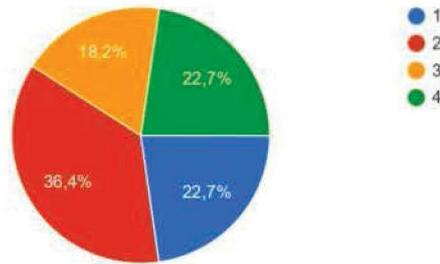


22/02/2022 10:41

Questionário ao consumidor do Quintal da Vó

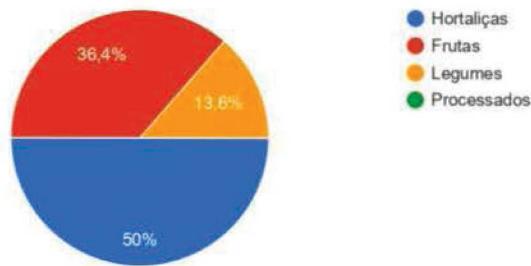
Quantas compras você faz por mês?

22 respostas



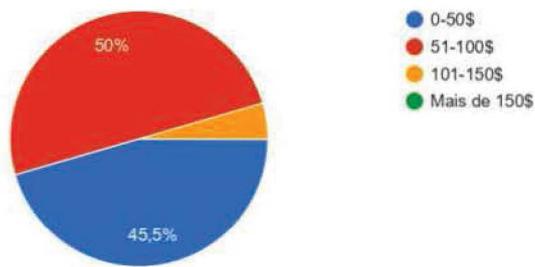
Qual grupo de alimentos você tem mais interesse

22 respostas



Gasto médio por compra

22 respostas

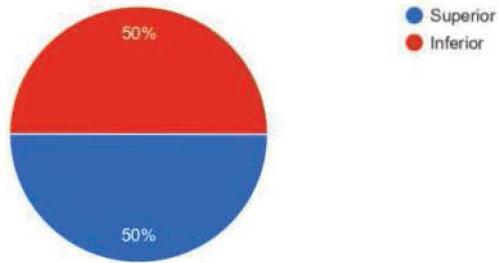


22/02/2022 10:41

Questionário ao consumidor do Quintal da Vó

Com relação aos orgânicos: Comparado ao supermercado, você acha o preço dos alimentos do Quintal da Vó:

22 respostas



Com relação aos orgânicos: Comparado ao supermercado, você acha a qualidade dos alimentos do Quintal da Vó:

22 respostas



22/02/2022 10:41

Questionário ao consumidor do Quintal da Vó

Por quais motivos você procura consumir alimentos orgânicos?

22 respostas

Qualidade de vida

Saúde

Qualidade

Por serem mais saudáveis.

Por serem mais saudáveis

Saudáveis

Saúde e qualidade no sabor

Pelo sabor diferenciado, benefícios à saúde, benefícios ao meio ambiente e por apoiar agricultura familiar.

Não procuro

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



ANEXO 5:**Questionário para a Elaine, comerciante do Quintal da Vó - Campo Largo:**

14) Idade: 52

15) Há quanto tempo é feirante: (1 ano e 6 meses)

16) Origem familiar: Polonesa

Antepassados eram agricultores? Sim () Não ()

17) Qual é a proposta do seu estabelecimento e por que a escolha do local e de comercializar alimentos orgânicos:

O Quintal da Vó já era um sonho antigo para estar mais perto da minha mãe visto que (apesar de estar com a saúde ótima) a idade vai chegando e ela poderá precisar mais de mim.

Com a pandemia a realização desse sonho se antecipou.

A escolha do local (quintal da casa da minha mãe) se deu por não ter nada parecido por perto, não preciso pagar aluguel e já conheço a vizinhança.

A proposta é de dar preferência aos produtores locais e só depois de esgotadas as possibilidades buscar produtos de fora.

A escolha de produtos orgânicos é porque já temos esse hábito em casa e sabemos que é melhor investir na saúde do que depois gastar em remédios. Com a Quitanda descobrimos mais pessoas que pensam como nós.

Apesar disso não vendo só orgânicos pois as frutas principalmente não são tão fáceis de se conseguir orgânicas aqui na região.

Meu roteiro para pedidos é na seguinte ordem:

- 1- Orgânicos da região
- 2- Orgânicos de Curitiba
- 3-Colonos da região
- 4- Ceasa

18) Quantos fornecedores são, como se desenvolveu seu contato e contrato com eles:

Hoje tenho em média 25 fornecedores entre frutas, verduras, legumes, conservas, produtos de panificação e produtos a granel sendo que 12 são de hortifrutti.

Meu contato com eles começou através de alguns amigos e familiares que produzem e que me passaram indicações e assim fui afinilando minhas necessidades com as agendas de entrega e cultivo de cada um.

No início ia buscar em cada fornecedor (até ara conhecer a procedência), hoje só faço os pedidos e recebo na quitanda

19) Quais formas de venda você pratica, como funcionam e quais vantagens e desvantagens possuem:

Eu abro de segunda a quinta feira - sendo que na segunda é dia de organização, de receber produtos e pedidos e de divulgação nas redes sociais.

Terça e quarta feira a banca está cheia e alguns clientes vem escolher pessoalmente mas a grande maioria é por delivery - fazem seus pedidos já na segunda para entregas nas terças, quartas e quintas

De vantagem posso dizer que com pedidos antecipados consigo mensurar as quantidades para não ter muitas perdas na semana.

De desvantagem é que ainda não posso abrir sextas e sábados para aumentar meu volume de vendas (planos para futuro ainda)

- 20) Qual o numero de membros envolvidos no estabelecimento?
(B) Uma a três (B) Quatro a sete (C) Oito a dez (E) Mais de dez

21) Idade dos membros:

- () Criança (ente 0 e 12 anos)
() Adolescente (12 a 18 anos)
() Adulto jovem (entre 20 e 40 anos aproximadamente),
(4) Adulto maduro (40 a 60 anos aproximadamente),
() Idoso (acima dos 60 anos).

- 22) Possui outra fonte de renda: Sim (X) Não ()
Sou Cerimonialista de eventos - por isso ainda não abro sextas e sábados

23) Qual é o seu nível de escolaridade?

- (A) Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
(B) Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
(C) Ensino Médio (antigo 2º grau)
(D) Ensino Superior
(E) Especialização
(F) Não estudou

- 24) O que se faz com a sobra de comida no fim da feira
Dividimos entre nós mesmos (duas famílias)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE INFORMAÇÃO

(Participante maior de 18 anos)

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização das informações dadas, em caráter definitivo e gratuito, constante no questionário decorrente da minha participação na pesquisa de dissertação em geografia da UFPR:

Pesquisador envolvido: Igor de Barros Ferreira Dias

As informações do(a) participante poderão ser exibidas: em publicações e divulgações acadêmicas, assim como fazendo-se constar os devidos créditos.

Para participar desta pesquisa, não tive nenhum custo nem recebi qualquer vantagem financeira. Fui esclarecido(a) sobre os objetivos e fui livre para participar ou recusar minha participação a qualquer momento e sem quaisquer prejuízos.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos as informações prestadas.

Campo Largo, **07 de fevereiro** de 2022.

Eliane Jaskievicz Carlesso

Assinatura do(a) participante

Nome **Eliane Jaskievicz Carlesso**

RG4.274.467.0

Email para contato: **quintaldavo.cl@gmail.com**

(41) 99107-9847

